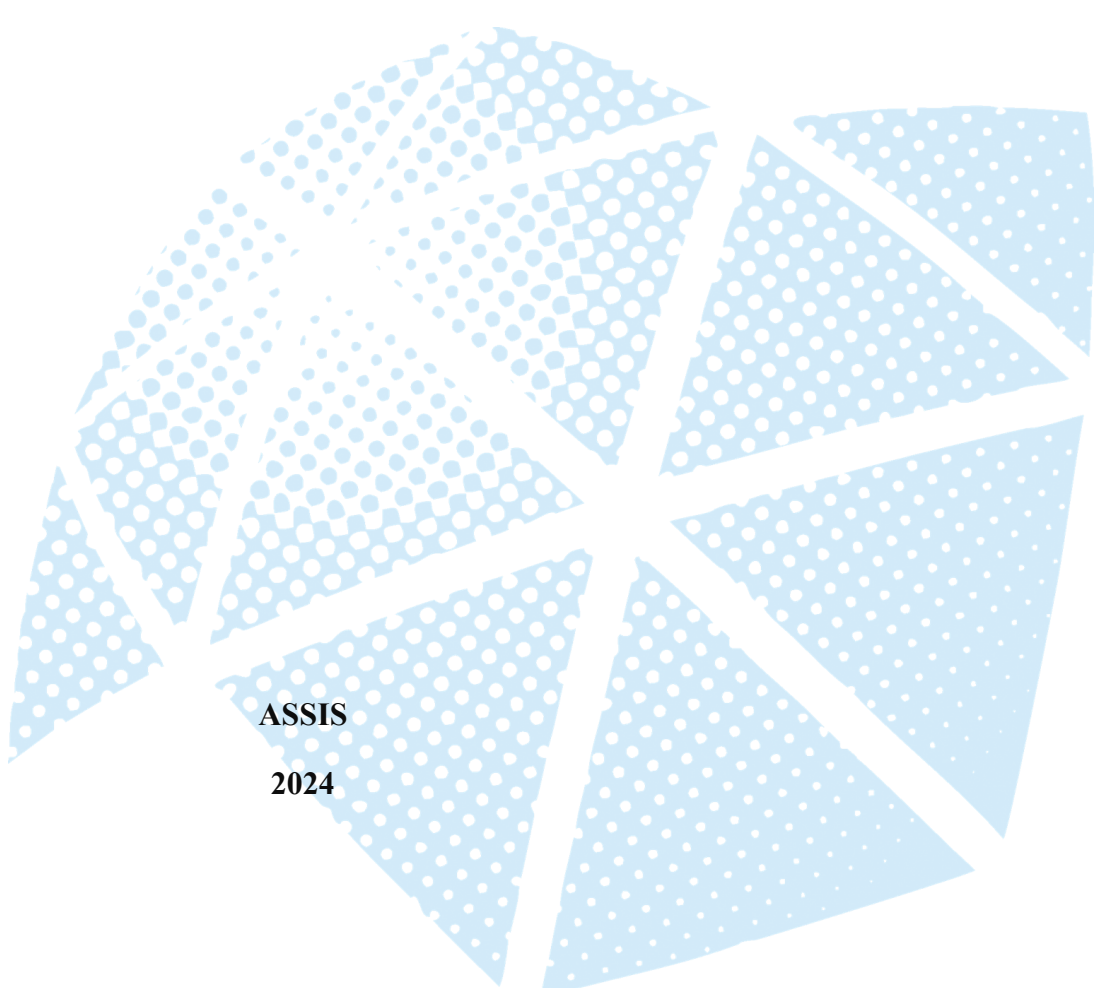


MARCUS VINICIUS MAZINI DOS SANTOS

**PROCESSOS SUBJETIVOS DE PERTENCIMENTO E ALIANÇAS DE
LGBTI+S NAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS E SUAS
RELAÇÕES COM AÇÕES E POLÍTICAS AFIRMATIVAS**



ASSIS

2024

MARCUS VINICIUS MAZINI DOS SANTOS

**PROCESSOS SUBJETIVOS DE PERTENCIMENTO E ALIANÇAS DE
LGBTI+S NAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS E SUAS
RELAÇÕES COM AÇÕES E POLÍTICAS AFIRMATIVAS**

Dissertação apresentada à Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Assis, para o Exame Geral de Defesa, como requisito para a obtenção do título de mestre em Psicologia (Área de Conhecimento: Psicologia e Sociedade)

Orientador: Leonardo Lemos de Souza

Bolsista: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP, Processo Nº 2021/01407-3)

ASSIS

2024

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Ana Cláudia Inocente Garcia - CRB 8/6887

S237p Santos, Marcus Vinicius Mazini dos
Processos subjetivos de pertencimento e alianças de
LGBTI+s nas universidades públicas brasileiras e suas relações
com ações e políticas afirmativas / Marcus Vinicius Mazini dos
Santos. — Assis, 2024
108 f.

Dissertação de Mestrado - Universidade Estadual Paulista
(UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Assis
Orientador: Prof. Dr. Leonardo Lemos de Souza

1. Universidades e faculdades públicas. 2. Políticas públicas
de ação afirmativa. 3. População LGBTI+ - Aspectos sociais.
I. Título.

CDD 306.76



UNIVERSIDADE ESTADUAL
PAULISTA

Câmpus de Assis



ATA DA DEFESA PÚBLICA DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DE MARCUS VINICIUS MAZINI DOS SANTOS, DISCENTE DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA, DA FACULDADE DE CIÊNCIAS E LETRAS.

Aos 06 dias do mês de maio do ano de 2024, às 14:00 horas, por meio de Videoconferência, realizou-se a defesa de DISSERTAÇÃO DE MESTRADO de MARCUS VINICIUS MAZINI DOS SANTOS, intitulada **Processos subjetivos de pertencimento e alianças de LGBTI+s nas universidades públicas brasileiras e suas relações com ações e políticas afirmativas**. A Comissão Examinadora foi constituída pelos seguintes membros: Prof. Dr. LEONARDO LEMOS DE SOUZA (Orientador(a) - Participação Virtual) do(a) Departamento de Psicologia Social / UNESP/FCL - Assis/SP, Profa. Dra. DOLORES CRISTINA GOMES GALINDO (Participação Virtual) do(a) UNESP/FCL - Assis/SP, Profa. Dra. FLÁVIA FERNANDES DE CARVALHAES (Participação Virtual) do(a) UEL-Londrina/PR. Após a exposição pelo mestrando e arguição pelos membros da Comissão Examinadora que participaram do ato, de forma presencial e/ou virtual, o discente recebeu o conceito final: APROVADO. Nada mais havendo, foi lavrada a presente ata, que após lida e aprovada, foi assinada pelo(a) Presidente(a) da Comissão Examinadora.

Prof. Dr. LEONARDO LEMOS DE SOUZA

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente meu orientador, professor Leonardo Lemos de Souza, que esteve comigo durante todo o processo de confecção do projeto até a finalização da presente pesquisa. Sem o amparo e o incentivo que venho recebendo desde a graduação, não teria chegado até aqui. Agradeço por todas as oportunidades apresentadas e pelas trocas que me fizeram crescer como pesquisador e psicólogo.

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), pelo apoio financeiro, concedido por meio do Processo nº 2021/01407-3 que possibilitou a realização do presente Mestrado e pelo apoio financeiro ao projeto BEPE 2022/16489-8.

Às professoras Flávia e Dolores que me ajudaram a pensar melhor a presente investigação e deram contribuições importantes para a construção do texto final. Sou grato pelo apoio e incentivo durante esse período.

À Taluana que me ajudou a desbravar Barcelona e tem me apoiado de lá até aqui, por sua amizade e por todo auxílio prestado para pensar essa pesquisa.

A toda minha família que esteve como rede de apoio durante esse processo e tantos outros da minha vida, meus pais Paulo e Daniele, minhas tias Vera e Ana, meus irmãos Anderson e Mariana e meus primos Kell, João, Luísa e Juliana.

À Camila, que tem caminhado comigo durante toda minha trajetória acadêmica e me ajudado a pensar esse e tantos outros aspectos da minha vida.

Aos amigos que estiveram comigo ao longo da concepção e execução desse projeto e tudo o que envolveu. Vocês sabem quem são e sabem do lugar que ocupam em meu coração.

À Babi que sempre acreditou em mim e, que por todos esses anos, vem sendo a amiga que qualquer pessoa gostaria de ter.

Por fim, agradeço a João Carlos, pessoa que conheci durante esse processo e vem representando alguém que eu tenho procurado há muito tempo. Obrigado pela paciência e carinho durante os altos e baixos da trajetória que envolveu o Mestrado e tantas outras coisas que aconteceram nesse período.

“Se as pessoas ao menos soubessem que ser surpreendido pelo mundo é tão melhor que
compreendê-lo...”

(Marilac, 2019, p. 41)

RESUMO

O objetivo da presente pesquisa é mapear e analisar processos subjetivos que produzem o pertencimento de sujeitos LGBTI+ nas universidades públicas brasileiras a partir do registro de suas experiências nesses espaços, trazendo destaque para a importância dos vínculos construídos nesses processos e a permanência na universidade. Para alcançar tal objetivo, utilizamos da pesquisa qualitativa como referência na produção e abordagem de tratamento dos dados e do método cartográfico inspirado em Deleuze e Guattari. Primeiramente, foram mapeadas 3 universidades públicas, sendo que tais universidades deveriam contemplar o critério de desenvolverem algum tipo de ação afirmativa voltada para a população LGBTI+. A partir disso, contactamos pessoas LGBTI+ dessas universidades para construir 2 grupos focais e realizar 5 entrevistas de aprofundamento, com encontros que aconteceram no Google Meet. Além da investigação em território brasileiro, a pesquisa mapeou universidades em território espanhol para analisar a forma como sujeitos LGBTI+ lutam para combater a lgbtfobia e formar alianças nas universidades em tal país, entrevistando presencialmente 6 estudantes LGBTI+ em universidades da cidade de Barcelona. A análise dos dados foi realizada com os aportes teóricos e bibliografia sobre o contexto universitário e ações afirmativas a partir de perspectivas teóricas feministas e *queer*. Durante o percurso da pesquisa foram encontradas questões relativas à importância das alianças na universidade, principalmente na forma das amizades que se desenvolvem no espaço universitário. Além disso, também foram obtidos relatos sobre situações de violência e opressão e construída uma análise sobre o papel das ações afirmativas na universidade.

Palavras-chave: Universidade Pública; Políticas e Ações Afirmativas; População LGBTI+; Processos subjetivos.

ABSTRACT

The objective of this research is to map and analyze subjective processes that produce the belonging of LGBTI+ subjects in Brazilian public universities based on the recording of their experiences in these spaces, highlighting the importance of the bonds built in these processes and their permanence at the university. To achieve this objective, we use qualitative research as a reference in the production and data processing approach and the cartographic method inspired by Deleuze and Guattari. Firstly, 3 public universities were mapped, and these universities had to meet the criteria of developing some type of affirmative action aimed at the LGBTI+ population. From this, we contacted LGBTI+ people from these universities to create 2 focus groups and carry out 5 in-depth interviews, with meetings that took place on Google Meet. In addition to the investigation within Brazilian territory, the research mapped universities in Spain to analyze how LGBTI+ individuals fight against LGBTI+phobia and form alliances in universities in that country, interviewing 6 LGBTI+ students from universities in the city of Barcelona. Data analysis was carried out with theoretical contributions and bibliography on the university context and affirmative actions from feminist and *queer* theoretical perspectives. During the course of the research, questions were found regarding the importance of alliances at the university, mainly in the form of friendships that develop in the university space. In addition, reports on situations of violence and oppression were also obtained and an analysis was constructed on the role of affirmative actions at the university.

Keywords: Public University; Policies and Affirmative Actions; LGBTI+ population; Subjective processes.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO E JUSTIFICATIVA	9
2. OBJETIVOS	22
2.1 Objetivos Específicos	23
3. MATERIAL E MÉTODOS.....	24
3.1 Forma de análise dos resultados.....	28
4. O EXISTIR, PERTENCER E PERMANECER.....	30
4.1 O Existir.....	31
4.1.2 <i>O Contato</i>	34
4.1.3 <i>Participantes</i>	41
4.1.4 <i>Início da trajetória universitária enquanto LGBTI+.....</i>	44
4.1.5. <i>Antes da Universidade</i>	54
4.2 Pertencer.....	58
4.2.1 <i>Amizades e alianças</i>	61
4.2.2 <i>Dialogando sobre Ações Afirmativas</i>	67
4.2.3 <i>Além do Brasil.....</i>	73
4.3 O Permanecer.....	78
4.3.1 <i>Para além da Sexualidade e Gênero.....</i>	80
4.3.2 <i>Para além da Universidade.....</i>	82
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	86
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	90
APÊNDICES	102
Apêndice A - Formulário para interessados da ufabc em participar na pesquisa	102
Apêndice B - Termo de Consentimento Investigação na Espanha	104
Apêndice C - Termo de consentimento livre e esclarecido	106

1. INTRODUÇÃO E JUSTIFICATIVA

A história de sujeitos LGBTI+ não é uma folha em branco. Nunca foi. Todos os dias milhões de sujeitos constroem tal história, porém nem sempre essa história é composta através da escrita, nem sempre tais histórias são preservadas para posteridade.

É essencial um cuidado com a história das minorias de gênero e sexuais. É importante valorizar toda e qualquer forma de existência, toda e qualquer forma de expressão/performatividade. Esse trabalho é uma tentativa de colocar em papel histórias com detalhes que muitas vezes podem passar despercebidos até para os sujeitos que as vivenciaram. Desejamos colocar tais narrativas no papel para que elas tomem vida, para que inspirem e para que seja dada a visibilidade para tantos sujeitos LGBTI+ que passam por diversos percalços e que muitas vezes se acostumam com as dificuldades que são enfrentadas, alinhando sua percepção de existência de forma a se acostumarem a não receber um bom tratamento tal qual a população cisheterossexual. Tais dificuldades não deveriam se tornar um costume, mas devido ao senso de sobrevivência, acabamos convivendo e transformando tais dificuldades em algo que “faz parte”. Ter que se esforçar duas, três, quatro vezes mais que pessoas pertencentes a cisheteronormatividade acaba virando uma rotina. E esses esforços precisam ser reconhecidos, sendo uma das formas de reconhecimento o fato de estarem gravados em tinta e papel.

Neste sentido, de manter histórias LGBTI+ vivas e presentes através do contar em papel, obras como “Devassos no Paraíso” (Trevisan, 2018), “Além do Carnaval” (Green, 2019) e “Eu, travesti” (Marilac; Queiroz, 2019) são inspirações. Assim como tais obras, o objetivo aqui é trazer os relatos da forma mais honesta e íntegra possível, mas talvez não seja adequado dizer imparcial, afinal, em uma sociedade estruturada a partir de valores LGBTfóbicos, racistas e machistas, não creio que seja adequado se manter imparcial.

Ainda pensando em influências e inspirações que me acompanharam até aqui, consigo recordar nitidamente minha primeira leitura *queer*. Durante o Estágio Básico no quarto semestre do curso de Psicologia, o professor Fernando Silva Teixeira Filho indicou o Manifesto Contrassexual de Preciado (2014), leitura que conta com um material *queer* extremamente subversivo e imersivo, que a partir de algo que inicialmente beira o absurdo, acaba demonstrando o potencial de possibilidades que existem a partir do uso

de tecnologias que vão muito além dos processos de socialização cisheteronormativos que estamos acostumados.

Cerca de um ano depois, tive a oportunidade de conhecer o professor Leonardo Lemos, com quem realizei minha primeira iniciação científica, intitulada “Um estudo sobre as demandas e a qualidade de políticas e ações afirmativas de acordo com a população discente LGBTI+ da Universidade Estadual Paulista”, pesquisa que durou dois anos e contou com financiamento FAPESP¹. Tal pesquisa buscou analisar o impacto da presença ou ausência de políticas e ações afirmativas dentro da Unesp para com corpos LGTBI+, revelando um descompasso enorme entre o que era visto como necessário pela comunidade LGBTI+ universitária e o que era fornecido institucionalmente. Atualmente, tal descompasso é menor e a perspectiva é de que cada vez mais as políticas de inclusão estejam presentes em tal universidade, horizonte que será apontado de modo mais amplo ao longo do texto.

Carrego a experiência de tal Iniciação Científica com muito carinho, tanto por ter sido fundamental em minha formação enquanto pesquisador e psicólogo, como por estar inserida em um contexto de contribuição para a construção de uma UNESP mais plural, principalmente pensando que tal projeto estava inserido em um projeto mais amplo de articulação de análise de ações e políticas afirmativas em universidades do Brasil, Chile e Espanha, bem como o presente Mestrado², que foi pensado a partir da coleta de dados na Iniciação Científica durante a graduação. Os preceitos para a atual pesquisa foram surgindo por meio da observação de como a construção de vínculos, alianças, amizades e outros aspectos subjetivos desempenharam um papel importante na permanência de estudantes universitários em um cenário em que a instituição não desempenhava completamente o papel necessário para garantir condições de permanência.

Em alguns momentos o presente texto pode se mostrar mais impessoal, casando-se com o distanciamento comum, passível de críticas da relação de pesquisador e objeto de pesquisa, mas tal construção não é proposital, faz parte das possibilidades de construção disponíveis e adequadas para cada momento do texto. Em outros momentos quem vos escreve toma a liberdade de escrever em primeira pessoa, afinal pesquisar é uma

¹ Processo nº: 19/01501-0

² O atual projeto de mestrado é uma pesquisa vinculada a um projeto mais amplo, intitulado “Ações e políticas afirmativas universitárias para estudantes LGBTI+: um estudo comparativo entre Brasil, Chile e Espanha”, que conta com Auxílio Regular à Pesquisa da FAPESP, processo nº: 20/09586-1.

construção e cabe a nós experimentarmos e multiplicarmos possibilidades. Deleuze e Guattari foram grande inspiração nesse sentido, ao escreverem que “[...] as multiplicidades se definem pelo fora: pela linha abstrata, linha de fuga ou de desterritorialização segundo a qual elas mudam de natureza ao se conectarem às outras” (2011, p. 25).

A motivação para compor esse trabalho vem do fato de que, no contexto brasileiro, grupos que possuem sexualidades e identidades de gênero que fogem da lógica da cisheteronorma³ enfrentam historicamente um cenário de violência e ódio diante de suas existências. Este cenário produz processos de exclusão sistemáticos e dificuldade de acesso à educação, saúde e direitos civis relacionados à livre expressão de afetos, cultura e sociabilidade. No contexto da educação esses processos têm sido vivenciados com os diversos ataques da referida “ideologia de gênero”, um termo forjado por grupos que se sustentam numa lógica da salvaguarda da família e da continuidade de valores do cisheteropatriarcado (Junqueira, 2018). Este debate está mais presente na educação básica, embora atavesse todas as instituições educativas em seus diferentes níveis.

Na educação superior o acesso e permanência da população LGBTI+ têm sido uma preocupação mais recente com a criação de políticas e ações afirmativas que reconhecem e buscam efetivar direitos que garantam o respeito a saberes e existências dessas pessoas no ensino superior, especialmente da população de travestis e transexuais (Rios; Perez, 2021).

Observando contextos mais gerais de violência contra a população LGBTI+, o Grupo Gay da Bahia, a mais antiga associação brasileira de defesa dos direitos de pessoas gays (e atualmente atuando em prol de toda a comunidade LGBTI+), trabalha em estatísticas que expõem a violência contra a população LGBTI+ há décadas. O “Mortes violentas de LGBT+ Brasil: Observatório do Grupo Gay da Bahia, 2023”, publicado em 2024, com

3 Ao longo do texto utilizaremos termos como cisheteronormatividade, heteronormatividade e heteronorma, termos esses que fazem referência à política do que é socialmente visto como normal ou padrão em relação a sexualidade e gênero, onde o normal é expresso pelo corpo cis-hétero que corresponde às expectativas sociais e se adequa ao que seria “natural” na visão dos que consideram como legítimo apenas quem se identifica enquanto cisgênero e heterossexual. Tais concepções de normal também pressupõem o que seria “anormal”, legislando e regulando corpos de pessoas LGBTI+ como fora do padrão e penderes de regulação e correção, de onde surgem ideias como a “cura gay”. A leitura desse regime de subordinação de corpos é feita a partir de autoras como Butler (2022) e Wittig (2022), levando à compreensão de que sexualidade e gênero não são dados naturais, mas fazem parte de construções e tecnologias que estão em constante transformação e que não devem ser usadas para promoção de marginalização e exclusão.

dados construídos a partir de informações veiculadas pela imprensa brasileira, conteúdos da internet e envios de informações para o GGB⁴, apontou que 257 pessoas LGBTI+ foram vítimas da lgbtfobia no Brasil em 2023, incluindo: 204 homicídios (79,38%) e 20 suicídios (7,78). Tal realidade não é incomum: no ano de 2022, a partir de relatório publicado em 2023, o Grupo Gay da Bahia relatou a morte violenta de 256 pessoas LGBTI+. Já o Mortes e Violências contra LGBTI+ no Brasil em seu dossiê de 2022, também publicado em 2023, a partir de dados coletados na mídia e em redes sociais, expôs 273 mortes ocorridas no ano de 2022.

Infelizmente, ainda é possível observar países que chegam a legalmente legitimar a violência contra pessoas LGBTI+ com legislações que criminalizam a homossexualidade e transexualidade. Segundo a ILGA (*The Internacional Lesbian, Gay, Bisexual, Trans and Intersex Association*), ainda há 68 territórios no mundo que condenam a homossexualidade, sendo que 63 deles são Estados membros da ONU. Em contabilização de dados focados em práticas transfóbicas, a *Transgender Europe* divulgou, no final de 2023, os dados referentes às mortes de pessoas trans a nível global, no período de outubro de 2022 até setembro de 2023, classificando o Brasil como o país que mais mata travestis e transexuais no mundo, posto que já ocupa nos dados da *Transgender Europe* há 15 anos consecutivos. Tal dado é corroborado pela coleta de dados da ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais), com o Brasil também assegurando o posto de país que mais assassina pessoas dessa população pelo décimo quinto ano consecutivo (Benevides, 2024). O “Dossiê de assassinatos e violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2024” também documenta que a maioria das travestis e mulheres transexuais ainda vivem da prostituição e têm extrema dificuldade de acesso ao mercado de trabalho e ao ensino superior.

No cenário político, foi perceptível o aumento da violência praticada contra a população LGBTI+ durante o período de eleições de 2018, em que a exposição de discursos lgbtfóbicos proferidos por figuras políticas, tais como o ex-presidente Jair

⁴ O Estado brasileiro ainda não conta com dados oficiais retratando índices de violência contra pessoas LGBTI+ no país. A falta desses dados faz com que os grupos que tomam a iniciativa em expor a realidade de violência contra a diversidade sexual e de gênero tenham que recorrer a fontes de dados que não oferecem tanta precisão da realidade, como a imprensa e as redes sociais. Apesar dessas fontes oferecerem dados confiáveis sobre os casos relatados, os números reais ainda são subestimados e apenas dados de instituições do Estado poderiam oferecer condições mais concretas para a legitimação de políticas públicas que possam combater a violência contra corpos LGBTI+.

Messias Bolsonaro que deixava em evidência suas posições homotransfóbicas⁵, esteve incitando esse cenário. A partir disso, os quatro anos que se seguiram representaram a legitimação de discursos violentos e projetos de perseguição contra a população LGBTI+ por grande parte do corpo político brasileiro. Apesar de garantias institucionais para sujeitos da diversidade sexual e de gênero, a possibilidade desse cenário se conecta com o que Galindo *et al* (2017) destacam, colocando que o Estado de direitos e democracia para a população LGBTI+ não se efetivou plenamente no Brasil em função de lógicas e processos históricos de deslegitimação dessa população produzidos por forte ódio social. O projeto de lei 7382/2010 de Eduardo Cunha é uma das demonstrações de dispositivos que minam o exercício da cidadania plena da população LGBTI+, que ao desonestamente descontextualizar todo o panorama de violência contra a população LGBTI+, buscou promover mais privilégios para a população heterossexual, ao propor a criminalização da heterofobia. Já o PL 6583/2013, intitulado como o “Estatuto da Família”, teve por pauta utilizar do poderio de Estado para fortalecer mais o status da família heterossexual nuclear como a única válida e digna de direitos. Felizmente, tais projetos não se encontram mais em tramitação, mas continuam como exemplos importantes de tentativas legislativas de penalizar sujeitos LGBTI+.

Ao mesmo tempo, o Brasil é um país que, apesar de não ter status de lei, garante juridicamente o casamento entre pessoas do mesmo sexo de acordo com a resolução nº 175 do Conselho Nacional de Justiça⁶, também não existindo impeditivos legais que proíbam casais homossexuais de adotar crianças⁷. Já o Decreto n.º 8.727 (2016) coloca como status de lei que o nome social de travestis e transexuais deve ser respeitado em todo o território brasileiro⁸ e há intensa luta para que haja a desburocratização do reconhecimento da identidade de gênero de pessoas não-cisgênero pelo Estado.

Esses trâmites legais tratam de direitos importantes conquistados como resultado de décadas de luta pela população LGBTI+, trazendo justiça para quem esteve na

⁵ “Bolsonaro critica ‘ideologia de gênero’ e diz: “O pai quer o filho homem e a filha mulher”, disponível em: <https://observatoriog.bol.uol.com.br/noticias/2020/01/bolsonaro-critica-ideologia-de-genero-e-diz-o-pai-quer-o-filho-homem-e-a-filha-mulher> ; “Bolsonaro: “Sou homofóbico sim, com muito orgulho. Não terão sossego”, disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=VpqsHe02uLE&feature=emb_title .

⁶ Resolução Nº 175 de 14/05/2013, disponível em: <https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/1754>

⁷ Adoção por pares homoafetivos no Brasil, disponível em: <https://jus.com.br/artigos/59370/adocao-por-pares-homoafetivos-no-brasil>

⁸ Decreto Nº 8.727, DE 28 DE ABRIL DE 2016, disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Decreto/D8727.htm

vanguarda de movimentos em épocas em que o que temos hoje parecia impossível, como em plena ditadura militar a publicação dos jornais *Lampião da Esquina* (1978), *ChanacomChana* (1981) e *Jornal do Gay* (1978), que foram importantíssimos na construção de movimentos de resistência por ousarem questionar os valores lgbtfóbicos vigentes e veicular narrativas para a humanização de pessoas LGBTI+. Outras mobilizações importantes foram o Grupo Somos, o Grupo de Ação Lésbica Feminista e o Grupo Gay da Bahia que permanece ativo até hoje. Mobilizações como essas possibilitaram a construção de movimentos como o Encontro Brasileiro de Grupos Homossexuais Organizados e o Encontro Brasileiro de Lésbicas e Homossexuais, ambos nos anos 80, bem como o início da Parada do Orgulho LGBT na cidade de São Paulo, que em 1997 contou com sua primeira edição reunindo cerca de 2 mil pessoas e atualmente chega a unir 3 milhões de pessoas nas ruas em prol de um movimento em nome da liberdade sexual e de gênero (Green, 2014; Quinalha, 2021; Trevisan, 2018). Tais ações coletivas possibilitaram o que seria construído após o processo de redemocratização nos anos 80, e com os governos Lula e Dilma, em especial o que foi posterior ao ano de 2004, quando surge o “Programa Brasil Sem Homofobia” (Santos; Perez; Szwako, 2017).

Em 2019, ano marcado por diversos acontecimentos na esfera política, houve uma decisão histórica para a comunidade LGBTI+ brasileira. No dia 13 de junho de 2019, o Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) entendeu que “houve omissão inconstitucional do Congresso Nacional por não editar lei que criminaliza atos de homofobia e de transfobia”, enquadrando “as condutas homofóbicas e transfóbicas, reais ou supostas” nos moldes da Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, que define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor⁹.

Tais ações representaram conquistas de direitos extremamente importante para pessoas LGBTI+, mas ao mesmo tempo tais conquistas acabaram se inserindo em um contexto em que decisões da esfera jurídica brasileira reverberaram em atitudes mais radicais de fundamentalistas religiosos e outros conservadores, principalmente no âmbito legislativo e do executivo da época, na tentativa de, a longo prazo, manterem uma sociedade estruturada pela lgbtfobia (Mello; Braz, 2020). Entre as falas que representaram tal movimento, em resposta à decisão do STF de 2019 o ex-presidente Jair Messias

⁹ “STF enquadra homofobia e transfobia como crimes de racismo ao reconhecer omissão legislativa”, disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=414010>

Bolsonaro declarou: “[a] decisão do Supremo é completamente equivocada. Além de estar legislando, está aprofundando a luta de classes”¹⁰. Já no legislativo, a bancada evangélica tentou de diversas formas impedir a conclusão do projeto do STF, utilizando de discursos burocráticos como o de que tal decisão usurparia o poder constitucional do Congresso ou tentando de última hora colocar em pauta projetos de lei que tratassem do assunto¹¹ para suspender o julgamento pela criminalização da homotransfobia.

Os desenrolares contidos nesse episódio apresentam um exemplo de como as instituições brasileiras vivem uma profunda contradição quanto a como se posicionar diante da comunidade LGBTI+ no Brasil. Enquanto há grupos políticos e religiosos conservadores que demonstram enorme resistência em admitir a grave situação envolvendo a discriminação contra esses sujeitos, tentando deslegitimar dados trazidos por diversas entidades que lutam para a garantia de direitos da população LGBTI+, e acusando tais sujeitos de querer subverter moralmente a sociedade em busca de privilégios (Junqueira, 2018), também há movimentos no poder legislativo (com poucas conquistas definitivas em forma de lei) e judiciário de posição mais progressista que visam incluir as minorias de gênero e sexuais em sua agenda (Costa, 2015).

No âmbito da educação, existe um longo histórico de reivindicações que buscam a inclusão de pautas referentes a gênero e sexualidade, como na educação básica, onde, mesmo com a nítida presença de sujeitos LGBTI+ nesse espaço, ainda há muito para ser construído (César, 2009). Na universidade não é diferente, nota-se que os mecanismos de dominação e hegemonia ainda estão presentes (Silva, 2017; Silveira, 2012), produzindo barreiras para quem não se adequa a normatividade cis e heterossexual.

Compreendemos neste trabalho que as universidades, em seu processo de democratização, ampliaram o acesso com a construção de políticas cotistas e as políticas de permanência (Costa, 2015; Silveira, 2012). O advento da Lei 12.711 de 2012 foi um marco importantíssimo, ao estabelecer as reservas de cotas para estudantes oriundos de escolas públicas, negros, pretos e pardos e estudantes de famílias que possuam renda per capita de até 1,5 salários-mínimos. Após atualizações, a legislação passou a incluir a

¹⁰ “Bolsonaro critica decisão do STF de criminalizar homofobia”, disponível em: <http://agenciabrasil.etc.com.br/politica/noticia/2019-06/bolsonaro-critica-decisao-do-stf-de-criminalizarhomofobia>

¹¹ “Bolsonaro critica decisão do STF de criminalizar homofobia”, disponível em: <http://agenciabrasil.etc.com.br/politica/noticia/2019-06/bolsonaro-critica-decisao-do-stf-de-criminalizarhomofobia>

reserva de vagas para estudantes com deficiência (Lei 13.409 de 2016), e após revisões aprovadas em 2023 com a Lei 14.723, passou a incluir reserva de vagas para quilombolas e a utilizar a renda de até 1 salário-mínimo per capita como referência para o acesso ao direito (Felipe; Silva, 2024).

Sem sombra de dúvidas, a Lei de Cotas e suas atualizações ampliaram o acesso universitário a parte da população que historicamente tem sido excluída do direito ao ensino superior. Por outro lado, uma análise mais detalhada destas mudanças acaba por indicar que outros grupos que se interseccionam a estes elencados na lei, como a população LGBTI+, por exemplo, não tem políticas específicas, afinal, nem sempre as expressões de gênero e sexuais foram consideradas como marcadores sociais relevantes na acessibilidade e permanência.

As universidades, que pretendem se tornar um espaço verdadeiramente democrático, precisam repensar suas práticas com ações afirmativas de acesso e permanência que garantam as necessidades específicas da população LGBTI+. Um exemplo de atuação nesse cenário seria construir um espaço em que figuras subversivas, como sujeitos da diversidade sexual e de gênero, possam ocupar e produzir vocabulários inclusivos para aqueles que não são contemplados pela heterocisnormatividade e materiais teóricos que incluam além daquilo que vem sendo legislado em nome de uma suposta maioria há tanto tempo. Caso contrário, o espaço da universidade pode ser agente de manutenção de estruturas opressivas, onde são promovidos privilégios e hierarquias sociais aos que conseguem transparecer uma imagem aceitável às diretrizes da heterossexualidade.

Ainda há muito a se garantir sobre a qualidade de permanência da população LGBTI+ nas universidades, onde os processos pedagógicos e os mecanismos de exclusão ainda são existentes, produzindo barreiras como o preconceito racial, de classe e de orientação sexual e gênero, efeitos da manutenção de desigualdades marcadas pelos discursos da sujeição do diferente. Vivemos, por exemplo, em um país em que apenas cerca de 0,02% de mulheres trans e travestis chegam na universidade (Benevides; Nogueira, 2020).

Para mudar tal cenário, agentes do movimento social LGBTI+ têm colocado a importância do desenvolvimento de políticas e ações afirmativas que possam garantir a entrada e permanência de sujeitos LGBTI+ no espaço universitário. Segundo o Grupo de Estudos Multidisciplinares em Ações Afirmativas (GEMAA) do Instituto de Estudos

Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ, ações afirmativas são um conjunto de medidas que buscam combater discriminações de grupos socialmente vulneráveis que garantam sua maior representatividade e participação. Além das cotas e reservas de vagas ou outros processos de acessibilidade à educação superior, por exemplo, estão medidas de proteção a estilos de vida ameaçados e políticas de valorização identitária (GEMAA, 2021). Nesse caso, elas não somente têm um caráter reparatório – portanto, retrospectivo – para a diminuição dos processos discriminatórios da sociedade, mas também prospectivo, na proposição de transformação social (Piovesan, 2008).

As pesquisas sobre o impacto de políticas e ações afirmativas voltadas para a população LGBTI+ nas universidades brasileiras são poucas e recentes, muitas delas tratando de relatos de casos de algumas instituições.

Os trabalhos de Souza (2015) e de Amaral (2013) abordam as práticas de coletivos LGBTI+ na busca por visibilização da diversidade na universidade. A possibilidade do exercício da militância no ambiente universitário, e o que ele provoca enquanto espaço de reivindicação de direitos e cidadania LGBTI+, demonstram a falta de políticas institucionais que garantam o respeito pelas suas identidades e necessidades no interior da universidade.

Já Santos (2017) aprofunda a forma como a condição de ser LGBTI+ em uma universidade é uma variável relevante na análise dos processos de exclusão. A permanência e a acessibilidade aos processos educativos no contexto universitário são analisadas em um estudo de caso com três estudantes LGBTI+ de graduação em formação pedagógica para educação no campo. Os processos vivenciados por esses jovens revelaram mecanismos de exclusão da universidade, pautadas pelas normas heterossexistas e masculinistas. Assim, os processos educacionais universitários desvelam práticas pedagógicas e relacionais que situam a condição de ser LGBTI+ como sujeitos posicionados na norma como anormais, inadequados ou, ainda, incapazes de certas aprendizagens e de ocuparem determinados lugares.

Silva (2017) e Alves e Silva (2016) apontam processos semelhantes de exclusão com um grupo de estudantes de graduação LGBTI+ no relato de suas vivências, notadamente nas práticas de sala de aula. No entanto, os entrevistados também situam as possibilidades de resistência, que criam formas de permanecer e existir na universidade, que possibilitam, nas microrrelações, a expressão das suas sexualidades e gêneros não-binários e não-normativos.

Mais recentemente, Rios e Perez publicaram o artigo “Interseccionalidade e diversidade nas universidades brasileiras: mudanças na última década” (2021), onde destacam que apesar de a população de estudantes LGBTI+ não ser apresentada em uma quantificação exata por pesquisas nacionais, estudos qualitativos indicam que a presença de sujeitos da diversidade sexual e de gênero têm aumentado cada vez mais nas universidades públicas. A partir disso, é perceptível o impacto promovido em algumas instituições, com a adoção do uso do nome social e com algumas universidades permitindo que os banheiros sejam utilizados de acordo com a identidade de gênero. Outra discussão que também vem avançando é sobre a instituição de cotas para pessoas trans, visando a “institucionalização de mecanismos inclusivos na estrutura burocrática da universidade” (Rios; Perez, 2021, p.100).

Os autores também enfatizam que “o perfil universitário mudou” (Rios; Perez, 2021, p. 112) e que a presença de sujeitos da diversidade sexual e de gênero traz diversos impactos nas dimensões do espaço universitário, ao encontrarem “[...] demandas por políticas institucionais e questões relacionadas ao sentimento de (não) pertencimento dentro da universidade” (Rios; Perez, 2021, p. 108). Esse último trecho também demonstra que as questões envolvendo o sentimento de pertencimento na universidade por parte de estudantes LGBTI+ é algo urgente para ser pensado, sendo importante o desenvolvimento de mais pesquisas a respeito.

Com o movimento social (Sales, 2019; Barreto *et al*, 2018; Mello *et al*, 2012) colocando em pauta as questões da cidadania e direitos LGBTI+, este passa a ser historicamente um importante e estratégico campo de luta. Não só para o acesso, mas também para a permanência com dignidade, como temos visto com a garantia do uso do nome social para a população trans no contexto do ensino básico e superior (Decreto Federal 8.727 de 2016), bem como a adequação da identidade de gênero nos documentos oficiais sem a necessidade de laudos psicológicos ou psiquiátricos.

Também é fundamental destacar como os debates sobre gênero e sexualidade nos âmbitos educacionais desempenham um papel importante enquanto dispositivos de produção de saúde, segurança e cidadania. A inclusão de conversações sobre gênero e sexualidade permite produções de conhecimentos disruptivos sobre corpos e identidades, colocando em pauta questões como diversidade e saúde mental.

No que diz respeito à segurança e cidadania, espaços como a universidade podem ter os debates sobre sexualidade e gênero como aliados no combate às discriminações e

diversas outras formas de violência contribuindo para uma sociedade pautada nos direitos humanos, caminhando na mesma direção de resoluções nacionais e internacionais de impacto significativo, como o “Princípios de Yogyakarta” (Alamino; Vecchio, 2018; O’Flaherty; Fischer, 2008). Tais esforços são relevantes em um país em que 99% da população LGBTI+ declara não se sentir segura, como demonstrado nos dados de uma pesquisa realizada no ano de 2019 por meio de redes sociais pela ANTRA¹². E nesse cenário temos instituições como a Polícia Civil, Militar e Guarda Municipal, que persistem em ter grandes problemas em relação a lgbtfobia institucionalizada, mesmo, pelo menos no imaginário social, assumindo o papel de assegurar a segurança pública (Prado *et al.*, 2014)

Desse modo, a presente pesquisa se justifica como uma possibilidade de compreendermos a construção dos processos subjetivos de sujeitos envolvidos em alianças LGBTI+ na universidade e como esses vínculos exercem influência em aspectos como o pertencimento dessas pessoas.

Por processos subjetivos, levamos em consideração alguns escritos de Deleuze e Guattari sobre o conceito de subjetividade e temáticas que cercam o assunto. Ao analisar os escritos do filósofo David Hume, Deleuze (2012) descreve em seu livro “Empirismo e Subjetividade” como a subjetividade é afetada pelas relações e vínculos, bem como pode ter diferentes expressões e influências de acordo com as circunstâncias:

[...] em sua essência, a subjetividade é prática. É nos vínculos do motivo e da ação, do meio e do fim, que se revelará sua unidade definitiva, isto é, a unidade das próprias relações e das circunstâncias: com efeito, *esses vínculos meio-fim, motivo-ação, são relações, mas outra coisa também* (Deleuze, 2012, p. 105).

Tal trecho é coerente com o que Furlan e Cassiano trazem em seu artigo “O processo de subjetivação segundo a Esquizoanálise”, onde apresentam a ideia na qual o que Deleuze e Guattari nomeiam como subjetividade são “[...] processos de subjetivação-dessubjetivação, afinal o homem se constrói em muitas relações e se desconstrói em diversas outras ao enveredar por linhas de fuga” (Furlan; Cassino, 2013, p. 375). Os autores também colocam que

[...] para a Esquizoanálise não existe em nós um sujeito único, mas vários, traçados cada um segundo as linhas duras que os atravessam nos diversos contextos de sua vida: sujeito-aluno, sujeito-trabalhador, sujeito-militar, sujeito-religioso, o marido em um casamento, o namorado, o pai de família etc.

¹² Mais informações: <https://antrabrazil.org/2019/05/21/99-da-populacao-lgbti-nao-se-sente-segura-no-brasil/>

Em outros termos, nossas identidades variam segundo as posições que ocupamos nas relações sociais (Furlan; Cassino, 2013, p. 373).

Por linhas duras, entendem-se os esquemas de atravessamentos existenciais que são formados para “garantir e controlar a identidade de cada instância” (Deleuze; Guattari, 2012a, p. 73), conectados não só com os conjuntos molares que podem ser representados pelas instituições, Estado e capital, mas também “incluindo aí a identidade pessoal” (Deleuze; Guattari, 2012a, p. 73), implicando na promoção de tal movimento de forma mais autônoma.

Tal pensamento adere ao que Deleuze e Guattari versam em outros momentos de “Mil Platôs” ao colocarem que as diferentes possibilidades de expressões subjetivas podem sinalizar potenciais aprisionamentos, pontuando que “o capitalismo aparece como uma empresa mundial de subjetivação” (Deleuze; Guattari, 2012, p. 169). Ao analisar Marx, os autores sublinham que no capitalismo “a circulação constitui o capital como subjetividade adequada à sociedade inteira” (Deleuze; Guattari, 2012a, p.161), destacando que tal modelo econômico tenta impor o que é ideal para se construir subjetivamente, onde o movimento do capital não é apenas expresso pela atividade econômica, mas também acaba influenciando a forma como as pessoas se percebem e se relacionam umas com as outras socialmente.

Levando em conta que o capitalismo pode ser considerado um sistema econômico, político e social que busca suporte de continuidade a partir da persistência de estruturas discriminatórias e opressivas, como o racismo, lgbtfobia e machismo (Butler, 2018), o tecido social vigente pode ser agente de produção subjetiva com potencial opressivo e que está alastrado em todos os espaços, incluindo o universitário, colocando a necessidade em se investigar ações que visem construir resistência em tais espaços, lutando por correntes subjetivas que possam ir além das influências de quem quer se manter no poder pela tirania.

Tal movimento representa iniciativas para conexão com as potencialidades construídas a partir das linhas de segmentaridade flexível/molecular, que representam “fissuras” (Carvalhes, 2015, p. 26) nas formas de viver engessadas e tradicionais, e com as chamadas linhas de fuga, que possibilitadas a partir das brechas abertas pelas linhas moleculares, levam a ruptura significativa, onde se “salta linearmente”, onde há “catástrofe ou sensação” (Deleuze; Guattari, 2012a, p. 77) e o sujeito não pode mais

ignorar o terremoto gerado e precisa reavaliar as segmentaridades duras nas quais está inserido.

Ao escreverem que “a nação é a própria operação de uma subjetivação coletiva, à qual o Estado moderno corresponde como processo de sujeição” (Deleuze; Guattari, 2012b, p. 167), os autores continuam a expressar a forma como o Estado pode ser agente de aprisionamento subjetivo, mas, assim como os autores desenvolvem horizontes através das potencialidades das linhas de fuga, também considero que é possível existirem nações dentro uma nação e que uma imposição “nacional” pode ser enfrentada através de populações, comunidades, multidões, movimentos, alianças, vínculos, entre outras possibilidades, que não podem ser subestimadas (Butler, 2018).

“As linhas de fuga são mais difíceis de serem localizadas, uma vez que se ensaiam na sutileza dos encontros” (Carvalhes, 2015, p. 27), portanto, considero que a presente investigação é uma tentativa de realizar exatamente isso, localizar e compreender melhor a forma como as micropolíticas entre pessoas da diversidade sexual e de gênero são construídas e como elas são importantes na formação de uma universidade mais inclusiva e plural, demonstrando as disfunções construídas por sujeitos que estão se movimentando para construir um mundo menos rígido.

2. OBJETIVOS

A presente pesquisa tem como objetivo geral mapear e analisar os processos subjetivos que podem produzir o pertencimento (ou não) de sujeitos LGBTI+ nas universidades públicas a partir de suas experiências nesses espaços e qual a importância desses processos na vinculação e permanência na universidade.

Entendemos que a subjetividade não diz respeito apenas a relação “que temos com nossa própria individualidade, mas a que temos com os outros, na medida em que também são nós mesmos – se vê afetada, modificada, transformada” (Foucault, 2016, p. 13). A subjetivação se constrói em relações, o que pode se materializar em alianças, luta conjunta, coletivos e redes de solidariedade (Butler, 2018).

Ainda a respeito dessa questão, consideramos que:

Ao reivindicarem a implementação e a execução de políticas públicas afirmativas e emancipatórias para a população LGBT, as/os ativistas disputam poder, interesses e posições na construção da agenda política e reivindicam espaço para acompanhá-las e monitorá-las (Mello; Avelar; Brito, 2014, p. 303).

Tal passagem evidencia o quão grande é o compromisso de ser ativo no movimento social pela visibilidade e pelos direitos LGBTI+. O espaço da universidade é um dos mais ativos em tal luta, com sujeitos construindo agência sobre seus corpos e a responsabilidade de apoiar outros.

Para Butler, agência seria a “possibilidade de os sujeitos produzirem subjetivação diante e apesar da subordinação às normas sociais”, sendo uma “articulação do ‘poder fazer’ a partir do desejo, não sendo, assim, um atributo dos sujeitos, mas uma conquista” (2022b, p. 25). Ou seja, mesmo diante das dificuldades e impossibilidade da total ruptura dos processos sociais geradores de opressão, sujeitos LGBTI+ tomam agência ao construir redes de apoio, ao ocuparem espaços e ao encontrar um sentido de pertencimento em tais espaços, sentindo alegria de estar ali com seus semelhantes, mesmo quando esses espaços não foram originalmente concebidos para corpos como os seus. Todas essas construções envolvem sujeitos passando por processos subjetivos resultantes de construções coletivas e alianças e são esses processos que temos como foco explorar.

2.1 Objetivos Específicos:

a) identificar e analisar os processos psicossociais e institucionais, como ações afirmativas, que produzem a percepção de segurança e insegurança de pessoas LGBTI+ na universidade;

b) identificar e analisar os modos de vinculação e pertencimento à comunidade LGBTI+ no contexto da Universidade;

c) Identificar e mapear os processos subjetivos de pessoas LGBTI+ relacionados com engajamento político e alianças sobre as causas e lutas por direitos relatados nas vivências de tal grupo.

3. MATERIAL E MÉTODOS

A pesquisa qualitativa é referência na abordagem e produção dos dados na presente pesquisa. Dentre alguns aspectos da pesquisa qualitativa elencados por Flick (2009b) encontramos:

- a) perspectivas dos participantes e sua diversidade;
- b) reflexividade do pesquisador e da pesquisa;
- c) variedade de abordagens e de métodos de pesquisa qualitativa.

Destacamos que a presente investigação se pautará em aproximações do conjunto de aspectos que Flick pondera ser essencial da pesquisa qualitativa, onde se considera a perspectiva dos participantes e sua diversidade, bem como a reflexividade do pesquisador significa poder estar aberto a caminhos de compreensão do fenômeno que se quer pesquisar. Do mesmo modo, significa implicar a pesquisa ética e politicamente na produção de dados, levando em conta seus efeitos num contexto mais amplo. A variabilidade de abordagens e métodos também nos permite uma aproximação mais profunda dos fenômenos complexos que são geralmente objeto da pesquisa qualitativa.

Existem diversos desafios e novos cenários que a mudança social acelerada tem trazido e diante deles a pesquisa qualitativa se mostra como uma boa forma de analisar tais fenômenos (Ortega; Silva, 2016). Flick (2009a, p.20) também fala da “adequação como princípio orientador”, o que se mostra importante para o percurso de uma pesquisa em que escutaremos diversos sujeitos e narrativas.

Martins (2004) coloca que “a variedade de material obtido qualitativamente exige do pesquisador uma capacidade integrativa e analítica que, por sua vez, depende do desenvolvimento de uma capacidade criadora e intuitiva” (p. 292). Tendo-se em vista que ao longo desta pesquisa utilizaremos os conceitos de macro/micropolítica, molar e molecular, entre outros trazidos por Deleuze e Guattari, pensamos em aliar os conceitos da pesquisa qualitativa aos da cartografia, construindo uma pesquisa qualitativa de inspiração cartográfica, na qual prezamos pela construção de uma investigação em que a “capacidade criadora e intuitiva” seja destaque.

A cartografia é um método comprometido com a transformação social (Cintra *et al.*, 2017) e tem sido bastante utilizado na psicologia (Romagnoli, 2009), sendo sugerida

por Deleuze e Guattari (2011) como método para as ciências humanas e sociais. Inicialmente apresentada no livro “Mil Platôs”, estando no Brasil presente no Volume I (2011), os autores colocam a cartografia como um dos princípios do conceito do Rizoma “para se referir ao modo como concebem produção de subjetividades” (Souza; Francisco, 2017, p. 124). Ao falar sobre o conceito de cartografia, Deleuze e Guattari escrevem:

O mapa é aberto, é conectável em todas as suas dimensões, desmontável, reversível, suscetível de receber modificações constantemente. Ele pode ser rasgado, revertido, adaptar-se a montagens de qualquer natureza, ser preparado por um indivíduo, um grupo, uma formação social. Pode-se desenhá-lo numa parede, concebê-lo como obra de arte, construí-lo como uma ação política ou como uma meditação. Uma das características mais importantes do rizoma talvez seja a de ter sempre múltiplas entradas; a toca, neste sentido, é um rizoma animal, e comporta às vezes uma nítida distinção entre linha de fuga como corredor de deslocamento e os estratos de reserva ou de habitação (cf. por exemplo, a lontra). Um mapa tem múltiplas entradas contrariamente ao decalque que volta sempre "ao mesmo". Um mapa é uma questão de performance, enquanto que o decalque remete sempre a uma presumida "competência" (2011, p. 30).

Consideramos a multiplicidade um elemento importante em nossa pesquisa, tomando “como desafio fundamental o exercício de manter o pensamento aberto, em um esforço permanente de deixar-se guiar pelos acontecimentos e pelos processos que eles desencadeiam e revelam sem, contudo, perder de vista o foco e os objetivos” (Souza; Francisco, 2016, p. 813).

A partir disso, primeiramente foram mapeadas as universidades públicas com as quais iríamos trabalhar, buscando estabelecer um número de 3 universidades. Foram encontradas universidades que contavam com algum tipo de ação afirmativa, ações essas que podem ser projetos educativos, de formação ou de incentivo para a população LGBTI+. Tendo noção da distância geográfica envolvida para pesquisar os territórios e pessoas em tal pesquisa, o mapeamento das universidades foi realizado por meio de sites institucionais e outras fontes que descreviam tais ações.

Após essa etapa, houve a realização de grupos focais e contatos para entrevistas de aprofundamento, com pessoas que se identificam enquanto sujeitos LGBTI+ e que são discentes das instituições que promovem ações afirmativas em relação à diversidade sexual e de gênero pesquisadas anteriormente.

Tomando como referências Halperin (1989), Rich (1981) e Wittig (2022), Judith Butler (2003) coloca em seu livro “Problemas de Gênero” a forma como a sociedade heterocisnormativa impõe a identidade cis e heterossexual como a única identidade válida

a ser construída. Com a presente pesquisa buscamos então investigar como é construir uma identidade dissidente dessa normatividade dentro de um ambiente em que é possível construir espaços em que isso seja fomentado positivamente. Mas também não foi nosso objetivo normatizar identidades do grupo LGBTI+, afinal a liberdade para o exercício do ativismo e afirmação da diversidade sexual e de gênero não “presume ou produz uma identidade coletiva, mas um conjunto de relações possibilitadoras e dinâmicas que incluem suporte, disputa, ruptura, alegria e solidariedade” (Butler, 2018, p. 34). Diante disso, nos valem da denominação LGBTI+ como forma de nomear esse grupo, mas sem deixar de lado as múltiplas possibilidades dentro das identificações de gênero e sexualidade. Um outro aspecto será destacar aqueles que em sua experiência enquanto LGBTI+ estejam envolvidos na luta política em prol de direitos e visibilidade, constituindo-se como “sujeitos políticos” que se encontram em “contextos políticos específicos, a partir de articulações, alianças, coalizações” (Prado; Toneli, 2013, p. 355).

Para encontrar os sujeitos com os quais trabalhamos, foi utilizado o método Bola de Neve, onde “para o pontapé inicial, lança-se mão de documentos e/ou informantes-chaves, nomeados como sementes, a fim de localizar algumas pessoas com o perfil necessário para a pesquisa, dentro da população geral” (Vinuto, 2014, p. 203). Ou seja, houve a busca de contatos com algumas pessoas que foram a chave para conseguir localizar outras que poderiam participar dos grupos focais e das entrevistas de aprofundamento. Os contatos com sujeitos LGBTI+ foram realizados pela internet e a proposta de grupo e entrevista feita por e-mail, *WhatsApp* e redes sociais.

Os grupos focais são muito importantes em pesquisas qualitativas (Fontenelle, 2008). Flick (2009b) coloca que o grupo “pode ser usado como uma comunidade de interação”, onde “os participantes provavelmente expressam mais e vão além em suas declarações do que nas entrevistas individuais” (p. 119). Pensamos em seguir o que é colocado por Flick (2009b) no que diz respeito a grupos focais homogêneos, realizando “uma modernização mais substancial (introduzindo tópicos ou intervindo com algumas perguntas provocativas)” (p. 120) e levando em conta o foco que queremos dar em discussões que envolvam a trajetória dos envolvidos enquanto sujeitos LGBTI+ na universidade e a forma como as macro e micropolíticas exerceram um papel na sua trajetória e subjetivação na vida universitária.

Foram formados 2 grupos focais com 6 participantes cada, afinal acreditamos que seis participantes para cada grupo seja o número ideal para um bom funcionamento grupal, porém, nem sempre foi possível contar com essa quantidade ideal na prática. Os encontros foram realizados na plataforma *Google Meet*.

Dentro da pesquisa qualitativa e de nosso objeto de pesquisa também vemos o uso de entrevistas como coerente, tendo-se em vista o que é destacado por Rosália Duarte no artigo “Entrevistas em pesquisas qualitativas”:

Entrevistas são fundamentais quando se precisa/deseja mapear práticas, crenças, valores e sistemas classificatórios de universos sociais específicos, mais ou menos bem delimitados, em que os conflitos e contradições não estejam claramente explicitados. Nesse caso, se forem bem realizadas, elas permitirão ao pesquisador fazer uma espécie de mergulho em profundidade, coletando indícios dos modos como cada um daqueles sujeitos percebe e significa sua realidade e levantando informações consistentes que lhe permitam descrever e compreender a lógica que preside as relações que se estabelecem no interior daquele grupo, o que, em geral, é mais difícil obter com outros instrumentos de coleta de dados. (Duarte, 2004, p. 215)

Foram realizadas entrevistas de aprofundamento para maior exploração do objeto de nossa pesquisa, agora no ponto de vista de um funcionamento mais singular, focando em um sujeito por vez. Para as entrevistas, utilizamos do *Google Meet* para falar com os entrevistados. Utilizamos de entrevistas abertas, afinal, desejamos:

[...] poder explorar mais amplamente uma questão. [...] A entrevista aberta é utilizada quando o pesquisador deseja obter o maior número possível de informações sobre determinado tema, segundo a visão do entrevistado, e também para obter um maior detalhamento do assunto em questão (Quaresma; Boni, 2005, p.74).

Buscamos 5 pessoas que não participaram dos grupos focais com os quais já trabalhamos. Dentro dessas 5 pessoas prezamos por sujeitos com diferentes identificações de gênero e sexualidade, se necessário contemplando possíveis expressões que talvez não estiveram presentes nos grupos focais.

Além da investigação em território brasileiro, a pesquisa investigou universidades em território espanhol para analisar a forma como sujeitos LGBTI+ lutam para combater a lgbtfobia e formar alianças nas universidades em tal país. A intenção de tal projeto, que se materializou como um intercâmbio proporcionado pela Bolsa Estágio de Pesquisa no Exterior (BEPE) da Fapesp de três meses, foi de promover a interação e comparação dos dados coletados em território brasileiro com o espanhol e construir movimentos para a

elaboração e prática de ações afirmativas no Brasil tendo-se por base o que foi observado nas universidades espanholas.

Para tal fase da pesquisa, foram entrevistadas 6 pessoas LGBTI+ de forma presencial nas universidades *Universitat Autònoma de Barcelona* e na *Universitat de Barcelona*. A análise dos dados obtidos em tal investigação, assim como na pesquisa principal, foi operacionalizada com base nos princípios da pesquisa qualitativa, construindo seu caminho através dos preceitos de Uwe Flick sobre o referido método. Foram realizadas entrevistas com estrutura semelhante às realizadas com estudantes brasileiros e de estrutura aberta.

Tanto no Brasil como na Espanha, o presente estudo envolveu pessoas que foram informadas antecipadamente sobre o processo que envolveria os grupos focais ou entrevistas, estando de acordo com a ética de pesquisas qualitativas de informação do estudo e de participação voluntária (Flick, 2013), a qual se apresentou coerente para os objetivos pretendidos com a presente pesquisa, sem que tal diálogo pudesse prejudicar a obtenção de dados.

Esse trabalho também irá utilizar de anonimato ao fazer referência aos sujeitos presentes nos grupos focais e entrevistas, em vista que alguns dados podem ser sensíveis, principalmente pensando que estamos trabalhando com uma população em situação de vulnerabilidade (Flick, 2013) por conta do preconceito contra a diversidade sexual e de gênero.

Como esta pesquisa foi realizada online, também foi levado em consideração diversos pontos importantes para a segurança dos participantes e a ética no andamento da pesquisa, tendo como referência Gaiser e Shreiner (2009), entre eles: a garantia da proteção de dados tanto no momento de coleta de dados como no armazenamento, o uso do consentimento informado e honestidade em relação às práticas utilizadas nos encontros.

3.1 Forma de análise dos resultados

A forma como é pensada a execução da análise dos dados coletados é uma etapa fundamental em qualquer pesquisa. Como abordado anteriormente, a presente investigação visa construir seu caminho a partir dos preceitos da pesquisa qualitativa de

Uwe Flick. Tal autor coloca que após a coleta do material e definição do que será usado de tal material, o pesquisador deve estabelecer a orientação da análise, utilizando como referência os textos selecionados e aquilo que deseja verdadeiramente interpretar a partir deles (Flick, 2013).

Levando em conta o exposto acima, buscamos materiais bibliográficos que fossem coerentes com os assuntos delicados que serão aqui abordados, tendo em vista estratégias que são importantes para pensar questões relativas ao tecido social em que os objetos pesquisados narram suas vivências, bem como o que há de importante no pensamento sobre a diversidade sexual e de gênero dentro e fora das universidades. A partir disso, a análise dos resultados foi realizada tendo por base a literatura sobre o contexto universitário e ações afirmativas a partir das perspectivas teóricas feministas e *queer*. Todos os materiais coletados, seja a literatura especializada ou aquilo que os sujeitos dos grupos e entrevistas ofereceram, foram colocados de forma que possibilitassem o diálogo uns com os outros.

A multiplicidade de dados encontrados em uma pesquisa pode gerar até uma confusão para o pesquisador (Flick, 2013), em vista da imensidão de possibilidades de achados. Para o presente trabalho, escolhi focar nas falas realizadas nas entrevistas e grupos focais, muitas vezes expondo na íntegra as interações com algum assunto abordado nos encontros. A intenção é expor de forma crua e real o que os sujeitos pesquisados trouxeram como contribuição e as nuances que muitas vezes podem ser perdidas em cortes muito bruscos.

Também é interessante destacar que como o pesquisador que vos escreve também faz parte de uma universidade pública e é LGBTI+, me torno parte do objeto de pesquisa, sou um pesquisador pesquisado. Não pretendo aqui fazer algum tipo de autoetnografia, mas entendo que em certos momentos posso estar inserido ao fazer reflexões sobre minhas próprias experiências e participações em contextos relevantes à discussão. E deixo nítido que não pretendo assumir nenhuma posição passiva de observador, mas sim, estar implicado e engajado com os dados obtidos para identificar questões problemáticas, pensar possibilidades, soluções e intervenções.

4. O EXISTIR, PERTENCER E PERMANECER

A partir daqui ingressamos no terreno de análise dos dados coletados. Como estrutura, escolhi alguns termos que desempenham um papel significativo para essa investigação, estando presentes desde a Iniciação Científica que deu origem a esse Mestrado. Os termos Existir, Pertencer e Permanecer expressam, de um lado, uma sugestão dos estágios que podem estar contidos na vivência universitária, desde a entrada na universidade até o final da trajetória em tal espaço. Por outro lado, é possível considerar que esses termos não necessariamente expressam estágios, pois tais aspectos, sejam expressos subjetivamente ou por condições mais objetivas, estão inseridos em todos os momentos de vivência universitária, sem hierarquização ou temporalidades segmentadas. Cada uma dessas dimensões pode se destacar com maior ou menor intensidade em diferentes momentos, oferecendo possibilidades de compreensão da experiência universitária.

Na imersão de tais terrenos, buscarei não ser rígido na condução da análise, mantendo o espírito de abertura às multiplicidades inerente ao exercício cartográfico. Simultaneamente, ao me aproximar das experiências e relatos dos sujeitos que colaboraram para a construção da presente investigação, tomei por inspiração o conceito de desterritorialização de Deleuze e Guattari. A interpretação dos conceitos desses autores pode ser muito plural, movimento que é base para a filosofia de Deleuze e Guattari ao estimularem a concepção de linhas de fuga para a criação de pensamentos e práticas que possam subverter a realidade expressa em um mundo em que diversas violências imperam. A desterritorialização é caracterizada como a própria “operação da linha de fuga” (Deleuze; Guattari, 2012b, p. 224), sendo um conceito importante na trajetória de escritos da dupla.

Deleuze e Guattari distinguem formas de desterritorialização, as conceituando como negativas, relativas e absolutas. Apesar dos termos relativo e absoluto poderem soar distantes em temporalidade e táticas, ambos estão interligados (Haesbaert; Bruce, 2002). A desterritorialização relativa, ou “positiva” (Deleuze; Guattari, 2012b), seria referente a quebra de fronteiras sociais, mas que ainda não significaria o fim dos processos de desterritorialização, pois além da dimensão social, os autores desejam pensar as formas de construção criativa e de pensamentos.

Para pensar formas de desterritorialização e avançar no enfraquecimento de segmentos opressores, é necessário conhecer o terreno que estamos visando. Ao longo da pesquisa de Mestrado, tive como desejo conhecer melhor os espaços universitários e a vivência de sujeitos discentes e traçar possibilidades diante do que foi relatado. No presente texto expresso o que pude conhecer do terreno universitário e das pessoas ali presentes e potencialidades que poderiam frear processos de vulnerabilização, ao desterritorializar dispositivos de opressão para quebrar ciclos de violência, desigualdades e discriminações. Apesar de parecer contraditório ao pensamento cartográfico a proposta de uma estrutura, elaboramos uma que pretende facilitar o ato de se mergulhar no território textual aqui apresentado, estimulando a criatividade ao terem contato com o que vai ser exposto aqui. Tal estrutura irá apresentar os terrenos explorados durante a investigação e as possibilidades de repensá-los.

Dentro de cada seção, temos tópicos que subdividem os achados da pesquisa, com cada tópico abordando distintos processos psicossociais e institucionais encontrados na investigação. A partir disso, serão expostos esforços de instituições universitárias e de membros autônomos em prol do reconhecimento da existência e necessidades de sujeitos da diversidade sexual e de gênero, bem como o processo de reconhecimento que tem levado a composição de redes de apoio fora dos meios burocráticos, como vínculos de amizade e redes de apoio, bem como a elaboração de dinâmicas dentro de normas institucionais, por meio de ações e políticas afirmativas.

4.1 O Existir

Afirmar que um grupo de pessoas continua existindo, ocupando espaço e vivendo obstinadamente já é uma ação expressiva, um evento politicamente significativo [...], os corpos reunidos “dizem” não somos descartáveis, mesmo quando permanecem em silêncio. Essa possibilidade de expressão é da performatividade plural e corpórea que devemos compreender como marcada por dependência e resistência (Butler, 2018, p. 24)

O tópico da existência se pauta a partir do reconhecimento da presença da população LGBTI+ no espaço universitário. E reconhecer a existência dessa população também significa reconhecer suas particularidades e necessidades, posteriormente pensando ações concretas em relação a tais necessidades, afinal, a partir de tal tomada de consciência, é possível elaborar ações que visem a promoção da inclusão e do bem-estar dessas pessoas no ambiente universitário, dando a visibilidade e validação necessárias

para construir ações que incluem garantias para segurança e igualdade de oportunidades para tal população.

Tal reconhecimento pode ser ilustrado a partir de medidas que vêm sendo implantadas em diversas universidades. Cada sujeito LGBTI+ possui vivências e demandas particulares, mas a partir de um ouvido atento ao que tais sujeitos têm a dizer, e identificando o que é compartilhado nas experiências de tais sujeitos, é possível pensar ações coletivas. Na universidade tais ações podem se concretizar como garantias institucionais de ingresso, segurança socioeconômica, física e emocional dos sujeitos, bem como a criação de políticas e programas que promovam uma vivência plena de sujeitos da diversidade sexual e de gênero dentro do espaço universitário.

A partir desse pensamento, acessamos o conceito de ações afirmativas, que foi brevemente explicado anteriormente, mas que será explicitado de modo mais atento a partir do acesso a uma bibliografia específica sobre o assunto. Feres Júnior *et al.* (2018) colocam de forma objetiva que uma ação afirmativa pode ser “todo programa, público ou privado, que tem por objetivo conferir recursos ou direitos especiais para membros de um grupo social desfavorecido, com vistas a um bem coletivo” (p. 13). Quando pensamos em grupos menos favorecidos, em geral a referência é feita aos corpos que merecem ter acesso à justiça social por conta de opressões praticadas por classes dominantes, opressões que podem ser advindas da lgbtfobia, racismo, machismo, preconceito religioso e outros mecanismos de violência. No campo do Direito e outras ciências sociais, é comum se referir a essas populações como minorias (Alamino; Vecchio, 2018).

O termo “ações afirmativas” inicialmente começou a ser utilizado nos Estados Unidos em políticas para população negra, como forma de reparação destinada às pessoas que sofreram processos históricos de racismo. Brown (2015) coloca que contemporaneamente a luta pelos direitos da população LGBTI+ nos EUA nunca esteve tão avançada e a aceitação de questões como a do casamento entre pessoas do mesmo sexo alcança recordes de apoio, fazendo com que mais pessoas decidam sair do armário chegando a ter sua identidade sexual e de gênero colocada em evidência ao realizar a matrícula em uma universidade americana. O autor então questiona se esses sujeitos deveriam ser ou não merecedores de ações e contextualiza o surgimento das ações afirmativas nos anos 60 e coloca essas iniciativas como “[...] *a way to compensate for past discrimination, persecution, or exploitation by the majority class of a certain*

minority class, and to address existing discrimination”¹³, delineando todo o percurso de como as ações afirmativas direcionadas a gênero e raça foram discutidas em diversos governos estadunidenses e pela suprema corte do país, onde não eram colocadas como lei na legislação federal ou dos estados, mas apresentadas como possibilidade nos processos de admissão nas universidades dos Estados Unidos. O artigo também aponta a falta de estatísticas que evidencie a possível discriminação sofrida por sujeitos LGBTI+ no espaço universitário estadunidense e de números que apontem grande desigualdade de alunos cis e heterossexuais em comparações com discentes da população LGBTI+.

No Brasil, o termo “ações afirmativas” teve provável influência do país norte-americano e começou a ser utilizado como referência em debates e formulação de políticas públicas de combate à desigualdade racial (Feres Júnior *et al.*, 2018). Atualmente, as ações afirmativas são reconhecidas no discurso público brasileiro principalmente por meio das cotas étnico-raciais presentes em processos de concursos públicos e de exames para o ingresso em universidades, sendo que no caso da população LGBTI+ ainda é mais comum pensar em ações “políticas antidiscriminatórias punitivas” para o combate à discriminação contra pessoas LGBTI+, o que é extremamente importante, mas nem sempre se dá a ênfase necessária a ações afirmativas, que não pensam necessariamente em punir o agressor, mas em promover ações que tragam bem estar social para os grupos marginalizados:

A ação afirmativa se diferencia das políticas antidiscriminatórias punitivas por atuar em favor de coletividades e indivíduos discriminados, podendo ser justificada tanto como instrumento para prevenir a discriminação presente quanto como reparação dos efeitos de discriminação passada (Feres Júnior *et al.*, 2018. p. 14)

As demandas por ações afirmativas para LGBTI+ nas universidades se tornaram mais emergentes após esse público começar a ter uma representatividade cada vez maior em tal espaço, que não mais era dominado por sujeitos que se declaravam cisheteronormativos, mas que nitidamente estava passando por uma “expressiva mudança do perfil discente” (Rios; Perez, 2021, p.89), mudança essa que permanece acontecendo até o presente momento. A partir disso, a adoção de ações afirmativas simboliza o

¹³ “[...] uma forma de compensar a discriminação, perseguição ou exploração pela classe dominante sobre uma determinada minoria no passado e para lidar com discriminações existentes”. (Brown, 2015. Tradução nossa.)

reconhecimento da existência de populações como a LGBTI+ nos espaços e atenção as suas necessidades.

Muitas universidades já entendem que o reconhecimento da existência da população LGBTI+ no espaço universitário não se trata apenas de uma questão de justiça social, mas também de enriquecimento da experiência educacional como um todo. A diversidade de perspectivas e experiências enriquece o ambiente acadêmico, promovendo diálogos que fujam da lógica heterocisnormativa, que por muito tempo foi considerada a regra, mas que hoje é considerada muitas vezes, e com razão, limitante de avanços sociais necessários.

Para essa primeira seção de análise, vamos focar nas etapas iniciais da pesquisa, desde o contato inicial com as universidades, expondo os momentos bem-sucedidos e os que exigiram recalcular a rota, bem como quem são os colaboradores que constituem o pilar necessário para realização da presente pesquisa. Ao longo da seção “Pertencer” também abordaremos aspectos iniciais da vivência universitária dos participantes, bem como alguns aspectos de suas vidas que antecederam a entrada na universidade.

4.1.2 O Contato

No espaço universitário, as vidas de minorias sexuais e de gênero não raro têm suas demandas minimizadas e invisibilizadas. Sujeitos LGBTI+ são colocados como responsáveis por exercer paciência com discriminações sofridas por pessoas cisheterossexuais e ainda ensinar tais pessoas como agir melhor. Além disso, membros da comunidade LGBTI+ sentem que precisam sempre se esforçar mais para ter suas vozes ouvidas dentro do espaço universitário.

Para ouvir tais vozes e dar reconhecimento a elas, estabelecemos contato com três universidades que poderiam ser o caminho para conhecer pessoas LGBTI+ e suas histórias. Essas universidades foram a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), a Universidade Federal do ABC (UFABC) e a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

A primeira a ser contatada foi a UFPE. Foi enviado um e-mail para o Núcleo LGBT da UFPE, o qual respondeu com a proposta de uma reunião virtual. Nesse encontro os membros do Núcleo explicaram que existem profissionais contratados especificamente

para o Núcleo, trabalhando com questões relativas à comunidade LGBTI+ na UFPE. Na reunião também foi apresentada a presente pesquisa, e, como proposta, os membros do Núcleo LGBT da UFPE se ofereceram para fornecer informações sobre os grupos de estudo/pesquisa da universidade que abordam gênero e/ou sexualidade. Após acessar os grupos, houve a tentativa de contato com aqueles que possuíam eixos temáticos que fariam sentido para a pesquisa. No entanto, apesar dos membros do Núcleo terem intermediado esse contato, não houve retorno. Posteriormente, o pesquisador enviou um e-mail diretamente para os grupos, para o qual também não obteve resposta.

A partir disso, foi utilizado o método Bola de Neve, o qual foi citado nos “Métodos” do presente trabalho. Foi contatado um universitário de Recife, onde fica localizada a UFPE, que é conhecido do presente pesquisador e que fez a ponte para outras pessoas que acabaram formando um grupo para a realização dos grupos focais. Esse grupo não foi composto da forma como pensado inicialmente, pois não obtivemos apenas interessados de uma universidade da cidade de Recife, mas um interessado da UFPE, quatro da UFRPE e um da UPE. Somando, ao todo seis pessoas se comprometeram com o grupo, mas no início da realização dos encontros um dos integrantes da UFRPE não retornou contato e o grupo acabou fechando em cinco membros. Não obstante, no dia da realização do encontro, outro membro, o da UFPE, acabou desmarcando por conflitos de horários e acabamos finalizando com um grupo de quatro membros. A forma como se desenrolou os encontros dos grupos focais com estudantes de Pernambuco será explicada de modo mais amplo ao longo dos próximos tópicos.

No que concerne a UFSC, não foi possível coletar dados diretamente com estudantes de tal universidade, pois alguns entraves dificultaram o processo. Porém, foram obtidas informações importantes sobre a instituição por meio do diálogo estabelecido com uma funcionária da universidade e uma pesquisa sobre as ações afirmativas institucionalizadas. A investigação revelou a existência de algumas ações institucionais significativas, implementadas com o objetivo de promover a inclusão de sujeitos LGBTI+ na universidade.

A funcionária em questão é uma assistente social que faz parte da Coordenadoria de Diversidade Sexual e Enfrentamento de Violência de Gênero (CDGEN). Em sua resposta ao contato inicial por e-mail, ela declarou ter ficado feliz com o contato e com a possibilidade de contribuir para a pesquisa e sugeriu uma conversa via *Google Meet* para

explicar um pouco da realidade da universidade e ser feita a verificação da melhor maneira de acessar o público-alvo da universidade. A colaboradora também explicou seu trabalho dentro da CDGEN, que consiste em ouvir as necessidades de discentes em situação de vulnerabilidade relacionadas à sexualidade e gênero e pensar as melhores formas de encaminhar tais demandas. Essa atuação se mostra coerente com a origem da coordenadoria, que foi formada com o intuito de construir “políticas de enfrentamento à LGBTfobia e violência contra a mulher, na luta pela promoção dos direitos da população universitária LGBTQI+ e mulheres vítimas de violência”¹⁴.

Em um artigo sobre a importância da criação da CDGEN, Filho e Garcia (2022), colocam que a concepção de tal estratégia institucional e os trabalhos realizados ali “[...] produziram resultados positivos quanto ao acolhimento e respeito às diferenças com uma mudança, ainda que homeopática, significativa na permanência de estudantes que fogem à cisheteronorma e mulheres vítimas de violência” (p. 45).

Na reunião, a assistente social explicou que os sistemas de informação da UFSC são bem antigos e que o acesso aos dados mais complexos das universidades é precário, então apenas as informações mais básicas sobre a população universitária ficam disponíveis. A funcionária também comentou sobre uma ONG da qual já havia feito parte e sobre o Acolhe UFSC, bem como sobre o acolhimento que presta para alguns discentes que solicitam à coordenaria e relatou que todas as pessoas Trans a quem prestou atendimento relataram já ter pensado ou tentado o suicídio, o que escancara um problema que é generalizado no Brasil (Benevides, 2022).

De acordo com a colaboradora, uma pesquisa interna realizada recentemente permitiu a contabilização de 108 pessoas trans matriculadas em mais de 40 cursos da instituição, mas tais dados ainda não estão devidamente divulgados. Tais estudantes trans contam com a opção de solicitar o uso do nome social nos registros e documentos oficiais da universidade, direito garantido pela Resolução Normativa No 59/CUn/2015¹⁵, que possibilita a existência com mais respeito e inclusão dentro do espaço acadêmico.

¹⁴ Informação disponível em: <https://cdgen.ufsc.br/o-que-e-a-diversex/>

¹⁵ Resolução disponível no seguinte link: https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/135170/Resolu%C3%A7%C3%A3oNormativa_59_NomeSocial.pdf

Tal resolução foi implementada após a entrada da primeira aluna transexual da UFSC, que encontrou dificuldades institucionais e gerou o debate sobre o tema, conforme descrito por Filho e Garcia:

A Universidade Federal de Santa Catarina, com uma população que orbita em torno de 50 mil pessoas, não foge a este contexto. Fundada em 1960, recebeu sua primeira aluna transexual 51 anos após sua fundação, em 2011. Ingressada no então recém-criado curso de Arquivologia, a aluna encontrou dificuldades relacionadas à matrícula e nome de registro na frequência. A sua luta pelo direito ao uso do nome social culminou na aprovação e homologação, em 2015, da Resolução nº. 59/CUN/2015, que dispõe sobre o uso do nome social para pessoas trans nos registros acadêmicos no âmbito da UFSC, desde a inscrição no vestibular (Filho; Garcia, 2022, p. 37)

A trajetória dessa estudante destaca a forma como a necessidade de políticas e medidas que garantissem o respeito aos direitos das pessoas trans no ambiente acadêmico da UFSC não mais podia ser ignorado após a presença de um corpo que clamava por mudança. A aprovação da Resolução que permite o uso do nome social nos registros acadêmicos desde a inscrição no vestibular representa um avanço significativo na conquista de direitos LGBTI+ na UFSC e essa história nos convida a reconhecer e valorizar as lutas e conquistas das pessoas trans na busca por igualdade de direitos e respeito à sua dignidade. Cada avanço nesse sentido representa não apenas uma vitória individual, mas também um passo em direção a uma universidade mais justa e inclusiva.

Por fim, retornando ao diálogo e colaboração com a funcionária, após nossa conversa houve o início da formação de um grupo focal com discentes da UFSC que foram encontrados com o auxílio da funcionária contatada, mas não houve o comprometimento e colaboração necessários para que pudesse acontecer, não sendo possível a realização dos encontros.

Após a conclusão da impossibilidade de trabalho a ser realizado junto a estudantes da UFSC, foi pensado o caminho de mapear possíveis colaboradores da Unesp, universidade de fácil acesso para o presente investigador e seu orientador. A necessidade das entrevistas individuais continuou pulsando como algo importante para a construção da pesquisa, então foram contatadas pessoas estratégicas que poderiam auxiliar a chegar em pessoas interessadas e assim conseguimos mais cinco colaboradores para a pesquisa. No processo de encontrar pessoas interessadas prezamos por expandir a diversidade de participantes e a Unesp demonstrou ser um terreno fértil nesse sentido.

Já no que concerne à Universidade Federal do ABC, o contato com estudantes da UFABC foi estabelecido por intercessores, que foram membros do coletivo PRISMA. O processo de estabelecer contato com o coletivo PRISMA, reconhecido por seu engajamento em prol da causa LGBTI+ na UFABC, foi desafiador e envolveu diversas tentativas por parte do pesquisador. Inicialmente, foram feitas tentativas de comunicação por meio de e-mails e mensagens em redes sociais, contudo, não houve resposta por e-mail, enquanto a resposta pelas redes sociais ocorreu de forma tardia, embora tenha sido receptiva. Em um momento posterior, considerei empregar novamente o método Bola de Neve, desta vez utilizando a rede de contatos estabelecida com o Projeto Sobreviver ABC, um projeto de atendimento psicoterapêutico para pessoas LGBTI+ em situação de vulnerabilidade, do qual já fiz parte. Apesar de o Projeto Sobreviver ABC não estar diretamente ligado ao coletivo PRISMA no momento, é importante destacar que o projeto teve origem em uma iniciativa de tal coletivo. Posteriormente, ao analisar as falas de colaboradores discentes da UFABC, abordarei mais detalhadamente o coletivo PRISMA, mas utilizo desse momento para expressar minha gratidão pela colaboração de um membro do coletivo PRISMA, que facilitou a divulgação de um formulário nas redes sociais do grupo, atraindo interessados em colaborar com a pesquisa. Esse gesto foi fundamental para estabelecer finalmente o contato com discentes da UFABC.

Em tal formulário, construído no *Google Forms* (Apêndice A), os discentes podiam manifestar interesse em colaborar com a pesquisa. Inicialmente, os estudantes eram convidados a participar de entrevistas individuais. Entretanto, devido à dificuldade de formar um grupo focal na UFSC e à quantidade significativa de interesse por parte dos estudantes da UFABC – 12 no total – foi oferecida a oportunidade de participarem de um grupo focal composto por estudantes dessa universidade.

Além da pesquisa em território brasileiro, foi realizada a investigação intitulada “*Procesos de alianza y pertenencia para LGTBI+s en la comunidad universitaria de la Universitat Autònoma de Barcelona*”. A intenção de tal projeto foi de promover a interação e comparação de dados coletados no território brasileiro com o espanhol e construir movimentos que visem pensar melhores condições para construir alianças e redes de apoio para a população LGTBI+ nas universidades brasileiras a partir do que foi observado nas universidades espanholas.

A Espanha é reconhecida por promover uma educação voltada para a diversidade, tendo o cuidado de descrever a população LGTBI+ e as condições de preconceito e discriminação em que vivem, como a educação atua contra isso e o que pode ser melhorado na educação para combater a exclusão dessa população na sociedade (Cogam — Coletivo de Lésbicas, Gays, Transexuais e Bissexuais de Madri) (Pichardo; Puche, 2019). O país conta com instituições fortes como a Federação Estatal de Lésbicas, Gays, Trans, Bissexuais e Intersexuais, que é “[...] um projeto comum de mais de 57 entidades LGTBI+ em todo o território espanhol”, sendo a “referência mais importante do movimento associativo para a diversidade afetivo-sexual, familiar e de gênero do país¹⁶”.

Em relação ao desenvolvimento inicial da pesquisa em território espanhol, ao pensar em como alcançar possíveis colaboradores em Barcelona, foi realizada uma reunião presencial com a orientadora local, Marisela. Conversamos sobre a forma como a investigação seria realizada e após reflexões sobre questões relacionadas à logística em termos de tempo e acesso aos alunos para entrevistar, pensamos que seria interessante ampliar o espectro de possíveis entrevistados, abrindo a oportunidade para que estudantes de outras universidades, além da Universidade Autônoma de Barcelona - UAB, pudessem contribuir com uma entrevista.

Também chegamos à conclusão de que não seria realista esperar encontrar o número de dez entrevistados, que foi o objetivo inicial planejado. Tal decisão foi tomada levando em conta que três meses é um período um tanto limitado para desenvolver uma pesquisa desse porte. Por fim, chegamos ao número de seis entrevistados que contribuíram com relatos valiosos. Chegamos a essas pessoas, novamente, por meio do método Bola de Neve, levando como referência Vinuto (2014). Enfatizo mais uma vez como esse método é bastante eficaz quando nos deparamos com temas de investigação que apresentam dificuldades para encontrar colaboradores (Dewes, 2013).

Inicialmente, o contato com coletivos LGTBI+ foi o meio concebido para contatar potenciais participantes para as entrevistas. O primeiro contato foi com o *Observatorio para la Igualdad de la UAB*, que se destacou como exemplo de coletivo que demonstra o compromisso da UAB com a diversidade, pois realiza ativamente ações dentro da universidade para construir um legado de maior bem-estar para estudantes da diversidade

¹⁶ Informação disponível em: <https://felgtb.org/quienes-somos/>

sexual e de gênero, bem como para outras pessoas que necessitam de proteção contra a violência.

Dentre algumas subseções, tal iniciativa apresenta o Observatório LGTBI+, onde é visto na prática o compromisso da universidade com a defesa da diversidade sexual e de gênero e o combate à violência contra a população LGTBI+, orientando a necessidade de ações contra a homofobia, bifobia e transfobia, apesar de, na prática, nem tudo ser perfeito. Diante disso, considerou-se adequado entrar em contato com o Observatório por e-mail, o qual foi respondido com um pedido de espera por outra resposta, a qual não chegou. Por fim, através da professora Marisela e sua rede de apoio, foi possível encontrar uma pessoa para entrevistar, mas ainda estávamos longe da quantidade necessária para desenvolver a investigação.

Em seguida, através de intermediários, entrei em contato com o *Observatori Contra l'Homofòbia*, que “nasceu como um projeto dentro da Frente de Libertação Gay da Catalunha, que se constituiu como pessoa jurídica em 2008, com o objetivo de tornar visível e denunciar a homofobia, lesbofobia, bifobia, transfobia e inter(sex)fobia (LGTBIfobia) na Catalunha”¹⁷ (Russel; Serratosa, 2022, p. 3). A entidade oferece diversos apoios à população LGTBI+, desde ajuda psicológica a aconselhamento jurídico.

Após esperar a resposta de um membro do grupo, fui redirecionado para contatar um universitário em Barcelona que seria responsável por um grupo LGTBI+, mas a resposta foi que o grupo tinha sido dissolvido há dois anos e aparentemente a pandemia teria dificultado a continuidade das redes de contato e de apoio. Logo em seguida foi realizada a entrevista com a estudante que foi encontrada através da Marisela e da rede de contatos na UAB e, a partir daí, através do método Bola de Neve, mais pessoas foram encontradas e aos poucos conseguimos mais colaboradores. Essas pessoas preencheram algumas informações para verificar se era possível participar da pesquisa e aos poucos encontramos todas os participantes necessários para a pesquisa.

¹⁷ Tradução livre do texto em Catalão, que tem por original: “és una entitat nascuda com a projecte dins el Front d'Alliberament Gai de Catalunya (FAGC) amb seu a Barcelona, que es va constituir com a entitat jurídica l'any 2008, amb l'objectiu de visibilitzar i denunciar l'homofòbia, lesbofòbia, bifòbia, transfòbia i interfòbia (LGTBI-fòbia) a Catalunya” (Russel; Serratosa, 2022, p. 3).

4.1.3 Participantes

Após apresentar as universidades selecionadas para compor o escopo desta pesquisa e de delinear a estratégia adotada para alcançar discentes dessas instituições dispostos a colaborar, convém introduzir os participantes que participaram do estudo. A diversidade representada por esses participantes contribuiu significativamente para a pesquisa e todos foram extremamente importantes para a construção da investigação. Importante destacar que tanto nos grupos focais como nas entrevistas foram abordados temas que podem ser um tanto delicados e desde o início foi garantido o total sigilo de todos os participantes. A partir disso, surgiu a necessidade de renomear tais pessoas para não as expor sem necessidade e sem infrações éticas. Portanto, todos os nomes expostos daqui em diante são **fictícios**.

Encaramos como interessante a possibilidade de apresentar brevemente os pesquisados para ser possível acompanhar com coerência os relatos ao longo do texto e posteriormente pensaremos um pouco sobre os processos de identificações dos colaboradores enquanto sujeitos da diversidade sexual e de gênero.

Iniciando com os colaboradores de entrevistas individuais, contamos com cinco colaboradores da Unesp, sendo eles Michel, Jasmine, Roberto, Carol e Pierre. Michel entrou na Unesp no curso de Biologia e se descreve enquanto homem cis e gay. Jasmine ao ser entrevistada estava cursando Design e se descreveu como uma “travesti bissexual, mas não uma bissexual de binariedade, uma bissexualidade que inclui todos os gêneros e não-gêneros”. Já Roberto é estudante do curso de Biotecnologia e se descreve enquanto homem e gay, enquanto Carol cursa Arquitetura e se descreve como uma mulher cis bissexual. Em relação a Pierre, o estudante cursa Psicologia e diz se identificar enquanto uma pessoa cisgênero e em relação a sexualidade diz estar em um campo mais fluído:

PIERRE: Não sei se em algum momento isso vai se fixar, nem sei se isso seria necessário, mas em alguns momentos me enxergo como gay, outros enquanto bi, outros como pan. Mas não sei até que ponto desejo continuar tentando me definir, não sei se me sinto confortável com uma definição. Acho que tenho uma sexualidade mais fluída.

No que concerne aos entrevistados na pesquisa em território espanhol, tivemos seis colaboradores. Foram realizadas entrevistas com Sofia e Carmen, duas mulheres lésbicas cisgênero, Selena que se identificava como uma mulher lésbica trans, Adrian e Marcelo que se identificaram como dois homens gays cisgêneros e Martin que se

descreveu como um homem trans heterossexual. Todas as entrevistas foram realizadas pessoalmente nas universidades *Universitat Autònoma de Barcelona* e na *Universitat de Barcelona*. Todos os alunos assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndice B), que foi baseado no termo utilizado no Brasil, mas adaptado por Marisela ao que é comumente praticado na pesquisa em Ciências Humanas na Espanha.

Da UFABC temos quatro colaboradores, sendo Rafael, Mercúrio, Charlie e Jaci. Começando com Rafael, que ingressou no Bacharelado de Ciência e Tecnologia, temos a seguinte declaração ao ser perguntado sobre sua identificação de sexualidade e gênero: “Eu me defino como cis e gay. É uma questão meio complicada, né? Porque faz pouco tempo que eu me assumi para os meus pais. Mas eu me defino assim, não tenho muito mais o que falar.” Mercúrio ingressou na UFABC no Bacharelado em Ciência e Tecnologia e estava inscrito em engenharia de “instrumentação, automação e robótica e licenciatura em química”. Em relação a sexualidade e gênero, Mercúrio se apresenta da seguinte forma:

MERCÚRIO: Eu sou uma pessoa não-binária, me identifico mais como agênero e utilizo basicamente quase todos os pronomes. Minha relação com pronomes, a forma como faço autorreferência, é diferente da forma como outras pessoas se referem a mim. Eu refiro primariamente a mim no masculino, por uma questão de imposição perante a sociedade, porque eu acho que é muito simples me ver com uma pessoa cis, uma mulher cis. Eu gosto muito mais do que o pronome não-binário, eu acho que não tem o mesmo impacto no contexto que eu vivo. E eu sou uma pessoa pansexual, também demissexual e amarela.

Sobre Charlie, ele¹⁸ estava cursando o Bacharelado em Ciências e Tecnologia e ao terminar pretendia ir para a área de Neurociência. Sobre sua identidade de gênero e sexualidade, Charlie diz: “Na questão de gênero, eu me identifico com uma pessoa não binária. A minha expressão de gênero fica muito entre o neutro e o feminino e até por esse motivo na minha questão de sexualidade, eu me identifico como lésbica”. Já o participante Jaci é estudante do Bacharelado de Ciências e Humanidades, se descreve como bissexual e em relação ao gênero disse: “Pode colocar o gênero como não decidido, como não definido. Quando eu respondo formulários na internet eu coloco ‘prefiro não informar’”.

Por fim, no grupo focal com colaboradores da UFRPE e UPE também contamos com quatro colaboradores: Jaime, Daiele, Gustavo e Beatriz. Jaime, Daiele e Gustavo eram estudantes de Economia da UFRPE e Beatriz estudante de Medicina da UPE. Em relação ao gênero, os quatro membros do grupo se identificam enquanto pessoas cis. Já

¹⁸ Pronome de referência comumente utilizado no tratamento a pessoas não-binárias.

em relação a sexualidade, foi interessante observar que, enquanto Daiele se identificava como lésbica, três dos quatro membros do grupo expressaram não se identificar de forma específica e/ou fechada dentro de uma das identificações de sexualidade da comunidade, com Jaime dizendo que transita entre as identificações “homo e bi, sendo mais bi” e Beatriz dizendo que se identificou com a descrição de Jaime, enquanto Gustavo expressou não gostar “desses rótulos, homo ou bi”, mas que está dentro deles de alguma forma.

As identidades expostas acima estão inseridas em um contexto de transformação social interessante e potente, em que as identificações sexuais e de gênero estão em construção, tendo em vista que não existem estritamente apenas dois gêneros, nem sexualidades restritas como a cisheteronormatividade tenta impor. Colling (2016) coloca que tal forma de encarar a diversidade sexual e gênero já data desde o início da formação de coletivos *queer* que visavam desconstruir as ideias sobre gênero e sexualidade:

O que os *queer* denunciavam é que não existe apenas uma forma de viver as homossexualidades, as bissexualidades, as travestilidades, as lesbianidades e também as heterossexualidades. Assim como não existem apenas dois gêneros (homem ou mulher), mas que uma considerável parcela das pessoas prefere ficar nos trânsitos e/ou nas margens. Ao burilar as análises, os estudos posteriores vão defender que todos nós somos influenciados pelos outros, ou seja, ninguém é 100% homem, mulher, homo ou heterossexual. (Colling, 2016, p. 12)

O *queer* pode dialogar com o discurso dos membros dos grupos focais, pois o *queer* não se limita a um conceito, não sendo necessariamente um adjetivo ou substantivo, mas algo que figura como um verbo, o *Queering*, significando o ato de estranhar, questionar o que é considerado normal e natural e colocar uma interrogação. É difícil tratar o *queer* como uma identidade pois o próprio conceito vai contra isso, levando a estranheza para o sujeito, percebido como construído por meio de processos complexos e performativos (Peres, 2013).

Tais ideias também dialogam com o que Butler pensa em sua obra “Problemas de Gênero” (2003), onde a autora tenta embarcar em toda a profundidade das concepções de gênero e sexualidade, expondo como não é possível pensar uma essência ou naturalidade para tais identificações humanas, pois todos esses enunciados estão extremamente afetados por processos sociais e políticos, chegando ao ponto de que o próprio conceito de sexo é uma construção, pois não é possível pensar em tais aspectos sem a linguagem e a linguagem é uma construção humana dentro de determinados processos presentes e passados que afetam como tal linguagem é instrumentalizada. Já em “Desfazendo

Gênero” (2022), encontramos que as concepções normativas de gênero podem “desfazer nossa personalidade, sabotando nossa capacidade de perseverar em uma vida vivível” (Butler, 2022. p. 11). Ao longo da obra a autora demonstra como para muitos é latente a emergência de encontrar formas e expressões de existência que não estejam enclausuradas no bê-á-bá sobre gênero que aprendemos desde o momento da designação ao nascer.

As identidades dos sujeitos vão se produzindo ao longo da vida, num processo de reprodução de outras já estabelecidas, ou de repulsão. O indivíduo se apropria dos comportamentos de sexo e gênero a ele estabelecidos e os ressignifica interiormente, aceitando ou rejeitando-os (Reis; Pinho, 2016. p.7)

Tal movimento também é interessante porque, além de indagar aspectos de expressões de gênero e sexualidade que ganham repercussões a nível político, também referenciam o lugar singular de como cada um sente e se expressa, traçando relações com o conceito de singularidade de Deleuze e Guattari.

4.1.4 Início da trajetória universitária enquanto LGBTI+

Carmona e Prado (2009), colocam que “tanto a tensão quanto o diálogo são necessários à política LGBT” (p.5), destacando que o diálogo é parte essencial para a possibilidade de existência digna de sujeitos LGBTI+. Tendo em vista as desigualdades geradas pela sociedade lgbtfóbica, todos os sujeitos que compõem as minorias sexuais e de gênero acabam por precisar ser ativos construtores de políticas que possam gerar melhores condições de vida para essa população e, sem existir diálogo dentro das instituições, não há como ocorrer esse movimento que é imprescindível para a comunidade LGBTI+.

Para poder promover o diálogo e ouvir o que membros da comunidade têm a dizer sobre o que tem ocorrido nas instituições universitárias pesquisadas, foram pensados os grupos focais. Tais grupos foram idealizados para serem realizados com seis pessoas, mas por conta do não retorno de um dos membros da UFRPE que faria parte dos encontros e outro da UFPE que disse que não seria mais possível encaixar os encontros em seus horários, tivemos por fim quatro pessoas presentes. Para participarem dos encontros foi enviado um termo de consentimento que foi assinado pelos discentes (Apêndice C).

Após o recebimento dos termos de consentimento assinados foram realizados três encontros do grupo focal com quatro discentes, sendo três estudantes de Economia da UFRPE e uma estudante de medicina da UPE, assim como descrito na identificação dos

participantes. Os encontros foram realizados pelo *Google Meet*, tendo sido gravados para futura transcrição.

No âmbito da UFABC, a pesquisa envolveu a realização de três encontros com um grupo focal composto por discentes da universidade. Embora inicialmente concebido para incluir seis participantes, o grupo acabou sendo composto por quatro pessoas devido a conflitos de agenda e desistências de última hora. Dentre os participantes, três eram estudantes do Bacharelado em Ciência e Tecnologia, enquanto um representava o Bacharelado em Ciências e Humanidades, conforme detalhado na descrição de identificação dos participantes.

Para poder expandir e aprofundar algumas questões, também foram realizadas entrevistas em território brasileiro e espanhol, com o território brasileiro sendo representado por estudantes da UNESP e o espanhol pelos estudantes do território de Barcelona descritos no tópico anterior. Com o objetivo de explorar os assuntos discutidos nos encontros, será feita a navegação pelos tópicos ao longo do texto, expondo falas de participantes e o que é possível refletir a partir delas.

Um tópico que foi comum nas conversas com todos os estudantes foi o questionamento sobre o período de entrada na universidade, se já se entendiam enquanto pessoas LGBTI+ ou se passaram a se identificar enquanto membros da comunidade após o ingresso na universidade e como teria sido esse processo. Dentro disso, também foram questionados se em suas experiências iniciais a universidade pareceu ser um espaço mais conservador ou aberto para a diversidade.

Alguns estudantes declararam ter tido experiências positivas, em especial os integrantes do grupo focal da UFABC. Charlie conta o seguinte:

CHARLIE: Eu já entrei na universidade me vendo como uma pessoa não-binária e lésbica, entendendo melhor a minha identidade, quem eu sou. Eu tive uma experiência em relação ao acolhimento muito boa, porque a UFABC tem o coletivo Prisma, Dandara dos Santos, que inclusive hoje eu faço parte. E assim, eles foram o meu primeiro contato da universidade. [...] E foi um acolhimento muito bom. A entrada em si na universidade foi um pouco caótica, porque eu entrei, eu fiz a matrícula e logo em seguida veio a pandemia. Daí aquela coisa, eu fiz a matrícula numa semana, na outra estavam fechando tudo. E eu já fiquei naquele desespero, por que até agora não tinha conseguido entrar na faculdade e agora que dá certo as coisas estão assim? Eu fiquei nervoso pra caramba. Meu Deus, o que vai acontecer? Daí falaram, a gente vai adaptar, a gente vai usar o modelo online. Eu acredito que a minha experiência no ensino à distância teria sido muito pior se não fosse pela iniciativa do grupo de convivência, do Prisma, porque tinha muitas pessoas ali. Algumas eram veteranas, outras eram ingressantes, como eu, e estavam passando por

problemas também. Então, mesmo que não fosse uma coisa física, era uma experiência, de caramba, eu tenho onde me apoiar, eu tenho uma rede de apoio.

Em seguida, Rafael pontuou:

RAFAEL: É tranquilo a UFABC, às vezes me sinto mais à vontade na universidade do que na minha própria casa, se for pensar. E eu achei tranquilo, a gente faz amizade com muita gente, é que, assim, é um quadrimestre, e tem muita gente, e tem aceitação, então isso é tranquilo. Eu acho que eu peguei o primeiro menino, é, foi em uma festa da UFABC, foi a festa de trote. Eu sou ingressante na UFABC então estou aprendendo, mas é por aí. [...] Eu acho uma universidade muito tranquila, tem muito respeito. Eu acho que o pessoal acha tudo muito livre, o pessoal conversa bastante, muita gente com uma conversa legal.

Tais falas refletem a importância do acolhimento para pessoas LGBTI+ e como o contato com outras pessoas que promovem identificação é um diferencial, ressaltando como o coletivo Prisma proporcionou um espaço seguro e acolhedor desde o início da entrada na universidade, oferecendo suporte e agindo como importante fonte de informações. Pensando no papel de coletivos como esse, é possível se conectar com os escritos de Butler, onde as ações coletivas são descritas como um “exercício [...] do direito de aparecer, uma demanda corporal por um conjunto de vidas mais vivíveis” (2018, p. 31). E tal demanda por qualidade de vida se estende às vivências através do virtual também, como ressaltado por Charlie.

Mercúrio, participante do grupo focal da UFABC, traz um relato parecido sobre a entrada na universidade, mas ao longo de sua fala traz algumas nuances interessantes do seu percurso durante o curso, abrindo espaço para pensar um pouco sobre os desafios de pertencimento no espaço universitário, como as complicações em ser um sujeito da diversidade sexual e de gênero em um ambiente dominado por homens cisgênero:

MERCÚRIO: No processo de entrada da UFABC, eu tive muito apoio do coletivo LGBT, que foi o coletivo Prisma. Eu participei unicamente do trote deles, porque eu não queria passar por nenhum tipo de violência e a gente sabe que esses ambientes costumam ter muitas dificuldades para pessoas LGBT, quem dirá para pessoas trans. E eu fui muito bem recebida, eu já conhecia algumas pessoas de outros lugares, em eventos e coletivos de fora da faculdade. Então foi um processo muito tranquilo. Em relação ao curso em si, o BC&T, ele começa muito diverso. Há muitas entradas no sentido de lista de chamada, o que vai diversificando cada vez mais as pessoas que entram. Por ser um curso um pouco mais aberto, por ser pelo ENEM, também permite um pouco mais do que um vestibular específico. Mas conforme você vai finalizando o curso, é possível perceber que, de acordo com o curso específico que você escolhe, o pós-bacharelado, vai afunilando cada vez mais. Eu, por exemplo, desisti da engenharia em si, porque foi ficando cada vez mais apenas homens, cis, brancos e héteros e bolsominions. Então foi uma coisa que foi complicada. O curso de exatas em si, o Campo de Santo André, ele é, primariamente, formado por homens, é só homem nesse lugar, é horrível.

É viável conectar tal declaração com o que Daiele, integrante do grupo da UFRPE, disse ao detalhar sua trajetória universitária. Daiele conta já ter entrado no curso se identificando enquanto lésbica e estando em um relacionamento. A estudante relatou que Economia é um curso que conta com mais homens cis héteros no geral, o que gerou um certo impacto inicial, afinal a presença massiva de homens cisheterossexuais acabava por levar a constituição de um ambiente bem sexista, apesar da universidade como um todo não refletir isso:

DAIELE: [...] passei por algumas situações bem chatas envolvendo sexismo, fetiche. Agora a universidade em si realmente é plural, por exemplo, me sinto bem mais à vontade na universidade do que em lugares públicos, como shoppings e restaurantes. Mas em relação ao meu curso, por ser um curso muito masculino, o primeiro impacto foi ruim, foi sexista e homofóbico por ter que escutar coisas muitas vezes fetichizantes.

As declarações acima evidenciam a operação de uma estrutura social que perpetua diversos privilégios para os membros da heterocisnormatividade, em especial homens cisgênero. Essa estrutura coloca a normatividade heterossexual e cisgênera como padrão, relegando as identidades sexuais e de gênero diversas a uma posição subalterna (Gayle, 2012). Tal dinâmica pode resultar em desconforto para aqueles que se identificam com a normatividade ao terem de compartilhar espaços com sujeitos da comunidade LGBTI+. O estranhamento gerado pode se manifestar em falas constrangedoras e discriminatórias, que muitas vezes passam despercebidas ou são minimizadas, pois, em teoria, membros da heterocisnormatividade podem se comportar dessa maneira sem enfrentar repreensões.

Além da sua identidade enquanto LGBTI+, questões ligadas ao gênero da estudante, ou como os outros percebem seu gênero, são incisivas. Wittig (2022) é direta em pontuar os processos opressivos dentro das relações de gênero: “não existe sexo. Existe apenas sexo que é oprimido e sexo que oprime” (p. 33). A autora demonstra a urgência pela destruição do “conflito de classe” entre homens e mulheres, ao propor um desmantelamento nas esferas “política, filosófica e simbolicamente das categorias “homem” e “mulher” (p.26). Wittig é uma das figuras que influenciou fortemente a mobilização pela desnaturalização do uso dos títulos de gênero e sexualidade para fins repressivos, em nome de uma liberdade mais efetiva para mulheres e pessoas LGBTI+.

Tais questões também levam a necessidade de pensar os processos de masculinidade, sobre como as relações em diversos espaços, entre eles a universidade, se organizam a partir de perspectivas masculinistas. Levantar esse ponto é importante para

compreendermos as dinâmicas de poder e as estruturas de desigualdade de gênero que ainda permeiam muitos espaços (Connell, 2005). O exercício de uma perspectiva masculinista na universidade acaba por resultar no desenvolvimento de privilégios ofertados ao conhecimento produzido por homens, marginalizando perspectivas feministas, *queer* e outras críticas à hegemonia masculina (Bento, 2015).

Focando nos contextos específicos de cada território pesquisado, temos acesso a algumas pesquisas que auxiliam na análise do assunto. Ao pesquisarem diversas escolas de Ensino Médio do estado do Pernambuco, Almeida e Carvalho (2022) buscaram por palavras que os estudantes associavam a masculinidade:

‘Força’ foi a segunda palavra mais evocada pelas/os estudantes. A força é culturalmente associada à masculinidade. No processo de socialização das crianças do gênero masculino a força é um elemento sempre posto à prova, exigida sua demonstração seja no uso da violência ou em competições em que é o fator mais expressivo. [...] Na construção das masculinidades, a força está presente nas práticas que orientam as crianças masculinas a não chorarem, a não expressarem suas emoções, pois estas seriam uma demonstração de fraqueza, portanto, de não masculinidade (p. 258).

Os autores seguem descrevendo como as referências sociais associadas a masculinidade comumente estão direcionadas ao direito de exercer a violência contra figuras que supostamente deveriam ser submissas ao ser masculino, como “companhias afetivas, amorosas, sexuais, sua família” (Almeida; Carvalho, 2022, p. 260).

Explorando mais diretamente o território da UFRPE, Stresser (2021) desenvolveu uma pesquisa sobre as concepções de masculinidade segundo estudantes de graduação de Ciências Sociais e, em sua análise, concorda com Almeida e Carvalho (2022) ao escrever que entre os pesquisados encontrou a predominância do pensamento de que “o homem é o sujeito que provê e protege (com o uso da força) a sua família, deixando para as mulheres serem as encarregadas do cuidado, da casa, dos filhos e do próprio marido” (p. 20).

Já em espaços paulistas, Meneses (2020), ao expor sua experiência como “mestrando em um programa de pós-graduação de uma universidade paulista” (p. 102), versa sobre a forma como a masculinidade tóxica em alguns espaços e ocasiões o levava a se sentir desconfortável como LGBTI+, concordando com a pesquisa de Floeter (2012) sobre expressões de masculinidade de estudantes de graduação de uma universidade pública paulista. No ambiente escolar, Silva Neto (2019) coloca que desde a infância é comum estudantes praticarem atitudes e falas homofóbicas e misóginas como forma de

marcar socialmente seu lugar dentro das representações de masculinidade. Entre adolescentes, ao pesquisar concepções de masculinidade de estudantes do ensino médio de uma escola do interior paulista, Correr e Souza (2015) enfatizam a naturalização do “descuido masculino com a saúde, ao ser comparado à mulher” (p. 1552), trazendo à tona a necessidade de aparência indestrutível relegada ao homem. Além disso, os autores refletem que as declarações dos pesquisados apontam para a compreensão de que:

[...] homens são socializados para perseguir, penetrar e dominar, enquanto as mulheres devem se manter no âmbito privado, socializadas para serem passivas e parceiras sexuais receptivas. Assim, o papel do homem é revestido, no discurso dos participantes, de representações de que o cotidiano seria mais difícil, na esfera do esforço físico e da resolução de problemas (Correr; Souza, 2015, pp. 1549-1550).

Levando em conta diferenças e semelhanças regionais de São Paulo e Pernambuco, onde se localizam as universidades aqui pesquisadas, os trechos acima situam bem como algumas representações sociais são amplamente compartilhadas nos preceitos da masculinidade, como as simbolizadas pela presença da força e ausência de fraqueza, bem como o desprezo pelo feminino, que leva a construção de ações misóginas e lgbtfóbicas (Puccinelli, 2016).

Já ao buscarmos distinções territoriais, Santos Júnior, Thibes e Menezes (2021) pontuam que muitos homens nordestinos ao se compararem com homens do sudeste buscam destacar sua masculinidade como superior ao se referirem como mais fortes, se inspirando na figura do “macho”. Outro contexto muito influente aos constructos de masculinidade no território Pernambuco é o coronelismo, com Lira (2018) colocando que não só no Pernambuco, mas que em toda região Nordeste é comum as representações masculinas estarem “ligadas ao coronel, ao jagunço, ao cangaceiro: coragem, destemor, valentia, virilidade”.

Como consequência da diferença de intensidades expostas pelos estudantes pesquisados aqui, penso que as universidades paulistas podem parecer mais abertas a construções de masculinidades menos tóxicas, mas acredito que muitas nuances estão inseridas e ver dessa forma seria superficial. Apesar de São Paulo contar com elementos regionais que possam parecer mais sutis, tanto que não é possível localizar tantas pesquisas que reforcem o território paulista enquanto objeto de pesquisa (o que talvez seja consequência da visão universalista que muitas vezes o Sudeste e Sul do Brasil acaba tomando no senso comum até da academia), encaro que as composições dos cursos

universitários podem influenciar de forma contundente em como as masculinidades se expressam, seja por questões numéricas, com turmas dominadas numericamente por homens, ou por estereótipos que consideram, por exemplo, a área de exatas como digna apenas para homens.

Em minha Iniciação Científica lembro o choque que tive ao analisar os números de violências lgbtfóbicas e de gênero praticadas em um curso de Agronomia na Unesp, em que os estudantes enfatizavam a forma como os valores vinculados ao curso e até um certo “coronelismo” no estilo interior paulista, com estudantes ligados ao agronegócio local, expressavam uma maioria estudantil extremamente machista. Na época não foi possível aprofundar a questão em minha pesquisa e nem atualmente é possível, mas encaro que os dados expostos acima e o que obtive em minha pesquisa anterior nesse espaço específico de uma universidade paulista apontam um possível caminho para pensar os preceitos de masculinidade expostos por estudantes como Daiele e Mercúrio.

Abordando outros aspectos relacionados à (falta de) simpatia e reconhecimento de existências LGBTI+, é pertinente o relato de Michel, que acompanhou de perto uma situação de violência transfóbica:

MICHEL: [...] eu tinha um veterano que é uma pessoa trans masculina e no primeiro ano ele estava nesse período de transição de gênero. E ele passou por um episódio de transfobia com uma professora, em uma prova em que ela pediu para ele colocar o nome de batismo antes de sair da sala. Porque você assinava a lista de presença quando entregava a prova. [...] ele já não estava mais com o nome de batismo ali, só que essa professora transfóbica, autodeclarada católica, falou que era para ele botar o nomezinho antigo e aí ele saiu de lá e já foi entrar em contato com a ouvidoria. A justificativa que ela deu para o coordenador do curso é que a religião dela não concordava com essas coisas, ela foi bem pessoal mesmo.

O relato acima demonstra um mecanismo de desrespeito e deslegitimação em atividade, no qual uma preferência/expressão discriminatória pessoal e autoridade burocrática se põem acima da validade da existência de uma pessoa. Corpos trans sofrem uma forma de discriminação que é naturalizada em diversos espaços, com uma voz que é tratada como não digna de ser ouvida, afinal para alguns as normas de gênero estabelecidas socialmente estão acima do que alguém pode reivindicar para si e para o mundo, manifestando o estado de transfobia enraizada que encontramos em vários espaços (Podestá, 2019).

Mais adiante, voltaremos a explorar outras facetas desse relato, porém, é crucial destacar como os mecanismos de deslegitimação de corpos LGBTI+ estão em pleno

funcionamento e se manifestam de diversas maneiras. A urgência da comunidade LGBTI+ em ter seus corpos como válidos e importantes dialoga com o que Butler coloca em seu livro “Vida Precária” (2022), ao escrever sobre como a comoção do luto por um determinado corpo é um indicativo para o fato de aquele corpo ser importante ou não diante da sociedade. Butler (2022) escreve que “a perda de algumas vidas ocasiona o luto; de outras, não; a distribuição desigual do luto decide quais tipos de sujeitos são e devem ser enlutados, e quais tipos não devem” (p. 13), destacando como o processo de promover o luto de certas vidas faz com que nossa energia seja direcionada somente aos corpos que o tecido social considera valiosos a ponto de serem passíveis de tal luto. Nesse sentido, encontramos muita comoção quando é ameaçado um corpo branco cis-heterossexual, mas o assassinato de uma mulher trans preta é apenas mais uma morte, a sociedade não tem tempo ou energia para lidar com isso.

E isso não é demonstrado apenas após a morte de alguém, pois ainda em vida podemos observar com nitidez a forma como as redes de proteção políticas e econômicas buscam proteger determinados corpos da vulnerabilidade, enquanto outros podem se tornar marginalizados sem grande preocupação (Butler, 2022). Paiva, Ayres e Buchalla (2012) destacam como a crise da AIDS nos anos 80 e 90 expôs de forma muito enfática a situação de vulnerabilidade da população da diversidade sexual e de gênero, com a ausência de preocupação do Estado com a população inicialmente afetada de forma contundente, a LGBTI+.

Continuando as reflexões sobre suas existências, outros dois membros do grupo, que também cursam Economia, confirmam o relatado por Daiele. Gustavo coloca que o curso realmente “é muito masculino” e que sempre há a sensação de que os homens demandam serem ensinados a lidar com questões LGBTI+, bem como nunca presenciou uma situação explícita de preconceito, mas que já ouviu “comentários velados desagradáveis”.

Jaime narrou que, antes de cursar Economia, iniciou o curso de arquitetura no Centro de Artes de Recife e que em tal faculdade havia uma forte presença feminina e meninos mais “*queerizados*”. Já no curso de Economia, por ser mais masculino, o estudante teve um choque, pois acabou por sentir que no curso que está agora acaba sentindo a necessidade de fazer sempre um pouco mais por ser LGBTI+:

JAIME: No curso há muitos momentos de discussão, muitos momentos em que precisamos nos expressar e se a gente não tem muita confiança para se expressar ficamos fora dessas discussões. É um curso mais masculino, tradicionalmente formado por homens, então existe essa questão de precisarmos fazer mais enquanto LGBT para sermos ouvidos e respeitados.

As passagens acima evidenciam alguns incômodos compartilhados em relação ao machismo prevalente no curso de Economia e como isso impacta a experiência de tais estudantes na vida universitária. Não é surpresa que em diversos espaços nos deparemos com alguma forma de machismo, afinal nossa cultura está construída de forma a compor nossa linguagem, pensamentos e emoções pelo sexismo (Butler, 2003).

Como também relatado pelos estudantes, há ocasiões em que, por conta de suas identidades LGBTI+, o sentimento de necessidade de se provar mais competente e merecedor de estar em tal espaço entra em ação, sentimento esse que é reflexo de uma cultura que nos leva a pensar que tais sujeitos contam com uma espécie de “defeito de fábrica” por possuírem uma identificação de sexualidade e/ou gênero que foge da norma tradicional. Por conta de tal característica, que tende a tomar uma noção negativa em aspectos conscientes e inconscientes, sujeitos LGBTI+ acabam por se esforçar arduamente para se fazer presentes, serem ouvidos e provarem sua competência para poderem conquistar o mesmo nível de validação social que pessoas habitantes da cisgeneridade (Castañeda, 2006).

E em um curso com vasta maioria de homens cis-heterossexuais, é propenso que o incômodo de sujeitos da diversidade sexual e de gênero seja mais acentuado, afinal, a tendência é que a presença de comportamentos machistas seja muito maior. Homens cis-hétero possuem privilégios adquiridos pelo machismo e muitas vezes não sentem necessidade de refletir sobre a cultura machista que afeta ativamente mulheres e LGBTI+s, seja por não se sentirem responsáveis por seus próprios atos machistas ou por não reconhecer atos machistas sendo praticados ao seu redor (Basso, 2017).

Falando sobre seu processo de identificação na universidade, Beatriz, disse o seguinte:

BEATRIZ: Eu já entrei na universidade me entendendo enquanto bissexual e foi engraçado no início das aulas porque não havia ninguém nas apresentações que se identificasse como não-hétero, então pensei "onde é que estou entrando"? Mas acho que era um pessoal um pouco mais retraído por conta do que poderia encontrar e acabou que eu fui a única que me identifiquei enquanto bissexual. O pessoal não tinha muita confiança de que seriam aceitos e agora mais de metade da turma já assumiu sua real identidade de fato e a turma que eu entrei é realmente incrível. Todos muitos acolhedores e agora nos sentimos

muito à vontade para falarmos sobre questões LGBT e os héteros também são bastante conscientes. As outras turmas que eu tive contato também tem essa mesma vibe. Ao mesmo tempo, a minha mãe trabalha na mesma faculdade onde eu estudo e ela sabe de mim, mas não aceita e por conta disso eu tenho que ficar me restringindo muito por ela. Meu maior peso lá é precisar ficar me restringindo por conta da minha mãe.

A experiência descrita revela um processo de descoberta e aceitação pessoal em relação à identidade sexual, bem como a dinâmica social que envolve assumir essa identidade perante outras pessoas. É interessante notar como, inicialmente, a falta de representação não-hétero nas apresentações causou certa estranheza e questionamentos sobre o ambiente em que a estudante se inseriu. No entanto, a percepção de que outras pessoas poderiam estar retraídas por medo de não serem aceitas oferece uma explicação plausível para a ausência inicial de outras pessoas se identificando como LGBTI+.

Em outro momento de conversa em grupo, a estudante colocou como no cursinho pré-vestibular pôde entender melhor sua identidade enquanto LGBTI+ e posteriormente contextualizou como isso teve efeito na sua relação com a família:

BEATRIZ: [...] como eu falei, meus pais não sabem. Na verdade, minha mãe sabe um pouco. Eu namorei por bastante tempo, por 5 anos eu tive que esconder um relacionamento e nesse meio tempo ela flagrou algumas coisas. Ela sabia, mas fingia não saber e eu fingia também, afinal não me sustentava, não tinha independência financeira etc. Eu não sei como eles iriam reagir, pois eles são bem fechados. Quando passa algo na televisão eles soltam piadas homofóbicas, tem falas problemáticas. Até que uma vez contaram para a minha mãe sobre o relacionamento e ela veio conversar comigo dizendo que eu seria a maior decepção da vida dela caso fosse verdade e que por conta disso que eu ficava defendendo "viado".

A passagem acima deixa explícito como a necessidade de se restringir e esconder uma parte importante de si mesma em função das expectativas e reações familiares cria um peso emocional significativo. É evidente que a falta de conhecimento e aceitação por parte dos pais cria um ambiente hostil e prejudicial para a pessoa que se sente obrigada a esconder uma parte importante de quem é. Essas palavras refletem o peso do preconceito arraigado e das expectativas sociais impostas pela família, gerando um sentimento de culpa injusto e desnecessário (Castañeda, 2006). Para melhor explorar tais questões, se torna interessante retornar um pouco para os cenários relatados ao período pré-universidade.

4.1.5. Antes da Universidade

Visando analisar questões envolvendo o contexto familiar, podemos observar o que outros membros colaboradores da pesquisa abordaram em relação ao período de criação pela família e de como vivências construídas ali podem ser marcadas como o início de uma trajetória de muitas pessoas LGBTI+ que sentem a necessidade de esconder sua identidade:

DAIELE: Eu não sou totalmente assumida para a minha família, minha família é muito evangélica. Meus avós eram evangélicos, minha família foi criada nesse meio e depois saíram e alguns voltaram, nesse caso minha mãe, que arranhou meu pai para levar junto e minha tia, uma das minhas tias [...]. E desde pequena eu escuto, por conta de sempre gostar de brincar na rua de bicicleta e de bola com os meninos, que eu era "mulher-homem", Maria não sei o que, e minha mãe sempre brigava com minhas tias por elas dizerem isso. E tem um apelido que elas me chamam até hoje, que é "Jorge", porque elas acham que de alguma forma, porque todo mundo que me olha normalmente acha que eu sou sapatão, então elas acham que a mulher lésbica quer ser homem de alguma forma, sendo que é o contrário.

GUSTAVO: Minha vivência na família vem principalmente de quem eu realmente considero família, que é minha mãe e minha vó, porque por parte de pai é aquela velha história de abandono paterno, aqueles problemas todos. Então realmente só tive minha mãe e minha vó e eu fui criado na igreja evangélica, uma criação bastante rigorosa. A outra parte da família eu não tenho muito contato, com alguns tios muito conservadores por conta da religião. Isso era algo que pesava muito para mim, porque todo mundo sabe, mas ninguém quer falar e eu também não quero me indispor com eles gastando energia para enfrentar o fundamentalismo religioso.

JAIME: No meu contexto familiar, atualmente moro com meus pais e eles sabem que eu tive um relacionamento com um cara, que foi dos meus 21 aos 23 anos, algo intenso, nós moramos juntos e meus pais sabiam dessa situação. Mas ao mesmo tempo era uma situação política meio "don't ask: don't tell", "não pergunte: não conte". Algo como que tudo estava bem na medida em que isso não era discutido. Eu me sinto muito apagado e invisível quando a questão é relacionamento, porque, por exemplo, minha prima casou, meu irmão tem um relacionamento e tem problemas e porque a cunhada é ridícula, [...] e ninguém pensa que eu também tenho problemas de relacionamento em vários sentidos e que eu não posso compartilhar e que eu fico sozinho nesses momentos, então me sinto invisível no contexto familiar. No ano que eu entrei na faculdade minha família também leu minhas conversas no Facebook e quase me proibiu de ir para a faculdade, mas na época eu tinha 17 anos. Hoje em dia está mais tranquilo até porque eu saí de casa por uma época.

MERCÚRIO: Eu cresci no ambiente católico, mas a minha mãe era da macumba. Então eu fui entrando na macumba aos poucos e hoje eu estou num terreiro que é formado por pessoas LGBT, basicamente. E que é super massa, sabe? É muito inclusivo. E é muito político também. Então, pra mim, essas coisas não afetam mais porque eu já tirei de mim essa noção de pecado, essa noção de demônio e tal e pra isso é muito mais tranquilo. Eu acho que você manipular pelo medo das pessoas é muito simples, né? Então, quando a pessoa deixa de ter medo as agressões meio que param de fazer sentido. Em relação a minha família, no começo foi um pouco difícil. Eu sempre fui sapatão, sabe?

Do tipo... Você olha pra mim e se vê uma pessoa sapatão. Então, desde criança meus pais achavam que eu era sapatão, antes mesmo de eu saber que eu era. Então eu sempre cresci com uma vigilância, da minha mãe pra não ser sapatão e meu pai era uma pessoa muito controladora, então, ele queria me ensinar a ser uma sapatão correta, uma sapatão higienizada. Mas, conforme eu fui frequentando os espaços, fui aprendendo também a dialogar. A gente acaba querendo bater de frente quando a gente é novo, mas tem vezes que com pessoas mais velhas a gente tem que falar alguma coisa que funciona melhor na linguagem deles. E isso funcionou. Minha mãe faleceu no passado, mas com o tempo ela foi a maior apoiadora que eu tive, no sentido de “quer fazer, faz”, de não ter medo dos seus familiares. Porque a família dela era de bolsonaristas, então, só por eu fazer coisas como tatuagem, era como se eu já fosse totalmente desviado do meu caminho. Mas ela sempre esteve lá para me apoiar, deixando eles para lá. E acho que foi isso que contou no final.

Os relatos expostos acima trazem a necessidade de pensar a infância de pessoas LGBTI+ e, para tal, irei resgatar algumas referências não tão contemporâneas, pois acredito que elas exploram bem algumas práticas absurdas nos cuidados de crianças e adolescentes e como essas práticas moldaram gerações e influenciam até hoje a maneira como normativas de gênero e sexualidade afetam a infância.

Ariès destaca que a forma como encaramos a infância é uma construção social (1981), e a estrutura das normas de gênero e sexualidade que desde cedo são incutidas em cada um dos infantes não seria diferente. Jane Felipe (2000), em seu artigo “Infância, Gênero e Sexualidade”, coloca que muitos autores já defenderam modelos de educação diferenciados para cada gênero, afinal, destacam que desde criança seria importante construir futuros adultos que estivessem dentro de modelos de feminilidade e masculinidade, sendo a infância uma fase formadora que merece atenção especial.

Em um exemplo peculiar da primeira metade do século XX, o livro “Educação Sexual” do Padre Negromonte (1946) dá várias orientações para uma boa criação. Segundo o padre, era fundamental estabelecer várias práticas para evitar a masturbação, consistindo em ter um regime alimentar não excitante, banhos frios e caminhadas ao ar livre, bem como evitar roupas apertadas e a bexiga cheia, pois a vontade de fazer xixi poderia produzir excitações, também afirmando que a criança roçar no banco da bicicleta poderia gerar excitação e que dormir de bruços pode levar a poluição noturna. Entre essas e outras recomendações que consistem em um rigoroso controle dos corpos, Negromonte não nega a existência da sexualidade e seus possíveis impulsos, mas ao mesmo tempo em que expõe, coloca que tal reconhecimento ocorre por enxergar a sexualidade como um mal tão grande que precisa ser reconhecido para ser combatido.

Para Michelet (1995, p. 100), na educação “[...] para a menina, a história é sobretudo uma base religiosa e moral”. Já para os meninos havia muito medo do desenvolvimento de comportamentos tidos como homossexuais ou a prática da masturbação, como mostra um Guia trazido por Louro (1995), onde para os meninos

[...] havia a separação entre pequenos e grandes, bem como a proibição de contato físico com outro menino. Outra recomendação importante referia-se à proibição de manterem as mãos nos bolsos, numa alusão muito clara à possibilidade de masturbação. (FELIPE, 2000, p. 118).

Relatando sua vivência escolar, Mercúrio exemplifica bem um ambiente em que as linhas de diferenciação entre ensino secular e preceitos religiosos eram difíceis de estabelecer, com a base religiosa maquiando problemas de origem social:

MERCÚRIO: Eu frequentei um colégio católico e como eu era muito jovem, eu não tinha muito senso crítico, mas hoje eu percebo diversas problemáticas. Minha sala era constantemente benzida, porque a gente dava problema e eles achavam que benzendo ia resolver. Não ia, o que poderia resolver era entender que algumas pessoas ali tinham problemas familiares ou problemas sociais e econômicos e como isso interferia na dinâmica das aulas.

Felipe (2000) também coloca a forma como certos discursos de autoridade davam base para as normativas de gênero e sexualidade postos na época:

[...] religiosos, médicos, psicólogos, pedagogos, que desfrutavam de um maior status social, procuravam definir padrões de comportamento considerados adequados para a formação dos indivíduos e, no que aqui nos interessa, eram os discursos destes homens que detinham a maior autoridade para dizer como formar meninos e meninas "normais". (p. 122)

Os espaços de pesquisa acadêmica e científica por muito tempo também ilustraram iniciativas de se estigmatizar e estereotipar sujeitos da diversidade sexual e de gênero (Trevisan, 2018). Embora tal cenário ainda fosse persistente nos anos 80, Michael Pollak (1986) é um exemplo interessante de autor que realizou uma análise detalhada do que era considerado como o fenômeno da homossexualidade masculina, no artigo “A homossexualidade masculina, ou a felicidade do gueto?”. Estudioso do dito estilo de vida de homens homossexuais e da epidemia do HIV/Aids, em tal trabalho o autor expõe o contexto em que a repressão sofrida no processo socializador de gays acarreta o desenvolvimento de um processo extremamente angustiante de aceitação de suas identidades. Apesar de utilizar metodologias e conceituações que hoje já se encontram ultrapassadas, Pollak (1986) demonstra em seu artigo a situação de marginalização de pessoas consideradas sexualmente dissidentes e como, mesmo nos anos 80, já era nítido para as ciências sociais o fato de muitos homens gays apresentarem a saúde mental

afetada pelas discriminações sofridas, muitas dessas resultantes da propagação de normativas de gênero e sexualidade na infância.

Pollak (1986) também fala sobre o processo de saída do armário de homens gays na década de 80 e as diversas dificuldades enfrentadas por tais sujeitos. Apesar de estar longe de ser uma referência perfeita, ao, por exemplo, estigmatizar as práticas sexuais em noções que parecem girar em torno da promiscuidade e ter um discurso que fica entre a preocupação e o sentimento de “dó”, Pollak (1986) aborda o problema de uma criação baseada somente em valores cisheterossexuais, que na vida adulta acaba resultando em pessoas com dificuldade em assimilar que sua sexualidade não corresponde ao que foi afirmado como normal, afirmando que ao saírem do armário, homens gays tem dificuldade em se libertar do processo que inculta raiva, ódio e aversão contra si mesmos.

Mais contemporaneamente, Teixeira *et al.* (2012) coloca que “jovens que se autodeclaram não heterossexuais vivem o dilema de assumirem-se para si mesmos e para os outros e pagarem o preço do ostracismo e da vitimização” (p.20), ou seja, se assumir enquanto LGBTI+ no Brasil é estar disposto a pagar um preço alto. Existem também diversas pesquisas que apontam que o desempenho escolar de crianças e adolescentes é gravemente prejudicado por experiências de homotransfobia enfrentadas por alunos do ensino fundamental e médio (Albuquerque; Williams, 2015).

Em vista disso, o sujeito LGBTI+ que tem a lgbtfobia como parte de sua trajetória em espaços como a escola e família e em outros ambientes não terá uma vivência igual a de quem está dentro dos conformes da heteronormatividade. Se o processo de assumir sua identidade sexual ou de gênero foi na fase escolar, por exemplo, a reação da família, amigos e conhecidos na escola influencia a forma como o sujeito LGBTI+ enxerga sua identidade sexual e de gênero e sua autoestima vinculada a tal identidade (Teixeira *et al.*, 2012).

Historicamente, tudo isso contribui para formas de educação familiar marcadas pela heterocisnormatividade. Invocamos então o texto de Preciado (2013) “Quem defende a criança Queer?”, onde o autor coloca:

Nós defendemos o direito das crianças a não serem educadas exclusivamente como força de trabalho e de reprodução. Defendemos o direito das crianças e adolescentes a não serem considerados futuros produtores de esperma e futuros úteros. Defendemos o direito das crianças e dos adolescentes a serem subjetividades políticas que não se reduzem à identidade de gênero, sexo ou raça. (2013, p. 99)

Preciado apresenta uma reflexão sobre os direitos das crianças e adolescentes no que diz respeito à educação e formação como sujeitos detentores de direitos, além de questionar os estereótipos de gênero e a visão reducionista de futuro baseado no sexo ou na raça. A passagem é bastante significativa ao destacar a necessidade de uma educação que vá além do papel tradicionalmente atribuído às crianças como força de trabalho e reprodutores no futuro. Essa visão reducionista, que condiciona o valor das crianças apenas em função de sua futura utilidade no mercado de trabalho ou na procriação, e de que a sujeição a cisheteronormatividade é a chave para obter sucesso em tais empreitadas, limita a concepção de quais seres humanos são válidos, ao ponto de pais não quererem reconhecer filhos como dignos de fazer parte da família caso sejam LGBTI.

Chegamos então ao fim da primeira sessão de análise da presente investigação e agora vamos adentrar novas camadas dos dados coletados ao longo dos grupos focais e entrevistas.

4.2 Pertencer

Na análise dedicada à temática “Capacitismo e Inclusão” realizada pela professora Vera Lúcia Messias Capellini, em um dos materiais fornecidos pela Coordenadoria de Ações Afirmativas, Diversidade e Equidade – CAADI da Unesp¹⁹, é destacada a distinção entre inclusão e acessibilidade. A professora Capellini (2023) ressalta que embora a disponibilização de acesso físico, como a construção de rampas para cadeirantes, dê a possibilidade “[...] de estar presente, garantir que ela – a pessoa com deficiência – possa entrar na universidade”, isso representa apenas a primeira etapa. Além do acesso físico, é crucial “garantir a acessibilidade pedagógica, instrumental e atitudinal” para promover efetivamente a inclusão. Quando a universidade oferece tal garantia, ela estaria realmente “[...] permitindo que esse aluno tenha de fato a inclusão, que é o pertencimento, é poder estar engajado, é poder fazer parte de um quarto ano de engenharia, de um segundo ano de psicologia. Então não é só estar.” (Caadi-Unesp, 2023).

¹⁹ Aula realizada e gravada em agosto de 2023. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=TX7fm7EHDVA&t=2s&ab_channel=Caadi-Unesp

A passagem acima dá uma ideia muito interessante do que seria o pertencimento no espaço universitário e o papel da instituição em promover tal sentimento. Na perspectiva de uma noção coletiva mais geral, o pertencimento social é caracterizado como “[...] uma condição humana universal, pela qual todos os grupos e indivíduos lutam incessantemente, ao mesmo tempo em que sofrem quando não conseguem essa inserção” (Tavares, 2014, p. 193). Na universidade, tal mecanismo é semelhante, afinal sentir-se pertencente a tal espaço é primordial para quem está inserido nele, ao trazer sentido para a experiência que está sendo construída ali.

Um dos elementos primordiais para o pertencer na universidade é a criação de vínculos sólidos com tal espaço. Ao longo da presente investigação observamos que para sujeitos LGBTI+ é muito importante o ato de poder se sentir representado nesse espaço e poder desenvolver vínculos com outras pessoas que compartilhem vivências enquanto membros da comunidade. Esses vínculos podem ser criados através de diversos fatores, como a formação de amizades, redes de apoio e alianças com outros sujeitos da diversidade sexual e de gênero, bem como a identificação com docentes e outros funcionários que também são LGBTI+ e a participação em grupos de apoio e engajamento em atividades e eventos que promovam a diversidade e a inclusão.

Tais elementos podem colaborar para que o espaço universitário possa se tornar um “lugar” para sujeitos LGBTI+. Evoco tal termo ao relembrar uma fala dita pela funcionária da UFSC com quem tive o privilégio de conversar. Destaco tal declaração:

FUNCIONÁRIA UFSC: “[...] pelo que me falam e pelo que observo, em tese não é para pessoas trans estarem ali na universidade. É um não lugar.”

Essa fala chama a atenção ao evocar o conceito de não lugar de Marc Augé, considerado o teórico que inaugurou o termo. Mesmo que não necessariamente tenha sido uma referência direta ao autor, é interessante o que é colocado no livro “Não Lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade” (Augé, 1994), no qual encontramos: “Se um lugar pode se definir como identitário, relacional e histórico, um espaço que não pode se definir nem como identitário, nem como relacional, nem como histórico definirá um não lugar.” (Augé, 1994, p.73).

Augé então discute que a supermodernidade produziria em massa os ditos não lugares, que seriam espaços transitórios como os meios de transporte e espaços de consumo como supermercados e shoppings. Pensando em uma sociedade que em diversos

aspectos cada vez mais caminha para a individualidade, apesar de controvérsias sobre tal versão do presente momento histórico, como a universidade poderia se encaixar em tal categoria, que em primeiro momento não faz sentido pois a vivência universitária seria uma dedicação de anos?

A universidade pública é um espaço de tradicional exclusão, tendo sido ocupada majoritariamente por pessoas brancas e de classes abastadas, com uma instituição que não tinha como preocupação pautar questões relativas à raça, classe, gênero e sexualidade. Para tais pessoas privilegiadas a universidade consistia como um lugar não só possível, mas um lugar lógico, de pertencimento. Com as políticas públicas estabelecendo ações afirmativas como as cotas étnico raciais e de discentes de escolas públicas, a realidade das universidades públicas foi mudando, com a possibilidade de muitas pessoas serem as primeiras de sua família a ingressarem na universidade. E essas pessoas colocaram em pauta não só questões relativas à classe, mas também várias outras questões identitárias, demonstrando que a universidade não mais poderia ignorar tais populações que se encontravam à margem. Para tais pessoas, a universidade em um primeiro momento não tem a lógica de um lugar, afinal um lugar exige, segundo Augé (1994), estabelecer um processo relacional com tal espaço, construindo uma história e fazendo parte da identidade de tal pessoa, o que também pode ser pensado como um vínculo. E para estabelecer um vínculo com um espaço, é necessário estabelecer vínculos com pessoas que também frequentam esse espaço, sendo que para estabelecer tais vínculos, é importante sentir que há pessoas que entendem nossa história, nossa identidade e sentir que estamos representados ali para além da nossa própria exceção.

E foi justamente pensando na importância dos vínculos que formamos grupos focais para construir um espaço compartilhado para intercâmbio de experiências. Além dos grupos, também realizamos entrevistas individuais, porque acreditamos que tal formato também pode contribuir para encontrar relatos importantes de sujeitos LGBTI+.

A partir daqui continuamos a análise do que foi obtido tanto por meio dos grupos focais como pelas entrevistas, na construção de uma abordagem proveitosa no contexto da presente investigação. A convergência da exposição dessas duas formas de encontros proporciona uma perspectiva abrangente e aprofundada sobre o que foi coletado durante o estudo, no qual os grupos focais, ao reunirem participantes em discussões coletivas, permitiram a exposição de dinâmicas sociais, interações e pontos de vista compartilhados,

enquanto as entrevistas individuais ofereceram um espaço mais íntimo, possibilitando uma conversa mais detalhada sobre experiências pessoais e nuances singulares. Ao unir as vozes dos participantes, a análise conjunta proporciona uma visão completa dos dados coletados, expondo a complexidade e diversidade das experiências.

Nos próximos tópicos o foco será direcionado para experiências que foram construídas após o estabelecimento de uma base da vivência universitária, momentos em que os sujeitos participantes dos grupos e entrevistas já possuíam uma melhor visão do seu lugar na universidade e o que se tornava importante cultivar para ali continuar. Vamos iniciar com o tópico de amizades, aspecto crucial para o pertencimento de muitos participantes e posteriormente abordar aspectos institucionais como a relação dos estudantes com possíveis ações afirmativas nas instituições em que estudam e como tais políticas podem ter impactado seu pertencimento no espaço universitário.

4.2.1 Amizades e alianças

Nessa etapa das conversações os participantes do grupo começam a pensar a forma como as amizades com outros sujeitos da diversidade sexual e de gênero foram importantes para repensar sua existência que muitas vezes estava ligada a vivências de repressão de sua identidade, conectando a vinculação, formação de alianças e celebração da resistência. Tal ponto aparece como central no que concerne ao pertencimento à universidade, pois os laços de amizade desempenharam papel fundamental na forma como o espaço universitário foi desenhado na vida dos discentes do grupo.

Daiele, que anteriormente estudou museologia, colocou o seguinte sobre as experiências na universidade enquanto uma mulher lésbica:

DAIELE: Dentro da universidade foi quando tive um contato real com pessoas como eu, mais mulheres como eu. Era possível me sentir confortável até mais que na minha casa, pois havia pessoas, professores, que colocavam que ser como eu sou é normal, que não é coisa de outro mundo, que Deus não vai te crucificar como a gente às vezes aprende em casa. Para mim foi realmente um abraço, um aconchego. Fiz amizades que eu carrego até hoje. Aprendi muito sobre minha própria sexualidade e a não aceitar certas coisas.

O relato de Daiele retrata de forma nítida como os laços desenvolvidos na universidade podem representar uma espécie de refúgio e expandir possibilidades de confiança em nossa identidade. Outros estudantes também comunicaram suas experiências:

JAIME: Eu tive várias experiências depois de sair do [outro] curso, e quando eu entrei em Economia, eu já tinha estado em um relacionamento, já tinha feito muita coisa no sentido de me conhecer e de experimentar coisas, então de certa forma eu já tinha um espaço seguro com meus amigos, redes que eu tinha construído por fora. Então eu não sentia tanta necessidade de sentir isso na universidade em si. Mas uma coisa que eu fiz, acho que um pouco inconscientemente, foi me aproximar muito de J. e L., porque eu me sentia muito seguros com eles, não só porque são pessoas *queers*, mas pelas coincidências da vida e coisas em comum e por serem pessoas *queer* acredito que fez mais sentido ter essas amizades.

GUSTAVO: Economia foi minha primeira graduação, diferente de Jaime e Daiele. Para mim de início foi uma experiência boa, mesmo com as micro-violências, eu consegui sentir um acolhimento, um pertencimento [...]. Na faculdade em si eu consegui várias vivências maravilhosas que me ajudaram a construir minha identidade, minha orientação, para eu me auto-afirmar, aquela sensação de pertencimento que eu não tive em nenhum lugar, não tive no colégio, não tive na bolha da família, na bolha social, e a faculdade veio para ser esse pilar de afirmação.

JASMINE: Olha, eu não vou negar que no começo eu senti bastante receio, porque eu tinha tido bastante dificuldade na escola para fazer amizades, porque eu já me sentia bastante desconfortável com meu corpo, e era difícil estabelecer laços com outras pessoas, mas eu conseguia me virar bem porque eu tinha apoio da minha família, como eu tenho até hoje. Quando eu cheguei na universidade fui bastante cautelosa, mas aos poucos eu fui criando algumas conexões e fui me soltando um pouco mais e fui tendo amigos, e assim, tinham algumas pessoas desagradáveis, claro. Mas acho que não teve nenhuma situação extrema, só era estranho que algumas pessoas, mesmo com boas intenções, acabavam me tratando sempre como uma forasteira, sempre pisando em ovos, sempre com medo de errar meus pronomes, dava para ver que a pessoa estava pensando duas vezes antes de falar comigo. Mas aí eu também encontrei pessoas que não pareciam me tratar como uma alienígena, foram as pessoas que eu me sentia à vontade para poder me abrir, não só enquanto travesti, mas também enquanto pessoa como um todo, e foram essas pessoas que me fizeram sentir confortável para poder desenvolver uma amizade. E elas foram muito importantes para mim dentro da universidade.

PIERRE: Essa coisa das amizades sempre foi algo que eu vi como essencial, eu achava que era até dependente demais dessas pessoas, porque desde o começo que eu entrei na faculdade eu me sentia sozinho então de certa forma me sentia dependente emocional de ter amigos, de sempre estar junto com alguém, eu nunca tive vontade de morar sozinho e eu gostava do ambiente de república. No começo tinham muitos conflitos, mas eu não sei o que seria de mim sem esses laços e isso também entra na questão de relacionamento amoroso, e acho que eu não vou levar pessoas de relacionamentos amorosos para minha vida, mas muitas das amizades que eu fiz na faculdade vão continuar comigo e essas pessoas foram realmente muito importantes para eu poder ter passado por muita coisa, porque teve muita coisa boa, mas também teve muita coisa ruim e nesses altos e baixos meus amigos estavam lá, às vezes minhas relações com meus amigos eram parte dos baixos também, mas eles eram muito importantes. E nessa coisa do LGBT realmente tem um diferencial porque tem coisas que só eles realmente entendem. E só eles conseguem dialogar de uma forma mais livre sobre algumas coisas então realmente é muito importante tudo isso e eu fico feliz que o curso que eu faça tenha bastante diversidade e acho que isso me trouxe um diferencial também para minha formação.

Ao mencionarem a aproximação com amigos que compartilham identidades LGBTI+, os estudantes mostram como essas conexões podem ser significativas e passam

a oferecer um ambiente de apoio mútuo, pois a presença de amigos que também sejam sujeitos da diversidade sexual e de gênero pode oferecer uma sensação de pertencimento e compreensão mútua pois compartilham experiências e desafios semelhantes. A menção às "micro-violências" também é significativa, pois mostra que mesmo em um ambiente acolhedor, ainda podem existir desafios e experiências negativas relacionadas à diversidade de identidades e perspectivas, mas a partir da construção de alianças é possível construir um espaço acolhedor (Butler, 2018).

É sabido que instituições como a familiar, a religiosa, a ciência e o Estado frequentemente não são grandes apoiadoras de sujeitos LGBTI+, por conta de inúmeras raízes lgbtfóbicas nas quais estão fundadas. A universidade também está inserida nesse contexto, porém, por conta de redes de apoio que são construídas, é possível que pessoas que compõem a diversidade sexual e de gênero possam nesses espaços se identificar e se sentir pertencentes (Carneiro, 2006).

Um trabalho muito interessante referente à essa temática é a tese de Mugabe (2019), em que o autor fala sobre como o humor é algo muito marcante na forma de expressão de pessoas LGBTI+ e que tal humor é chave importante no processo de vinculação de sujeitos da diversidade sexual e de gênero, onde amizades são estabelecidas a partir de signos que culturalmente fazem sentido para pessoas LGBTI+, signos esses que muitas vezes fazem referência a opressão sofrida socialmente.

Apoiado por Pollak (1986), que, ao analisar o “fenômeno da homossexualidade” nos anos 80, coloca que uma das bases da formação de vínculos de gays é o humor, Mugabe expande tal colocação e insere a comunidade trans em tal recorte sobre a importância do humor na formação de suas coletividades. Acredito que seja possível expandir tal noção para parte considerável da comunidade LGBTI+, pois é comum observarmos expressões humorísticas coincidentes como base para a formação de muitas amizades entre sujeitos da diversidade sexual e de gênero.

Mugabe (2019) também expõe a relação de jocosidade e amizade entre travestis, que definitivamente é muito marcante e icônica, podendo ser observado por meio de memes muito populares na contemporaneidade que, apesar de muitas vezes serem alvo de chacota, deixam explícito a impossibilidade de negar como tal população é marcante, com raciocínios surpreendentes, pois, muitas vezes, partem de atravessamentos que não

são compartilhados pela heterocisnormatividade, nem pelo *mainstream*, nem pelo clássico.

São notórias as formações culturais advindas das vivências travestis, podendo ser formalmente materializadas a partir da conceituação do pajubá, mas tal forma de comunicação e vinculação, que novamente, parte de formas de se expressar provenientes da necessidade de sobrevivência e resistência, também estão presentes entre sujeitos de todas as formas de expressão de sexualidade e gênero dissidentes.

Pollak (1986) diz que “[...] a clandestinidade produziu as características mais marcantes da cultura homossexual: a linguagem e o humor” (p. 67). O termo clandestinidade remete às condições de precariedade, conceito utilizado por Butler para explicar a forma como as condições de precariedade levam a formação de vínculos, não só construindo formas de linguagem e humor, mas também redes de apoio, como o próprio Pollak (1986) coloca, ao dizer que “o desenvolvimento de locais de encontro, a organização de atividades coletivas e de estruturas de apoio material e psicológico [...] tem como função apoiar todos os homossexuais em sua vida cotidiana”. (p. 70).

Trazendo outros relatos, podemos observar o que é dito por Charlie:

CHARLIE: Eu não tenho muitos amigos, pessoas que eu considero amigos dentro da universidade, até pela questão de como funciona o quadrimestre na faculdade. A gente não tem turmas fixas, a gente tem uma grade que nós mesmos montamos, e pode ser que nesse quadrimestre a gente tá com algumas pessoas e daí no próximo a gente tá com pessoas completamente diferentes. Então é difícil você criar vínculos afetivos mesmo. Mas eu tenho algumas amizades, uma delas é de uma amiga que, por coincidência, mora no mesmo condomínio que eu e a gente estuda na UFABC. Ele vai se formar já, eu ainda tenho um tempo, mas essa é a pessoa que me colocou no grupo do prismáticos. Que fez essa ponte pra eu conseguir ter mais relacionamentos, não me sentir tão sozinho. E eu tenho algumas outras pessoas que eu vejo de vez em quando. E eu também tenho uma outra amizade, que é uma amizade mais forte, que também tá na área de neurociência, e aí sempre que é possível fazemos alguma matéria juntos, pra ficar um pouco mais fácil. E eu digo que assim, essas alianças, essas amizades, elas podem fazer toda a diferença no ambiente universitário. Você ter alguém que você olha e pensa, essa pessoa é minha amiga. Porque quando você tem um amigo, você tem um confidente, você tem aquela pessoa que você pode desabafar, aquela pessoa que você pode compartilhar suas vivências. Então eu sinto que sem esses dois amigos a minha experiência seria muito mais difícil. Porque é aquilo, por mais que tenha o grupo de acolhimento, por mais que tenha colegas, tem uma pessoa que você pode desabafar, você pode reclamar tanto de coisas mais superficiais, como coisas mais profundas sobre preocupações e angústias. Você cria uma rede de apoio, você se apoia na outra pessoa e a outra pessoa se apoia em você. Então eu diria assim, eu não sei se eu estaria tendo uma experiência tão boa na universidade se não fosse por essas amizades.

O discurso de Charlie se encaixa com o que é trazido por Duarte e Silva (2023), que ao investigarem as aspirações de vida de cinco sujeitos da diversidade sexual e de gênero dentro de um coletivo LGBTI+, e que buscavam o direito à moradia, destacaram a importância da construção de amizades “[...] com pessoas que vivenciam situações parecidas com a suas [...]” (p. 85), vínculo que permite uma via de compartilhamento de experiências importantes. Os autores pontuam que as redes de amizade observadas em sua investigação “[...] oportunizam que os projetos individuais das(os) interlocutoras(es) sejam reelaborados a partir de um novo lugar [...]” (p. 86), com novos horizontes abertos a partir da vinculação entre sujeitos com vivências semelhantes.

Quando entra no tópico amizades, Mercúrio constantemente usa o termo “apoio” e como esse foi um aspecto muito importante para o seu percurso na universidade. Ao longo de suas falas, Charlie também enfatiza a forma como o apoio materializado em grupos foi crucial em sua jornada universitária:

MERCÚRIO: É o que eu falei, uma dessas amizades me introduziu para o grupo do Prismáticos e a outra eu conheci no grupo do Prismáticos, então esse grupo de acolhimento me ajudou muito a formar essas duas amizades. Eu sinto que foi uma coisa crucial, um ponto comum para eu conseguir ter amigos dentro da universidade. Eu falo que a minha experiência é muito melhor com eles, é muito melhor, eu me sinto muito bem, eu não me sinto sozinha, eu sei que tem alguém passando pelos mesmos problemas que eu, alguém que vai entender quando eu reclamar de alguma coisa ou precisar de ajuda com alguma coisa, eu sinto que isso transforma uma experiência que pode ser extremamente solitária em uma experiência muito boa ou pelo menos mais tolerável, sabe?

Exemplos de semelhanças com a fala observada acima, em relação às amizades, é o relato feito por Silva (2017), que apresentou um estudante que declarou que “[...] a principal estratégia que pode ser usada por estudantes LGBTs para permanecer, é justamente essa: se agrupar, seja em coletivos e movimentos sociais, seja em redes de amigos e apoios” (p. 117). Menezes e Martinhão (2019) também destacam a importância das alianças e dos encontros, com esses sendo “espaços possíveis para a promoção e formas de cuidado de saúde mental de pessoas LGBTI+” e discutindo a compreensão do micro e macropolítico sendo apropriados de forma mais ampla quando articulados em conjunto.

Conceituando a abordagem de Foucault sobre os laços de amizade, Costa (1999) coloca que para Foucault as amizades seriam uma espécie de “subjetivação coletiva” e, ao tomar Deleuze por referência, o esse autor descreve a formação de amizades como exercício de “multiplicidade, intensidade, experimentação, desterritorialização” (Costa,

1999, pp. 11-12). Essa reflexão sobre a abordagem de Foucault e Deleuze sobre amizades descreve a complexidade e riqueza dessas relações, destacando seu papel como espaço de transformação e coletividade.

Deleuze e Guattari (2012) colocam que “[...] tudo é político, mas toda política é ao mesmo tempo macropolítica e micropolítica” (p. 99). Dentro do espaço da universidade contamos com políticas institucionais que fazem parte de macropolíticas de tal instituição e micropolíticas, que se materializam em coletivos, eventos e alianças promovidos por iniciativas singulares de diferentes sujeitos, sem necessariamente apoio institucional e burocrático direto:

[...] os movimentos moleculares não vêm mais para complementar, mas contrariar e furar a grande organização mundial. (. . .) Como se uma linha de fuga, mesmo que começando por um minúsculo riacho, sempre corresse entre os segmentos, escapando de sua centralização, furtando-se à sua totalização. [...] Do ponto de vista da micropolítica, uma sociedade se define por suas linhas de fuga, que são moleculares (Deleuze; Guattari, 2012, p. 103).

Com um tom provocativo, Deleuze e Guattari colocam em destaque a importância de se pautar o peso social da micropolítica, a nível que muitas vezes pode soar até como uma contraposição radical a ação macropolítica. Dentro do contexto LGBTI+ torna-se importante o destaque dos efeitos que todos os campos de ação geram sobre os sujeitos da diversidade sexual e de gênero e, dentro da universidade, muitas vezes a micropolítica acaba sendo o campo de atuação possível para essa população. Porém, a micropolítica e a macropolítica não são indissociáveis, estão sempre entrelaçadas e geram influências, independente das oposições que sejam feitas na interpretação de Deleuze e Guattari (Neto, 2015). Para muitos as ações micropolíticas podem ser vistas como insuficientes para uma mudança radical, porém, a ação micro sempre coloca em tensão as coordenadas opressoras da macropolítica, pois a micropolítica se configura como “uma forma de tentar mudar o mundo e as coordenadas dominantes” (Guattari; Rolnik, 1986, p. 210). Portanto, muito importante se mostra a representação de cada sujeito LGBTI+ na universidade e as tensões construídas a partir de alianças nesse espaço.

Em uma sociedade com fundações estruturais do heterocispatriarcado e, portanto, lgbtfóbica, a presença e visibilidade de pessoas que representam a diversidade sexual e de gênero no espaço universitário surge como multiplicidade, como linhas de fuga, esse minúsculo riacho, que permitem a sobrevivência de outras, conseguindo entrar e se manter na universidade. E muito da possibilidade da concretização dessa passagem com

começo, meio e fim pela universidade vem das alianças que são estabelecidas entre pessoas que “[...] tomam a condição precária como sua condição estimulante” (Butler, 2018, p. 15) e que furam as barreiras impostas pela lgbtfobia institucionalizada.

Butler (2018) coloca que em uma de suas obras anteriores, o *Problemas de Gênero*, ela abordou como “[...] algumas vezes certos atos que os indivíduos podiam executar tinham ou podiam ter um efeito subversivo sobre as normas de gênero” (p. 34), ou seja, um ato que possa ser inicialmente individual, pode ser catalisador para subverter as imposições de gêneros existentes em um determinado espaço, destacando como cada sujeito da diversidade sexual e de gênero que não tem vergonha de seu corpo já representa um contraponto às normas heterocisnormativas que regem ambientes como o da universidade. E quando outros corpos observam esse movimento, podem ser construídas alianças entre tais sujeitos LGBTI+ que compõem a diversidade sexual e de gênero e é possível haver mais energia para o existir e persistir tanto em um nível pessoal quanto político, gerando o pertencimento.

Dentro do conceito de formação de alianças, há também a formação de grupos de apoio nomeados e em atividade, onde a participação de sujeitos LGBTI+ desempenha um papel importante na expansão dos vínculos. Ao estarem em comunidade, compartilhando experiências e desafios semelhantes, discentes LGBTI+ podem encontrar um espaço seguro para se expressar livremente, com possível apoio emocional e orientação prática. Esses grupos fornecem uma rede de apoio vital, permitindo que os estudantes LGBTI+ se conectem com pessoas que entendam suas jornadas e possam oferecer suporte mútuo.

4.2.2 Dialogando sobre Ações Afirmativas

Quando questionados sobre quais ações ou políticas afirmativas conhecem na universidade, os participantes do grupo focal da UFRPE e UPE expressaram não conhecer ações além da conquista do uso do nome social²⁰.

Através do site institucional da UFRPE, encontramos a iniciativa de reserva de vagas direcionadas às pessoas trans nos cursos de mestrado e doutorado²¹, medidas de

²⁰ <https://www.ufrpe.br/br/content/ufrpe-regulamenta-uso-do-nome-social-de-transg%C3%AAneros-nos-registros-institucionais>

²¹ <https://www.ufrpe.br/br/content/ufrpe-ter%C3%A1-reserva-de-vagas-pessoas-trans-nos-cursos-de-mestrado-e-doutorado>

assistência social para minorias²² e uma declaração de compromisso com os direitos humanos²³, mas que não faz menção direta à comunidade LGBTI+ em nenhum momento. Ao contatar o Núcleo de Estudos *Queer* e Decoloniais da UFRPE no final de 2023, foi questionado se essas seriam as únicas ações afirmativas desenvolvidas pela UFRPE e, por resposta, recebemos a confirmação do coletivo. Também foi informado: “Ainda não temos nada estruturado, mas, provavelmente vamos produzir uma minuta para consulta da comunidade acadêmica a respeito de políticas a serem empreendidas em breve”.

Os participantes do grupo focal entraram em acordo de que é necessária uma sociedade que não só simpatize e permita a existência e expressão de sujeitos LGBTI+, mas que coloque em pauta políticas de igualdade que possam de fato produzir agora e a longo prazo condições de existência e bem estar dignos para essas pessoas, se esforçando para não reproduzir o modelo social lgbtfóbico que tolera as minorias sexuais e de gênero, mas que não permite ou cede o espaço necessário para a construção dessas políticas que se demonstram imprescindíveis (Borrilo, 2010).

Quando vemos um quadro social com tantos avanços para a população LGBTI+, em comparação com o que era a realidade antes da luta organizada do movimento social (Trevisan, 2018; Green, 2019), podemos ser ingênuos em acreditar que a lgbtfobia acabou e que tais pessoas que reivindicam direitos agora estão buscando por privilégios. Porém, pessoas que não estão em conformidade com a normatividade sexual e de gênero ainda têm que lidar com diversas barreiras por conta de suas identidades, afinal, socialmente ainda opera uma concepção muito rígida de gênero e sexualidade e sua transgressão ainda pode ser vista como não natural e repugnante (Connell; Pearse, 2015). E em todos os espaços estão inseridos sujeitos que precisam dialogar sobre a diversidade sexual e de gênero, sujeitos que precisam ser acolhidos e questões cristalizadas, como a constituição de espaços comuns como os banheiros, precisam ser repensadas. Existem ações ativamente promovidas por docentes e discentes, mas as universidades continuam tendo a necessidade de pensar qual o seu posicionamento diante das desigualdades promovidas por uma sociedade homotransfóbica.

²² <https://ufrpe.br/br/content/ufrpe-institui-pol%C3%ADtica-com-fator-de-corre%C3%A7%C3%A3o-para-minorias-nos-programas-de-assist%C3%A2ncia>

²³ <https://ufrpe.br/br/content/direitos-humanos>

As instituições podem por muitas vezes ser segmentadas e com diversos atores detentores de poder, cada um com suas prioridades e interesses, gerando encadeamentos burocráticos (Deleuze; Guattari, 2011) que podem fazer com que as demandas e necessidades da população LGBTI+ não sejam atendidas com a rapidez desejada. Mas, está longe de ser recente a existência de sujeitos da diversidade sexual e de gênero, então, apesar de sua imagem de inclusão e bem-estar das minorias em alguns espaços, resultantes de muita luta dos próprios sujeitos LGBTI+, as universidades devem analisar suas prioridades para garantir um bem público que seja inclusivo e proporcione segurança para a expressão de afetos e acessibilidades para sujeitos LGBTI+. As falas dos membros do grupo destacam um descompasso entre o que está sendo oferecido pela universidade e o que é visto como necessário pelos estudantes. Também se torna interessante a perspectiva de construção de canais de comunicação que facilitem o diálogo entre a comunidade universitária e os gestores da instituição.

Mas apesar de a universidade ainda continuar presenciando ações discriminatórias, é importante destacar que os existentes esforços contra a discriminação estão gerando resultados. Retomando um relato que foi exposto anteriormente, podemos analisar o que aconteceu após Michel presenciar uma atitude transfóbica em sala de aula, demonstrando que, como dito anteriormente, a lgbtfobia não acabou, mas não está tão fortalecida como antes:

MICHEL: E já tinha sido atualizada essa questão, eu acho que 2017 foi o ano que a Unesp começou com essa abertura de colocar nome social. Então os alunos trans podiam requisitar isso e mudava na lista de presença, né? E aí no caso ele já não estava mais com o nome de batismo ali, só que essa professora transfóbica, autodeclarada católica, falou que era para ele botar o nomezinho antigo e aí ele saiu de lá e já foi entrar em contato com a ouvidoria. A justificativa que ela deu para o coordenador do curso é que a religião dela não concordava com essas coisas, ela foi bem pessoal mesmo. E aí o meu orientador falou para ela que ela podia ser demitida ou presa, ele tocou um terror lá em cima dela. E ela chorou e pediu desculpas e a partir desse momento ele se afastou das aulas dela e quem ministrou o resto do conteúdo para ele foi uma outra professora.

MARCUS: E foi uma iniciativa da coordenação esse movimento de ele ir fazer a disciplina com outra professora porque não tinha condições com aquela que cometeu transfobia?

MICHEL: Sim, foi o curso que tomou iniciativa e fez isso, a *²⁴ era coordenadora ou vice-coordenadora e a partir disso ela meio que colocou ele como aluno especial dela e passou prova e todas as avaliações. Porque eu acho que eles entenderam que essa professora ia perseguir ele. E depois disso eu fui até testemunha no processo na ouvidoria.

²⁴ Aqui há a referência a uma professora que não é a que cometeu o ato de intolerância.

MARCUS: E como foi esse processo?

MICHEL: Eu acho que eu não era a primeira opção de testemunha para ele, mas ele precisava de uma testemunha ocular. Eu fui lá testemunhar porque ela já tinha emitido as notas e eu não tinha perigo de ser perseguido, então não importava se ela descobrisse. Pelo que eu entendi primeiro foi chamada a professora um dia antes e depois eu fui chamado. Também estavam lá duas professoras do curso, o funcionário da ouvidoria e a gente tava numa transmissão com uma pessoa da ouvidoria geral, ou reitoria, não sei exatamente. Eles estavam levando a sério, mas ao mesmo tempo o aluno estava muito bravo, acho que naquele movimento de tipo, vamos quebrar tudo, porque que não demite essa professora, isso e aquilo. A gente sabe que tem muito protecionismo, tem outras questões também envolvidas e a gente sabe que ela não vai ser demitida por causa desse episódio, e acho que o anseio dele era esse. No final ele já tinha se formado nessa matéria e eu não sei se rolou algo efetivo. Eu sei que depois outras pessoas trans entraram, mas não ouvi nada sobre episódios parecidos. Não houve um feedback exatamente. No ano seguinte o Centro Acadêmico fez um protesto, colocaram um cartaz do lado de onde ela dava aula e com certeza ela viu. O cartaz ficou lá alguns meses e depois eu não sei se aconteceu mais alguma coisa. Eu acho que teve uma coisa verbalizada, eu acho que nem abriram algo administrativo, mas devem ter aberto alguma coisa porque chegou na ouvidoria, chegou na Reitoria, né? Alguma notificação ela deve ter recebido a respeito. Talvez tenham feito algum processo pedagógico.

MARCUS: Você acha que seria importante algo do tipo?

MICHEL: Acho que seria, porque a gente parte do princípio que poderia ser só ignorância e que ela é uma boa pessoa, mas eu acho que é importante independente da pessoa ser religiosa e dogmática e achar que tudo isso tá errado. Ela é uma funcionária pública e ela trabalha com pessoas, e pessoas podem ser trans. Se você já está tendo comportamento escrotos é importante ter um negócio pedagógico de chamar para o cantinho e conversar sobre. Seria importante inclusive ocorrer algo assim com todos que fossem possíveis, eu até acho que está ocorrendo algo assim na Unesp.

Observamos então o entrevistado abordar o incidente de transfobia destacando como a política de nome social proporcionou uma base para evitar que tal situação ocorresse impunemente, permitindo ao aluno poder denunciar a situação, realizar a disciplina com outra professora e existir uma base para a professora ser aconselhada a não promover mais esse tipo de ações. Tal episódio resalta a relevância dessa normativa, que é a garantia do nome social para a população Trans.

Após anos de luta, a Unesp publicou a resolução nº629, de 2 de agosto de 2017²⁵, que: “dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da Universidade Estadual "Júlio de Mesquita Filho" – UNESP”. Essa é uma conquista muito importante que garante dignidade no tratamento para travestis e transexuais na Unesp, afirmando um compromisso da instituição com essa população que muito luta para ter seus nomes respeitados, além de

²⁵ Disponível em: <https://www.unesp.br/Home/ai/ndsi/resolucao-unesp-62-2017-nome-social.pdf>

que no caso de algum problema na garantia desse direito, os alunos podem entrar em contato com a Ouvidoria da Unesp. Mais alguns destaques dessa resolução são:

Artigo 1º - Fica assegurada a inclusão, quando requerida por docentes, servidores e discentes, do nome social de travestis e transexuais, para fins de adequação de gênero, nos registros funcionais e acadêmicos da UNESP. [...] Artigo 6º - Deve ser garantido, no âmbito institucional, a todos os interessados que solicitarem a utilização do uso do nome social, o direito ao tratamento oral exclusivamente pelo nome social requerido, em qualquer circunstância, não cabendo qualquer tipo de objeção de consciência. Parágrafo único - Os servidores públicos da UNESP deverão tratar a pessoa pelo nome social indicado, que constará dos atos escritos, devendo ser respeitada a flexão do pronome de tratamento alusivo à identidade de gênero indicada pelo interessado.

Ao mesmo tempo, o entrevistado enfatiza a importância de processos pedagógicos para professores que se envolvem em casos desse tipo, bem como para todos os outros membros docentes da universidade. Tal demanda vai de acordo com a Portaria Unesp Nº 68, de 26 de julho de 2022²⁶, que coloca:

Institui a Política Educativa de Enfrentamento ao assédio moral, assédio sexual, importunação sexual, formas de discriminações e preconceitos em relação à origem, cor, gênero, orientação sexual, religião ou crença, nível socioeconômico, condição corporal física ou psíquica no âmbito da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” - UNESP.

Uma das estratégias alinhadas a tal portaria é uma ação realizada pelo Coordenadoria de Ações Afirmativas, Diversidade e Equidade – Caadi, que disponibiliza cursos para toda a comunidade universitária com temas ligados a diversidade²⁷. Uma questão a ser discutida é sobre a instituição da obrigatoriedade de docentes e outros membros da comunidade acadêmica realizarem tais formações, mas a iniciativa de financiar a construção e disponibilização de tais materiais já é um avanço.

Por conseguinte, o relato de Michel destaca a importância das ações afirmativas, ao possibilitar que haja bases legais para combater discriminações e perspectivas de segurança no espaço universitário. Todas essas ações podem ser consideradas chaves para estabelecer condições de permanência de sujeitos da diversidade sexual e de gênero na Universidade.

Abordando outro aspecto importante da vivência universitária, Roberto traz em sua entrevista um relato que explora aspectos relativos à saúde mental em um contexto

²⁶ Disponível em: https://www2.unesp.br/Home/ouvidoria_ses/portaria_assedio_68-2022.pdf

²⁷ Mais informações: <https://www2.unesp.br/portal#!/caadi/cursos/cursos/>

que se relaciona não só com a universidade, mas também com outras facetas de vulnerabilidade:

ROBERTO: Uma coisa complicada que aconteceu (na moradia estudantil) foi um menino que começou a usar muita droga em um certo período e os primeiros sinais dele eram sinais de perseguição e começou a ficar tudo muito ruim quando ele começou a causar problemas constantes, ele chegou a ir no CAPS e receber medicação, mas aí ele por conta própria parou com a medicação e ninguém conseguia obrigá-lo. Ele não dormia, ele saía de noite batendo nas portas, era horrível.

MARCUS: Ele chegava a ser violento?

Roberto: Então, não exatamente. Ele tinha um histórico que a gente só descobriu depois, ele tinha cometido um estupro. Mas nessa época ele chegou a me assediar, na verdade, bem no comecinho. Uma vez, ele entrou no quarto comigo lá e eu tava sozinho e aí ele perguntou quando que a gente ia ficar, aí eu falei que poderia ser na próxima festa entre o pessoal da moradia e ele disse “ah não, quero ficar agora com você” e eu disse que não ia rolar naquele momento, porque eu tava cansado e aí eu sentei na cama para mexer no computador e ele veio por trás e me agarrou e ficou passando a mão em mim e eu só pedindo pra ele me soltar. Aí eu tive que mentir dizendo que um menino com quem eu ficava estava chegando no quarto e aí ele me soltou. Mas também teve um rolê em que ele me deu uma mordida muito forte na coxa, então ele tinha algumas coisas violentas sim, mas no geral eram mais gritos. E aí ficamos pensando na questão, quando vamos ter alguém pra poder cuidar das pessoas da moradia, porque ali tinha pessoas pobres, pessoas LGBT que precisavam de cuidado, e passamos a pandemia inteira com a reivindicação por um psicólogo ou psicóloga no campus, mas foi demorando muito, falaram que teria concurso e que viria algo. Aí disseram que então teríamos algo para o pessoal da moradia em específico, mas no final não houve nada, até hoje.

MARCUS: Até hoje não houve nada?

ROBERTO: Não, nada. As pessoas estão se formando e não tivemos acesso a atendimento psicológico ainda.

Roberto levanta considerações que destacam uma série de questões complexas e preocupantes relacionadas ao acesso aos serviços de saúde mental. Apesar de tais acontecimentos terem se desenrolado na moradia estudantil, tal espaço também compõe a instituição universitária, e é especialmente preocupante a persistência da falta de suporte mesmo após promessas de implementação de serviços. Esse episódio levanta questões sobre a responsabilidade das instituições de ensino em garantir um ambiente seguro e inclusivo para todos os seus membros, o que inclui acesso a serviços de saúde mental, principalmente em momentos excepcionais como a pandemia. A universidade é um espaço em que a prevalência de questões relacionadas a saúde mental é alta (Santos, 2019), sendo um ambiente de muitas intensidades, pressões e instabilidades que podem culminar no desenvolvimento de distúrbios psicológicos e psiquiátricos que necessitam atenção (Venturini; Goulart, 2016). Quando se trata da comunidade LGTBI+, questões

relacionadas à identidade de gênero e sexual aliadas a outras vulnerabilidades da vida universitária também podem promover, com maior intensidade, cenários de solidão, depressão e ansiedade (Ferreira *et al.*, 2022).

Tal conjuntura desperta o alerta para a necessidade de ações, como a prometida pela instituição para Roberto, com o acesso a suporte psicológico e espaços de discussão e diálogo que permitam mudar esse quadro. Quando falamos de ações afirmativas na atual investigação, focamos em políticas ligadas a questões específicas da diversidade sexual e de gênero, mas não é possível ignorar a necessidade de outros tipos de política que não dizem respeito apenas a pessoas LGBTI+, mas que por consequência também fariam parte de um contexto de maior qualidade de experiência para sujeitos LGBTI+, como ações de promoção de saúde mental.

Os estudantes da UFABC se mostraram mais integrados às ações afirmativas desenvolvidas pela universidade, em especial destacando as cotas para pessoas trans na graduação, ação afirmativa que é tida como um diferencial da UFABC²⁸ visto que poucas universidades adotam tal política.

Estendendo o que é praticado pela UFABC, tal universidade conta com uma comissão especialmente dedicada a analisar as necessidades da população Trans universitária²⁹ e compõe a Rede Equidade, que, assim como outras universidades do estado de São Paulo, busca promover a igualdade sexual e de gênero³⁰. Além disso, em consonância ao conteúdo exposto em tópicos anteriores presentes nas falas de participantes do grupo focal da UFABC, o Coletivo Prisma- Dandara dos Santos é amplamente conhecido como um exemplo de coletivo LGBTI+ bem estruturado e parte disso vem do apoio da instituição às ações construídas pelo coletivo.

4.2.3 Além do Brasil

Com o objetivo de expandir os horizontes da investigação aqui realizada, o território espanhol se tornou uma das fontes de dados para a presente pesquisa. Como

²⁸ <https://www.ufabc.edu.br/noticias/politica-de-cotas-da-ufabc-ganha-destaque-na-imprensa-nacional>

²⁹ Mais informações: <https://www.ufabc.edu.br/noticias/comissao-especial-para-pessoas-transgeneras-transexuais-e-travestis-com-novas-funcoes-em-prol-da-diversidade-na-comunidade-da-ufabc>

³⁰ Mais informações: <https://www.ufabc.edu.br/noticias/genero-equidade-e-diversidade-ufabc-reafirma-compromisso-com-a-igualdade-de-genero-em-projeto-com-outras-universidades-e-institutos-de-sao-paulo#>

exposto anteriormente, entre altos e baixos, foram encontrados colaboradores que trouxeram um grande diferencial para o desenvolvimento da coleta e análise dos dados desta pesquisa.

No primeiro encontro com Marisela, a orientadora local, algo dito por ela me marcou, ao explicar que seu interesse inicial e principal sempre foi estudar questões ligadas ao poder, e, ao navegar por tal temática, se conectou com o antirracismo, o feminismo e o combate à homofobia. Esse encontro inicial em uma padaria perto da estação de metrô, que foi um local estratégico, pois ela estava se recuperando de uma cirurgia, guiou o espírito que eu tentei manifestar ao longo da investigação.

Foram então encontrados dados que permitiram destacar a multiplicidade de possíveis experiências em território espanhol, tanto para o bem-estar como para os momentos negativos, assim como relatado pelos colaboradores brasileiros. De modo geral, os entrevistados relataram que a experiência como LGBTI+ foi mais positiva nas universidades que tinham ações afirmativas institucionais ou ações de iniciativa discente, como coletivos e redes de apoio, enquanto espaços universitários sem políticas para a diversidade acabaram se mostrando mais hostis. Todos os entrevistados destacaram como as amizades eram um aspecto muito importante para o desenvolvimento de uma relação mais positiva com a universidade e que uma parte importante da vontade de permanecer na universidade foi resultado dos vínculos ali estabelecidos, semelhante ao encontrado nos dados brasileiros.

Selena, uma mulher lésbica trans, afirmou:

SELENA: Venho de uma zona muito rural e quando era criança não via pessoas abertamente LGBT e eu nem sabia o que era ser LGBT, porque meus pais eram muito conservadores, de direita e eu não tive acesso a esse tipo de experiência, experiência com pessoas *queer* [...] infelizmente não consegui terminar a universidade porque meus pais me expulsaram de casa no Natal quando descobriram que eu era pessoa trans. Eu tive que trabalhar e fui para Madrid, em busca de entrevistas de emprego na área de Tecnologia da Informação.

A história de tal estudante nos remete à trajetória das pessoas LGBTI+ ao longo da história da Espanha. Taques (2012) afirma que Espanha e Portugal têm “[...] uma tradição fortemente conservadora em suas histórias” (p. 139), e boa parte das tradições consideradas conservadoras na Espanha vêm não apenas de perspectivas religiosas, mas também da esfera política. Humphrie (2011) argumenta que a ditadura de Franco, iniciada na década de 1930 até meados da década de 1970, declarou a homossexualidade ilegal,

mandando para prisão principalmente homens gays e colocando-os em diferentes espaços da prisão para não “infectar” outras pessoas, além de aplicar choques como forma de encontrar uma cura. A morte de Franco teria simbolizado uma oportunidade para muitas pessoas saírem do armário e foi um período em que a visibilidade LGTBI+ aumentou consideravelmente.

Diante disso, Taques (2012) expõe que a Espanha nunca foi um país “[...] percebido como um lugar privilegiado para o florescimento de um movimento LGBT”, e é um tanto surpreendente que a Espanha “[...] contenha em si a aquisição de uma série de direitos que outros países, estes, com uma forte tradição liberal de abertura, ainda não o tenham alcançado” (p. 139). O pesquisador destaca ainda que foi importante para a Espanha “implementar uma série de direitos” para que fosse visto como um país sério “e que de modo igualmente sério apoiava e respeitava os direitos humanos” (p. 140). Mas apesar de todos os avanços observados à nível macro, relatos como o da estudante acima mostram como a discriminação contra pessoas LGTBI+ ainda está presente no país e que é preciso prestar atenção antes de considerar a Espanha como um lugar sem desafios para pessoas LGTBI+.

Quanto ao que a ajudou a ser resistência no espaço universitário, Selenia contou que um amigo da universidade foi muito importante para ela durante este período:

SELENA: Na faculdade eu só tinha um amigo que era gay cis, com quem eu poderia ser eu mesma, que era meu ponto de apoio. Por um lado, até senti uma certa familiaridade na universidade por estar ao lado de outra pessoa LGBT, afinal eu estava sozinha antes [...] A pessoa com quem eu poderia usar meu nome verdadeiro era meu amigo gay. Quando eu tinha que entrar no personagem e fingir que tinha uma identidade diferente da minha real, era muito doloroso e as coisas que escrevia e depois lia eram como se outra pessoa as tivesse feito, não sentia que era eu que tinha escrito.

Ao longo das entrevistas, outros estudantes destacaram como as amizades com sujeitos da diversidade sexual e de gênero foram importantes para repensar sua existência (esta muitas vezes ligada à repressão de sua identidade), por construírem vínculos, formarem alianças e celebrarem resistências. Este ponto é central para o pertencimento à universidade, uma vez que os laços de amizade tiveram papel fundamental na forma como o espaço universitário foi concebido na vida dos estudantes do grupo.

Sofia, uma estudante lésbica cis, relatou que ter uma namorada lésbica e amigas na comunidade universitária ajudou a se sentir pertencente à universidade e, posteriormente, participar do movimento feminista e estudantil a ajudou a lidar não

apenas com a lgbtfobia, mas também com a misoginia e o machismo que encontrou no espaço universitário. Outra estudante cis e lésbica, Carmen, de uma universidade de engenharia, relatou um espaço mais masculino e sexista e sem preocupações institucionais com a população LGTBI+. Carmen contou que se reuniu com alguns amigos mais próximos e juntos tentaram organizar uma frente feminista e LGBTI+, mas tal iniciativa sofreu com hostilidades, dificultando a movimentação:

CARMEN: Já sentíamos alguma animosidade pela forma como os outros nos tratavam, tanto alunos como alguns professores. Com os professores era mais velado, mas indiretamente enxergávamos o machismo e acabamos com medo de fazer reclamações e acabar sendo punidos. Além de não querer que minha existência lá fosse reduzida a simplesmente ser lésbica, porque alguns homens já pareciam agir de forma estranha comigo. Se eu assumisse isso politicamente, poderia piorar. Além disso, há muita coisa errada acontecendo e não sei o que poderia acontecer se ousássemos expor [...] não sei, é confuso.

Essa fala se conecta com o que foi relatado por Daiele e outros estudantes LGBTI+ em território brasileiro, principalmente como mulheres cis lésbicas se sentem em espaços dominados por homens cis hétero.

Outro estudante, um homem trans heterossexual, Martin, expressou que tinha uma passabilidade muito alta e conseguia circular bem pelos espaços da universidade, mas quando algumas pessoas entenderam que ele era um homem trans, começaram a parecer estar se esforçando para não cometer algum erro sobre sua identidade:

MARTÍN: No começo tive alguns problemas com o nome social porque havia muita documentação “diferente”, porque além de trans, sou migrante. Mas os professores não colocaram muita resistência para entender minha situação e com o passar do tempo tudo estava resolvido. E geralmente ninguém me confunde, porque eu já estava em um processo hormonal avançado e não tinha características femininas, mas quando eu expressava que era uma pessoa trans, algumas pessoas entenderam meus pronomes errado ou pareceram na dúvida de como me chamar, mesmo que desde o começo era óbvio como se referir a mim. Em relação aos professores, notei algumas esquisitices ao longo do curso, mas com outras pessoas na universidade eu sabia que havia uma situação de maior discriminação, tinha um professor específico que até foi denunciado, mas não sei o que aconteceu.

Martin também contou que muitas pessoas tentavam “emular” uma identidade que poderia ser desejada naquele espaço, ou seja, tentavam expressar externamente o que seria uma pessoa branca, cis e heterossexual para serem aceitas por completo.

Adrian, estudante gay cisgênero que está cursando pós-graduação, relatou que durante a graduação observou como uma estudante trans que exigia o uso do seu nome social mudou toda a questão burocrática envolvida na questão da universidade, em que a

resistência para abrir uma "exceção" acabou se tornando uma política para toda a universidade.

Um outro entrevistado, Marcelo, disse que, assim como muitas vezes a educação difundida no norte global acaba sendo focada nos interesses do norte global, distorcendo fatos históricos em nome do imperialismo e apagando a história de povos do sul global, as narrativas na universidade muitas vezes acabam por apagar a história de pessoas LGBTI+.

Victor Mora (2021) argumenta que uma sociedade dita democrática deve ter a missão de lutar pela justiça e pelo reconhecimento da opressão cometida contra as minorias e que o mundo já tem capacidade logística para distinguir as classes mais privilegiadas daquelas que não têm direitos, já que o equipamento social é muito direto em distinguir ricos de pobres, mulheres de homens, heterossexuais de homossexuais etc. A inércia do Estado e da sociedade em geral perante os corpos vulneráveis não seria fruto do desconhecimento da realidade, mas sim, um ato com propósito. Se uma sociedade apresenta então a ideia de ser democrática, ela precisa honrar o compromisso de incluir todos.

Atualmente observamos a “vigilância policial de gênero” (Mora, 2021, p.22), que vigia se os corpos seguem as regras impostas pelo tecido social e estão dispostos a punir aqueles que não o fazem. As mulheres trans têm sido especialmente punidas com a construção de movimentos conservadores, com diversas frentes que estão posicionando-se como defensores das crianças ou das mulheres cis, promovendo maior hostilidade para corpos que já são socialmente marginalizados. Este movimento teve força em países como os Estados Unidos e o Reino Unido e importou essas ideias para o resto do mundo, como a Espanha, que tem seus adeptos entre os vigilantes do gênero.

Doutrinas conservadoras baseadas no conceito de mundo centrado em homem cis brancos e heteros interpretam a realidade e produzem ideologias que leem dita realidade para beneficiar esta classe de homens, categorizando os seres humanos em categorias de acordo com sua identidade e, se uma determinada identidade é vista como uma ameaça para a hegemonia cis dos brancos heterossexuais, lutam contra essa identidade. Esta forma de construir o mundo cria desigualdades nas possibilidades de ter uma vida que vale a pena viver (Butler, 2022). O *Queer* surge como uma forma de questionar a validade de algumas interpretações da realidade (Mora, 2021; Duval, 2021), e, a partir daí, passa

a se tornar alvo para o combate de agentes que desejam permanecer num sistema que favorecia apenas alguns.

E aqui finalizamos as reflexões contidas na seção “Pertencer” e daqui em diante deixo em aberto os caminhos para a seção Permanecer.

4.3 O Permanecer

O livro “*The Good Life: Lessons from the World’s Longest Study on Happiness*”, dos autores Robert Waldinger e Marc Schulz (2023), expõe resultados da mais longa investigação científica sobre a felicidade. Não desejamos entrar no mérito sobre o que é alcançar a felicidade para cada um, mas destacar algo que o livro traz, que é a questão do pertencimento. Os autores colocam que algo muito importante no processo da vida, principalmente em momentos difíceis, é ter bons vínculos, uma vez que estes geram um sentimento de pertencimento. Existiria um aspecto natural/evolutivo presente na fundamentação dos ideais de segurança e acolhimento que é o de poder estar em grupo e ter uma rede de apoio, possibilitando uma vida mais leve, uma vida possível.

No presente trabalho, enfatizamos o processo de construção de vínculos através das alianças. Butler (2018), explica que as alianças se referem aos vínculos formados entre diferentes pessoas de grupos oprimidos para promover ações coletivas em busca de mudanças sociais. Fazer alianças com pessoas que compartilhem status sociais semelhantes de marginalização pode ser uma estratégia eficaz para nos mantermos em lugares importantes, como no ambiente acadêmico. Quando nos referimos às pessoas semelhantes, estamos falando de sujeitos que compartilhem interesses, objetivos e valores semelhantes aos nossos.

As alianças entre sujeitos LGBTI+ podem ter efeitos macropolíticos, como a luta pela transformação social além dos muros de onde tal aliança foi formada, mas tais alianças também são muito importantes para a construção de um dia a dia que faça sentido para cada um diante dos aspectos micro da existência humana. Tais aspectos podem ser impressos através de apoio emocional, visibilidade e representatividade, bem como, em modos de se lidar com a solidão e isolamento, a partir da construção de espaços seguros

para corpos LGBTI+, fomentando a possibilidade de uma existência autêntica, que expresse suas identidades sem medo de julgamento ou rejeição.

Santos (2017), coloca que a ação de se abordar a permanência de estudantes LGBTI+ na universidade possibilita a expressão de posicionamentos de pessoas que sempre estiveram à margem da sociedade, simplesmente por serem quem são, considerando que muitas vezes o recorte de tal população não é levado em conta nas discussões sobre permanência universitária. Mas também é interessante pensar que a expressão referente a dar vez e voz para a população LGBTI+ não necessariamente é a melhor para descrever o movimento feito aqui e em outras pesquisas, mas, que na verdade, pessoas LGBTI+ possuem voz e tem vocalizado suas demandas, mas nem sempre são ouvidas. Dessa forma, é nosso dever ouvir, assim como colocado no tópico sobre o “Contato” com os estudantes.

Santos (2017) continua destacando que muitos desafios da população LGBTI+ são compartilhados com outras pessoas não LGBTI+ da universidade, como questões econômicas e problemas com a assistência estudantil, mas que tais dificuldades acabam tendo um impacto maior em tal população, pois a exclusão resultante de atos lgbtfóbicos dificulta a possibilidade de superação desse e de outros problemas, “[...] fazendo com que a permanência se configure como um verdadeiro ato de resistência” (2017, p. 20).

E para ser possível tal resistência, o sentimento de pertencimento à comunidade é um fator decisivo. Quando se sentem parte da comunidade universitária, os estudantes LGBTI+ sentem mais segurança e conforto no ambiente acadêmico, tendo mais chances de permanecer na instituição, completar seus cursos e alcançar seus objetivos acadêmicos e profissionais.

Nesta seção, enfatizamos aspectos cruciais para a manutenção da presença e participação no ambiente universitário. Os estudantes, especialmente aqueles que se identificam como membros da comunidade LGBTI+, passam por um processo de autoconhecimento e conscientização sobre suas próprias existências e o papel fundamental que a universidade desempenha em suas vidas. Agora, munidos desse entendimento, enfrentam desafios e resistem às diversas formas de discriminação e exclusão que podem surgir dentro do ambiente acadêmico. Essa resistência não se limita apenas à permanência física na universidade, mas também abrange uma luta constante

pela igualdade de oportunidades, pelo respeito à diversidade e pela criação de um ambiente inclusivo que acolha todas as identidades e experiências.

4.3.1 Para além da Sexualidade e Gênero

É importante destacar que é frequente a existência de intersecções nas diferentes formas de opressão exercidas nos âmbitos sociais, apesar de ser recorrente a resistência ao reconhecimento de tais intersecções muitas vezes com a justificativa de que poderia ocorrer o desmantelamento de movimentos, mas Assis (2019) destaca que no contexto histórico dos movimentos sociais “[...] diferenças não eram o que causava essa possível desunião; e sim a negação dessa diferença” (p. 12). A interseccionalidade vem como uma forma de entender múltiplas opressões sem estabelecer hierarquias e permitindo referências de experiências multi (Assis, 2019), sendo aqui apropriada para pensar um espaço com enorme potência de pluralidade como a universidade.

Algumas falas abaixo trazem pontos que levantam a necessidade da interseccionalidade na presente análise:

DAIELE: Eu vou falar da minha experiência enquanto mulher negra, as dificuldades que eu encontro além de ser classe média baixa. É grande a distância da faculdade e ter que pegar vários transportes é complicado, um ônibus e um metrô pra chegar, um outro ônibus e outro metrô pra voltar, 4 horas de viagem, duas pra ir, duas pra voltar, você sai da faculdade 22h e tem que chegar em casa meia noite andando por 10 minutos sozinha com medo de que aconteça algo, sempre atenta, sempre elétrica observando. A violência no meu bairro tem aumentado ano após ano, com casos que nunca vimos antes. No bairro onde moro sempre foram as mesmas famílias, mas agora essas famílias estão saindo e estão chegando novas pessoas e junto disso um fenômeno de violência. Fora no próprio transporte, onde ocorre assédio, com olhares que fazem a gente se sentir suja, sexualizada, então pra mim até o trajeto é complicado. Por isso nesse período eu falei o máximo que podia, porque em alguns dias eu pensava "não quero ter que passar por isso" e me dava a esse luxo. Quando cheguei na universidade em si, no primeiro dia de aula, com todo se conhecendo, eu já sofri racismo, já sofri misoginia, assédio, com alguém puxando meu cabelo, um cara que eu tava vendo pela primeira vez na vida me puxando e dizendo "nossa, na hora do sexo deve ser muito bom". Então assim, você fica chocada e pensando "porra, o que tá acontecendo?". E como mulher na sala de aula já tentei dar minha opinião em debates e fui totalmente silenciada, você tenta falar e só homens falam, falam, falam e isso já aconteceu muitas vezes. No geral... acho que é isso.

JAIME: A questão de classe, se a gente circular por territorialidade, é outra vibe ser LGBT em uma região metropolitana, pois ser, por exemplo uma mulher trans no interior de Pernambuco ou da Paraíba, é muito complicado. Se aqui a gente luta pra viver, lá as pessoas lutam 10x mais. Aqui por exemplo temos um uber para poder voltar pra casa de madrugada, mas aí também entra quem pode pagar pelo uber também.

ROBERTO: E eu acho que essa questão de ser aluno de permanência é o que ferra mais a minha mente dentro do espaço acadêmico lá na Unesp, apesar de esse ponto de ser LGBT também ser difícil. Eu acho que a cidade é muito heteronormativa e até intolerante politicamente, tem muitas pessoas racistas também.

As falas de Daiele, Jaime e Roberto lançam luz sobre diversas formas de opressão e discriminação que se interseccionam. Cada uma dessas experiências é profundamente enraizada em estruturas sociais e culturais que perpetuam desigualdades e injustiças sistemáticas. Daiele compartilha as complexidades de ser uma mulher negra de classe média baixa, evidenciando os desafios enfrentados desde os deslocamentos até os ambientes acadêmicos, onde o racismo, a misoginia e a marginalização são eventos frequentemente vivenciados. Ela descreve como até mesmo o trajeto para a universidade é marcado pela violência e pelo assédio, o tornando uma experiência temerosa e angustiante.

Jaime expande a discussão para a intersecção entre classe social e identidade LGBTI+, destacando as diferenças significativas na experiência de ser LGBTI+ em áreas urbanas em comparação com regiões mais rurais e conservadoras. Ele ressalta como o acesso aos recursos simples, como um serviço de transporte seguro, pode ser fundamental para a segurança e o bem-estar das pessoas LGBTI+ em ambientes hostis. Roberto acrescenta outra camada ao abordar a exclusão e a intolerância que enfrenta como aluno LGBTI+ em uma cidade marcada pela heteronormatividade e por uma universidade permeada pelo elitismo.

Por conseguinte, destaco as seguintes falas:

CAROL: Meus maiores desafios enquanto vida na universidade foram em relação a ser uma mulher negra. Eu não acho que ser LGBT, ser bissexual, foi a questão primordial relacionada à opressão que eu tive na universidade. Eu não acho que eu sofri tanto de questão de dinheiro também... Eu não sei, eu não me enxergava no meio das pessoas e isso é uma coisa que até hoje pra mim é um pouco difícil. Eu sou uma pessoa de natureza um pouco mais fechada e, às vezes, eu achava que eu era lida com muito brava, com uma pessoa de personalidade difícil e eu acho que isso tinha a ver, sim, com a minha etnia. É complicado isso porque eu não sabia o que fazer, eu não queria ficar convencendo pessoas, eu não queria ficar me desdobrando nesse sentido.

JACI: Quando eu olho para as pessoas que fazem parte das turmas que eu estou, a maioria não está num trabalho formal, são poucas as pessoas que trabalham de forma remunerada. E dentro dos trabalhos a maioria é autônomo, como aula particular, são poucas pessoas CLT que precisam ir lá todos os dias bater ponto. E aí eu acho que é falta de reconhecimento nesse sentido que me prejudica. O que a universidade exige é um padrão de vida e de rotina muito

diferente do meu. Na universidade o objetivo é alcançar a formação e existem lacunas de debate. As questões sociais, elas são muito excludentes dentro da Universidade, se você for parar para pensar, com certeza já enxerga que as pessoas LGBT, principalmente as pessoas trans, tem os maiores índices de vulnerabilidade. Eu estava pensando em questão de bolsa, e pô, maior burocracia para você conseguir uma bolsa socioeconômica. Às vezes a pessoa não quer nem o auxílio permanência, só quer comer no RU de graça, sabe eu por exemplo me enquadro nisso. Mas ao mesmo tempo a UFABC é uma das poucas universidades que hoje tem cotas para as pessoas trans. É um espaço que é isso, né? Ainda não chegamos lá, mas tem dado os seus passos.

As falas acima demonstram algumas questões complicadas na vivência universitária, expondo algumas vulnerabilidades que não raramente são invisibilizadas. Carol cita algo que infelizmente ainda é uma realidade o racismo que atribui estereótipos e diminui existências (Carneiro, 2011). A menção de Jaci à burocracia para conseguir bolsas socioeconômicas destaca as barreiras enfrentadas por estudantes de baixa renda para acessar oportunidades educacionais. Não adianta apenas pensar em questões específicas de identidades, fatores socioeconômicos são fortes determinantes das possibilidades de alguém permanecer ou não na universidade (Veras *et al.*, 2020; Santos, 2017).

4.3.2 Para além da Universidade

Pensando em contextos de pertencimento na comunidade além da universidade, também está sendo pensado o atual cenário político dentro da pesquisa, que está indissociável da vivência universitária. Vivendo no Brasil que aguardava a realização das eleições presidenciais de 2022, os estudantes relataram diversos sentimentos em relação ao momento político vigente no Brasil:

MERCÚRIO: Eu lembro como se tivesse sido ontem quando o Bolsonaro ganhou. E na segunda-feira eu já tinha que ir para Universidade. Eu ainda morava na zona norte de São Paulo, então pegava metrô e depois o trem e eu lembro que quando eu entrei no trem e... eu acho que eu tinha cortado o cabelo na época, eu tava no meu visual mais sapatão possível para ir para a aula e eu senti medo porque quando eu entrei no vagão do trem um grupo de homens começou a me olhar muito assim, muito estranho muito ameaçador, né? E eu fiquei sentindo uma coragem nova nos olhos deles, uma coragem de quem sabe que tem uma nova política, que vai poder validar certos comportamentos. Então eu saí do trem e esperei outro. Porque eu fiquei com muito receio do que pudesse acontecer, ao ir sozinho para a universidade. E isso se repetiu por todo o mandato dele, infelizmente. Foi muito difícil. Acho que foi assim o ápice de pessoas que eu recebi nota de falecimento, que não é falecimento, é assassinato ou suicídio. E eu acho que eu nunca tinha passado por isso de ter pessoas nessa situação, pessoas que eu admirasse, mesmo pessoas que não eram próximas a nível de ser meus melhores amigos, mas eram pessoas que eu, de certa forma, sentia afinidade justamente porque a gente tava nos mesmos coletivos, a gente tava nos mesmos rolês. Então para mim foi muito difícil nesse sentido de ter que lidar com esse luto. E essas pessoas tinham seus marcadores, não

necessariamente eram pessoas de São Paulo, não eram pessoas brancas, mas tudo isso de certa forma me faziam pensar o quanto isso estava próximo de mim, no sentido de que eu podia ser o próximo. Então até hoje eu acho que eu evito sair sozinho, sinto muito medo de sair sozinho na rua. Dependendo do horário óbvio que eu continuo saindo, mas é uma coisa que mudou.

DAIELE: Para mim, me colocando enquanto mulher negra no Brasil, desde 2016 está sendo caótico. Você vê que estamos em uma suposta democracia, o que podemos e o que não podemos, quem a gente elege e quem não elege, acaba estando nas mãos de quem tem mais poder, o povo não tem tanto poder quanto. Nós votamos, mas o que aconteceu em 2016 mostra que eles podem fazer o que quiserem. [...] Uma coisa que me deixa muito louca é como eles misturam tudo de um jeito que não faz sentido, misturando conservadorismo com liberalismo, são de direita mas querem que o Estado esteja intervindo sempre, tanto na economia como em nossa vida, em nossos direitos, p*, casar, eu quero casar e ninguém deve intervir nisso. [...] É muito caótica nossa ciência política no Brasil, um falso moralismo muito grande. Isso me deixa muito confusa, uma mistura de ignorância e eles continuam vomitando, pegando de algum lugar e vomitando e isso se espalha muito rápido, eles conseguem acessar as pessoas muito rápido. E para você quebrar isso é muito difícil.

GUSTAVO: Não sei se são estratégias, porque não tem como dizer que o Bolsonarismo é ruim só nisso, eles são cascata de ruindade em várias coisas. A gente fica meio atordoado e acredito que é uma estratégia deles, porque não sabemos qual front atacar, porque são tantos. Podemos chamar Bolsonaro aqui e ficarmos uma hora falando "homofóbico, transfóbico, genocida, racista", o código penal todo. [...] Ficamos meio atordoados, o que podemos fazer? E mesmo assim, 50% da população está cogitando votar nesse cara. É uma sensação de atordoamento, de uma realidade paralela, de que há dois Brasis dentro de um.

Tais receios dialogam com o que Butler narra em “Vida Precária” (2022) em relação aos acontecimentos que levaram a uma escalada do “anti-intelectualismo” (p. 21) nos Estados Unidos, com uma vasta aceitação da censura na mídia por conta dos ataques terroristas de 11 de setembro, acontecimento que gerou um pânico generalizado, o que promoveu a aniquilação de qualquer crítica que fosse feita a atos como a guerra promovida pelo estado norte americano em resposta aos ataques.

No Brasil, o pânico gerado por movimentos de propaganda também é muito forte. Forças políticas e econômicas derivadas de pressões imperialistas e promessas do neoliberalismo corroboraram com a ocorrência de acontecimentos como o golpe de 2016, que acabou por impulsionar valores conservadores e um levante ao poder da extrema direita, o que resultou em um massivo ataque aos direitos humanos. Foi possível observar que a mídia brasileira assumiu um lado conivente e permissivo às falsas promessas de um espectro político que defendia um modelo econômico liberal. Tal modelo acabou assumindo um papel de agente no desmonte de importantes instituições, como a universidade pública, o sistema universal de saúde, bem como diminuindo diversos

investimentos em áreas que, ao serem precarizadas, geram um impacto negativo em toda população, mas sendo algo especialmente ruim para as minorias, entre elas, a LGBTI+.

Hoje temos um cenário político diferente, mas o pânico conspiracionista que visa mirar sujeitos da diversidade sexual e de gênero como arma política está longe de acabar. Como exemplo mais recente, ao preparar o texto da Lei de Diretrizes Orçamentárias em dezembro de 2023, a Câmara dos Deputados aprovou uma emenda que foi batizada como a “Emenda Patriota”, de autoria de Eduardo Bolsonaro. Tal emenda colocava que seria:

[...] vedado à União realizar despesas que, direta ou indiretamente, promovam, incentivem ou financiem:

- I- invasão ou ocupação de propriedades rurais privadas;
- II- ações tendentes a influenciar crianças e adolescentes, da creche ao ensino médio, a terem opções sexuais diferentes do sexo biológico;
- III- ações tendentes a desconstruir, diminuir ou extinguir o conceito de família tradicional, formado por pai, mãe e filhos;
- IV- cirurgias em crianças e adolescentes para mudança de sexo; e
- V- realização de abortos, exceto nos casos autorizados em lei.

Tal emenda é um ataque explícito aos direitos humanos de pessoas LGBTI+, utilizando a comunidade como uma arma política de tensão entre a oposição ao governo, e reafirmando considerações discriminatórias ao utilizar termos ultrapassados, tais como a ideia de “opção” sexual. Também insinua que o Estado pode utilizar de dinheiro público para influenciar a sexualidade e gênero de crianças e adolescentes, sugerindo que possam ser realizadas cirurgias de redesignação sexual em crianças e adolescentes – o que não é permitido no Brasil, o Conselho Federal de Medicina não permite cirurgias de redesignação sexual em menores de 18 anos³¹ – além de reforçar o conceito de família tradicional, que é totalmente arbitrário (Silva, 2019). Felizmente, o governo federal vetou tal emenda, justificando que tais reivindicações eram compostas de “várias condutas aleatórias, impertinentes em relação ao que costumeiramente consta em lei de diretrizes orçamentárias”³².

O conteúdo exposto neste tópico é um exemplo de fatores macropolíticos que podem afetar a experiência de toda uma nação que pode ser exposta às vulnerabilidades decorrentes de decisões que são tomadas em nome de uma suposta maioria. Cenários como esses podem afetar a permanência de discentes na universidade, afinal, apesar de

³¹ Resolução CFM nº 2.265/2019, disponível em: <https://portal.cfm.org.br/noticias/cfm-atualiza-regras-para-aperfeicoar-o-atendimento-medico-as-pessoas-com-incongruencia-de-genero/>

³² Texto completo no Diário Oficial da União, com a Lei Orçamentária, a emenda proposta e a justificativa do veto, disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/despacho-do-presidente-da-republica-535316740>

nem sempre ser instantâneo o efeito, sempre que um movimento pautado na discriminação chega ao poder, todas as pessoas LGBTI+ sofrem maior perigo de viver em cenários de precariedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante a composição do tópico sobre Amizades e Alianças, fui atravessado por um episódio de *Drag Race* Canada, em que uma *drag queen* fala da realidade de ser um homem gay na década de 80. Tal *queen*, chamada Kitten Kaboodle, estava no *reality* com 57 anos, sendo a *queen* mais velha a competir na história de *Drag Race*. No segundo episódio da quarta temporada, Kitten falou que a comunidade LGBTI+ era como uma lenda urbana, que os que não estavam inseridos nos espaços secretos e marginalizados de resistência não sabiam que existiam outras pessoas LGBTI+ com quem poderiam estabelecer vínculos. Kitten de certa forma achava que não existiam outras pessoas como ela, que a possibilidade de estar com outras pessoas LGBTI+ era uma realidade distante. Contudo, ao encontrar pessoas que a levaram a festas e confraternizações em que pôde conhecer outras pessoas LGBTI+, viu que existiam muito mais pessoas como ela do que poderia imaginar e que o que era representado na mídia e em outros espaços de poder era algo muito distante da realidade concreta.

Tal relato trouxe a lembrança do período em que eu estava saindo do armário com 16 anos e queria conhecer outros meninos gays. Nessa época eu já tinha noção de que existiam muitas outras pessoas LGBTI+ no mundo, apesar de que muitas vezes o que eu tinha contato eram representações em novelas e programas de humor que nos retratavam de forma bastante discriminatória, ou através de sermões das reuniões das Testemunhas de Jeová que reconheciam a existência de pessoas LGBTI+, mas que sempre falavam para condenar e fazer análises do estilo de vida supostamente perturbado das pessoas da diversidade sexual e de gênero. Portanto, tal qual foi meu choque ao entrar no *Facebook*, em um momento decidido a viver minha identidade e ir atrás de outros meninos gays para poder finalmente libertar meus afetos e sexualidade e descobrir que existia uma infinidade de sujeitos LGBTI+? Uma pessoa trans era quase uma lenda para mim, simplesmente não havia registro na minha cabeça da representação de uma pessoa trans de forma realmente humanizada. Quando entrei em grupos do *Facebook* que contavam com mais de 20 mil pessoas em que a grande maioria era LGBTI+ e em que eram discutidos tópicos que faziam sentido para nós, veio uma sensação forte de saber que existia uma variedade gigantesca de pessoas dentro da comunidade, algo que parecia ser exclusivo de pessoas pertencentes a heteronormatividade. Sempre me senti a exceção e a partir daquele momento entendi que existiam espaços em que eu poderia não ser solitário com a minha identidade. Tal reflexão me fez compreender um pouco mais a importância da

representatividade, afinal poder nos ver representados possibilita enxergar horizontes para nós mesmos, possibilita expansão, possibilita construção subjetiva (De Castro; Ferreira Silva; Lopes e Silva, 2024; Alencar; Holanda, 2019). Não construir meios de representação identitária nos espaços coíbe a pluralidade em níveis que podem não ser tão óbvios, pois não são apenas as pessoas de tal espaço que são afetadas, mas as que estão na margem social-histórica imaginando a possibilidade de adentrar determinados muros e que acabam por não enxergar essa possibilidade por falta de perspectivas.

Ao longo desse trabalho foram destacados os movimentos históricos e políticos no território brasileiro que fundamentaram as bases para possibilitar políticas como as ações afirmativas, o que demonstra a importância dos movimentos sociais e da ação para a conquista de direitos. Também se tornou evidente a complexidade intrínseca ao objeto de estudo em questão. Ao adentrar no âmago das relações interpessoais dentro do ambiente universitário, percebe-se que elas desempenham um papel crucial no desenvolvimento acadêmico e pessoal dos estudantes. Além disso, é imperativo considerar os contextos que vão além dos limites da universidade, os estudantes estão inseridos em uma teia complexa de relações sociais. Os desafios e oportunidades que surgem desses contextos externos podem moldar significativamente suas experiências acadêmicas. Por exemplo, estudantes que enfrentam dificuldades financeiras ou familiares podem ter uma trajetória universitária diferente daqueles que desfrutam de privilégios socioeconômicos.

São necessárias ações afirmativas que possam garantir a segurança e, consequentemente, a permanência de discentes LGBTI+, em especial a população trans, para que essas pessoas possam chegar em posições de poder nas universidades, sendo que tanto a classe de docentes e de técnicos administrativos ainda são dominadas por pessoas cis e brancas (ANDIFES, 2019; INEP, 2018), que a partir de privilégios promovidos por uma sociedade heterossexista, enfrentaram menores impedimentos para serem bem sucedidos na carreira acadêmica. Tendo isso em mente, acreditamos que a maior presença de membros que compõem a população LGBTI+, em especial pessoas trans não pertencentes a branquitude, se refletiria em maiores esforços para que ações que garantam o bem-estar e permanência de sujeitos da diversidade sexual e de gênero fossem pensadas e instituídas.

É de extrema relevância enfatizarmos a importância da presença e permanência LGBTI+ nas universidades, pois a presença de tais sujeitos amplia a diversidade epistêmica ao trazer diferentes pontos de vista sobre questões sociais, culturais e políticas, enriquecendo os debates acadêmicos. Sujeitos LGBTI+ podem contribuir de maneira singular para a produção do conhecimento, uma vez que com nossas vivências podemos inspirar caminhos de estudo e abordagens. Por conta desses fatores, enxergo como as políticas de cotas para pessoas trans são significativas e necessárias de serem pensadas e implantadas nas universidades públicas, tanto à nível de graduação como de pós-graduação. Estudos desenvolvidos para acompanhar o desempenho acadêmico de estudantes cotistas demonstram que tais discentes não têm um desempenho escolar inferior (Mantovani, 2021) e outras pesquisas apresentam a enorme importância de pessoas trans na universidade, sendo aspecto chave para transformação social (Scote; Garcia, 2020).

Algumas outras ações também podem ser recomendadas, como a necessidade de estatísticas oficiais por parte do governo em relação a violências sofridas por pessoas LGBTI+, ações de familiarização de docentes e técnicos administrativos em relação à diversidade sexual e de gênero e a implantação de banheiros inclusivos. Todas essas ações podem colaborar para a construção de um mundo mais plural e igualitário, dentro e fora da universidade.

Futuramente pretendo expandir mais alguns aspectos do presente trabalho, como a investigação realizada em território espanhol, que por conta de sua complexidade não pôde ser explorada em sua total capacidade no presente texto.

Outro aspecto foi a beleza das amizades, alianças, redes de apoio e outros vínculos que demonstraram ser um aspecto tão importante de várias vivências que foram compartilhadas nos grupos focais e entrevistas. Esse é um ponto com o qual me identifico e sei que muito disso foi possível pelo espaço plural da Unesp Assis, resultado de iniciativas docente e discente construídas ali. Atualmente fico feliz que a universidade como um todo esteja ouvindo mais as necessidades de corpos dissidentes e que assim possamos continuar, pois não são apenas processos subjetivos que geram pertencimento, mudanças institucionais na universidade são agentes nesse processo e, por conta disso, temos o direito e dever de cobrar as instituições para que sejam ativas para bem receber pessoas da diversidade sexual e de gênero.

Não raro a universidade segmenta, trabalhando no plano molar que agencia fluxos de regularidade e unicidade. Os atores à frente do poder de ação, cada um com suas prioridades e interesses, geram encadeamentos burocráticos (Deleuze; Guattari, 2011) que podem fazer com que as demandas e necessidades da população LGBTI+ sofram com obstáculos e invisibilizações. Diante desse quadro, se torna essencial serem pensadas ações afirmativas para o acesso e permanência dessas pessoas em espaços como a universidade, pois provocam rupturas que fazem deslocamentos do plano molar, garantindo direitos e uma cultura universitária baseada na democracia e no respeito à dignidade humana. (Vianna, 2015; Santos, 2017).

Percebemos nesse trabalho que ao serem observados os processos de sujeitos envolvidos em alianças LGBTI+ na universidade, se vê a forma como esses vínculos exercem influência no pertencimento dessas pessoas e como as micropolíticas entre pessoas da diversidade sexual e de gênero são importantes na formação de uma universidade mais inclusiva e plural. Tanto quanto os aparatos institucionais, a reunião de coletivos em alianças, como guerrilha estético-política (Duarte *et al*, 2020), com propósitos compartilhados, em colaboração e construção de apoio institucionais e redes de diálogo, auxilia o quadro de acessibilidade e permanência a poder se cimentar com mais concretude e estabilidade, contribuindo com a construção de universidade mais inclusiva.

Por fim, espero que o presente trabalho possa ser uma contribuição positiva para o campo de estudos da educação e diversidade e que faça parte da importante construção coletiva de realidades mais justas, não só dentro das universidades, mas em todas as outras esferas sociais que nunca estão sozinhas, afinal vivemos em um mundo entrelaçado, e negar as infinitas possibilidades desse mundo é deixar de aproveitar a riqueza contida nele.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALAMINO, F. N. P.; DEL VECCHIO, V. A. Os Princípios de Yogyakarta e a proteção de direitos fundamentais das minorias de orientação sexual e de identidade de gênero. **Revista Da Faculdade De Direito**, Universidade De São Paulo, v.113, pp. 645-668, 2018. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rfdusp/article/view/156674>. Acesso em: 10 jul. 2024.
- ALBUQUERQUE, P. P; WILLIAMS, L. C. A. Homofobia na escola: relatos de universitários sobre as piores experiências. **Temas psicol.**, Ribeirão Preto, v. 23, n. 3, p. 663-676, 2015. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/283623042_Homofobia_na_escola_relatos_de_universitarios_sobre_as_piores_experiencias Acesso em: 10 jul. 2024.
- ALENCAR, A. E. V.; HOLANDA, V. M. S. Política Afirmativa Estudantil em Perspectiva: um estudo de caso na Universidade Federal de Santa Catarina. **Cad. gên. Tecnol.**, Curitiba, v. 12, n. 39, p. 162-184, 2019. Disponível em: <https://periodicos.utfpr.edu.br/cgt/article/view/9226> Acesso em: 10 jul. 2024.
- ALMEIDA, E. L. de; CARVALHO, M. E. P. de. Elementos centrais e periféricos da representação social de masculinidade de estudantes do interior de Pernambuco. **Caderno Espaço Feminino**, v.35, pp. 247–272, 2022. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/neguem/article/view/67112> Acesso em: 10 jul. 2024.
- ALVES, R. D. P.; SILVA, E. L. S. Universidade, gênero e sexualidade: experiências curriculares e formativas de estudantes não heterossexuais na UFRB. **Gênero**, Niterói, v.17, n.1, p. 83 – 98, 2016. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/revistagenero/article/view/31253> Acesso em: 10 jul. 2024.
- AMARAL, J. G. Lutas por reconhecimento, desrespeito e universidade: a atuação dos coletivos universitários de diversidade sexual para o enfrentamento à homofobia institucional. **Revista Teoria & Sociedade**, n. 12, v. 2, 2013. Disponível em: <https://bib44.fafich.ufmg.br/teoriaesociedade/index.php/rts/article/view/90/73> Acesso em: 10 jul. 2024.
- ANTRA, **Mortes e violências contra LGBTI+ no Brasil: Dossiê 2022**. Florianópolis, SC: Acontece, ANTRA, ABGLT, 2023. Disponível em: <https://observatoriomorteseviolenciaslgbtibrasil.org/wp-content/uploads/2023/05/Dossie-de-Mortes-e-Violencias-Contra-LGBTI-no-Brasil-2022-ACONTECE-ANTRA-ABGLT.pdf> Acesso 10 jul. 2024.
- ARIÈS, P. **História social da criança e da família**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- ASSIS, D. N. C. **Interseccionalidades**. UFBA, Instituto de Humanidades, Artes e Ciências; Superintendência de Educação a Distância, Salvador, 2019.
- AUGÉ, M. **Não Lugares**: Introdução a uma antropologia da supermodernidade. Campinas: Papirus Editora, 1994.
- BASSO, Anna Terra Pereira. **Violência de gênero na Faculdade de Direito da Universidade Federal Fluminense**. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2017.

BARRETO, D. J.; SALES, A. B.; PERES, W. S.; DALLAPICULA, C. Podem as travestis estudar? Regimes de verdade sobre corporalidades vibráteis na escola. **Revista de Psicologia Política**, v. 18, p. 322-336, 2018. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2018000200009 Acesso em: 10 jul. 2024.

BENEVIDES, B. G. **Dossiê assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2021**. Brasília: Distrito Drag, ANTRA, 2022.

BENEVIDES, B. G. **Dossiê: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2023** / Bruna G. Benevides. ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais) – Brasília, DF: Distrito Drag; ANTRA, 2024.

BENEVIDES, B. G.; NOGUEIRA, S. N. B. **Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2019**. São Paulo: Expressão Popular, ANTRA, 2020.

BENTO, B. **Homem não tece a dor**: queixas e perplexidades masculinas / Berenice Bento. – 2. ed. – Natal, RN: EDUFRN, 2015.

BORRILLO, D. **Homofobia**: história e crítica de um preconceito. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

BROWN, H. C. A Crowded Room or the Perfect Fit? Exploring Affirmative Action Treatment in College and University Admissions for Self-Identified LGBT Individuals. **William & Mary journal of Race, Gender, and Social Justice**, vol. 21, p. 602-667, 2015. Disponível em: <https://scholarship.law.wm.edu/wmjowl/vol21/iss3/3/> Acesso em: 10 jul. 2024.

BUTLER, J. **Corpos em aliança e a política das ruas**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

BUTLER, J. **Desfazendo Gênero**. São Paulo: Editora UNESP, 2022.

BUTLER, J. **Problemas de Gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BUTLER, J. **Vida Precária**: Os Poderes do luto e da Violência. Belo Horizonte: Autêntica, 2022.

CARMONA, A.; PRADO, M. A. M. O universal e o particular na política LGBT: tensões e diálogos na esfera pública [Trabalho completo]. In **Anais do XV Encontro Nacional da ABRAPSO**, 2009. Disponível em: http://abrapso.org.br/siteprincipal/images/Anais_XVENABRAPSO/116.%20o%20univ%20e%20o%20particular%20na%20pol%20tica%20lgbt.pdf Acesso em: 10 jul. 2024.

CARNEIRO, N. F. M. S. C. **Ser, Pertencer e Participar: Construção da Identidade Homossexual, Redes de Apoio e Participação Comunitária**. Dissertação apresentada para obtenção do Grau de Doutor em Psicologia, pela Universidade do Porto, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação. Porto – PT, 2006.

CARNEIRO, S. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011.

CARVALHAES, F. F. **Mulheres no crime**: deslizamento de fronteiras. Tese- Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Florianópolis, 2015.

CASTAÑEDA, M. **A experiência homossexual: explicações e conselhos para os homossexuais, suas famílias e seus terapeutas**. São Paulo: A Girafa Editora, 2007.

CÉSAR, M. R. A. Gênero, sexualidade e educação: notas para uma "Epistemologia". **Educ. rev.**, Curitiba, n. 35, p. 37-51, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/KJYWKvFypgHjzbMtm4MvwDv/abstract/?lang=pt> Acesso em: 10 jul. 2024.

CINTRA, A. M. S.; MESQUITA, L. P. de; MATUMOTO, S.; FORTUNA, C. M. Cartografia nas pesquisas científicas: uma revisão integrativa. **Fractal, Rev. Psicol.**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 1, p. 45-53, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/fractal/a/qCG7P8pMVLPPWhR75szJNr7d/abstract/?lang=pt#> Acesso em: 10 jul. 2024.

COLLING, L. **Dissidências sexuais e de gênero**. Salvador: EDUFBA, 2016.

CONNELL, P.; PEARSE, R. **Gênero: uma perspectiva global**. São Paulo: nVersos, 2015.

CONNELL, R. **Masculinities**. California: University of California Press, 2005.

CORRER, R.; SOUZA, A. P. V. Expressões da sexualidade: estudo a partir da construção da masculinidade em estudantes do ensino médio. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, v. 10, n.2, 2015. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/8336> Acesso em: 10 jul. 2024.

COSTA, J. F. Prefácio a título de diálogo. In: ORTEGA, F. **Amizade e Estética da Existência em Foucault**. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

COSTA, L. P. C. **O judiciário enquanto aliado do movimento LGBT**: perspectivas positivas e negativas em comparação ao legislativo na busca pela criminalização da homofobia. TCC em Ciências Jurídicas e Sociais da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2015.

DE CASTRO, R. P.; FERREIRA, A. S.; LOPES SILVA, C. C. Constituindo subjetividades no Ensino Superior: Processos formativos, gêneros e sexualidades. **Diversidade E Educação**, n.9(Especial), pp. 205–230, 2024. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/divedu/article/view/12648>. Acesso em: 10 jul. 2024.

DELEUZE, G. **Empirismo e Subjetividade**: Ensaio sobre a natureza humana segundo Hume. Rio de Janeiro: Editora 34, 2012.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil Platôs**: Capitalismo e Esquizofrenia, Volume I. Rio de Janeiro: Editora 34, 2011.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil Platôs: Capitalismo e Esquizofrenia**, Volume III. Rio de Janeiro: Editora 34, 2012a.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil Platôs: Capitalismo e Esquizofrenia**, Volume V. Rio de Janeiro: Editora 34, 2012b.

DEWES, J. O. **Amostragem em bola de neve e respondent-driven sampling: uma descrição dos métodos**. 2013. TCC (Graduação) - Curso de Estatística, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2013.

DUARTE, R. Entrevistas em pesquisas qualitativas. **Educ. rev.**, Curitiba, n. 24, p. 213-225, 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/QPr8CLhy4XhdJsChj7YW7jh/abstract/?lang=pt> Acesso em: 10 jul. 2024.

DUVAL, E. **Después de lo trans: Sexo y género entre la izquierda y lo identitário**. Valencia: La Caja Books, 2021.

FELIPE, D. A.; SILVA, C. G. A. Cotas para pessoas negras na Educação Superior: uma luta constante. **Revista Triângulo**, Uberaba - MG, v. 17, n. 1, p. 302–319, 2024. Disponível em: <https://seer.uftm.edu.br/revistaelectronica/index.php/revistatriangulo/article/view/7171>. Acesso em: 31 jul. 2024.

FELIPE, J. Infância, gênero e sexualidade. **Educação & Realidade**. n.25, pp.115-131, 2000. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/48688> Acesso em: 10 jul. 2024.

FERES JR. J.; CAMPOS, L. A.; DAFLON, V. C.; VENTURINI, A. C. **Ação afirmativa: conceito, história e debates**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2018.

FERNANDES FILHO, A.; GARCIA, O. R. Z. Criação da CDGEN: uma estratégia institucional para combater a LGBTfobia e violência de gênero no ambiente universitário. **RELIES: Revista Del Laboratorio Iberoamericano Para El Estudio Sociohistórico De Las Sexualidades**, pp. 34-47, 2022. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/361717572_Criacao_da_CDGEN_uma_estrategia_institucional_para_combater_a_LGBTfobia_e_violencia_de_genero_no_ambiente_universitario Acesso em: 10 jul. 2024.

FERREIRA, D. B. B.; FERREIRA, F. B. B.; MENEZES, C. C. S.; SOUZA NETA, A. M. de; PESSÔA, B. de S. L.; MATTOS, R. M. P. R.; PIMENTEL, D. Orientação sexual e identidade de gênero: a homossexualidade e seus reflexos na saúde mental de estudantes de medicina de uma universidade sergipana. **Debates em Psiquiatria**, v. 12, pp. 1-23, 2022. Disponível em: <https://revistardp.org.br/revista/article/view/354> Acesso em: 10 jul. 2024.

FLICK, U. **Desenho da pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Artmed, 2009a.

FLICK, U. **Introdução à Pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Artmed, 2009b.

FLICK, U. **Introdução à Metodologia de pesquisa**. Porto Alegre: Penso, 2013.

FLOETER, G. S. **Xupa, CAASO!**”: masculinidades e relações de gênero na Associação Atlética Acadêmica da UFSCar. Dissertação. Universidade Federal de São Carlos Câmpus São Carlos, 2012.

FONTENELLE, M. E. A. **Percepções sobre a efetividade e utilização da pesquisa qualitativa no marketing eleitoral**. Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado da Faculdade de Ciências Empresariais da Universidade FUMEC. Belo Horizonte: 2008.

FOUCAULT, M. **Subjetividade e Verdade**. São Paulo: Martins Fontes, 2016.

FURLAN, R.; CASSIANO, M. O Processo de Subjetivação segundo a Esquizaanálise. **Psicologia e Sociedade**, v.25, n.2, pp.373–382, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/dgLDtXKSwqS85RSQSJpRrZP/abstract/?lang=pt> Acesso em: 10 jul. 2024.

GAISER, T. J.; SCHREINER, A. E. **A guide to conducting online research**. Londres: Sage.

GALINDO, D.; CAZEIRO, F.; SOUZA, L. L. de; SERRA, A. G.; **LGBTs e gênero banidos?** Notas genealógicas sobre projetos de lei no Brasil. *Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 22, n. 2, p. 253-264, 2017. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/PsicolEstud/article/view/33506> Acesso em: 10 jul. 2024.

GEMAA- Grupo de Estudos Multidisciplinares em Ações Afirmativas. **O que são ações afirmativas?**, Instituto de Estudos Sociais e Políticos: UERJ. 2021. Disponível em: <http://gemaa.iesp.uerj.br/o-que-sao-aco-es-afirmativas/>. Acesso em: 12 ago. 2021.

GREEN, J. N. **Além do carnaval: A homossexualidade masculina no Brasil do século XX**. São Paulo: Editora Unesp, 2ª ed., 2019.

GREEN, J. N.; QUINALHA, R. **Ditadura e homossexualidades: repressão, resistência e a busca da verdade**. São Carlos: EdUFSCar, 2014.

GRUPO GAY DA BAHIA. **Mortes Violentas de LGBT+ no Brasil: Observatório do Grupo Gay da Bahia** 2023. 2024, on-line. Disponível em: <https://cedoc.grupodignidade.org.br/2024/01/19/2023-de-mortes-violentas-lgbt-no-brasil-ggb/> Acesso em: 10 jul. 2024.

GRUPO GAY DA BAHIA. **Mortes Violentas de LGBT+ no Brasil: relatório** 2022. 2023, on-line. Disponível em: <https://cedoc.grupodignidade.org.br/2023/01/19/mortes-violentas-de-lgbt-brasil-observatorio-do-grupo-gay-da-bahia-2022/> Acesso em: 10 jul. 2024.

GUATTARI, F.; ROLNIK, S. **Micropolítica: cartografias do desejo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1986.

HATZENBUEHLER, M. L. The Social Environment and Suicide Attempts in Lesbian, Gay, and Bisexual Youth. **Official Journal of the American Academy of Pediatrics**. p. 896- 903, 2011. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC3081186/> Acesso em: 10 jul. 2024.

JUNQUEIRA, R. D. A invenção da "ideologia de gênero": a emergência de um cenário político-discursivo e a elaboração de uma retórica reacionária antigênero. **Rev. psicol. Polít.**, São Paulo, v. 18, n. 43, p. 449-502, 2018. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1519-549X2018000300004 Acesso em: 10 jul. 2024.

LIRA, K. F. S. de. Envelhecimento da população LGBT: desafios no Sertão de Pernambuco. **Bagoas - Estudos gays: gêneros e sexualidades**, [S. l.], v. 12, n. 18, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/13579>. Acesso em: 12 jul. 2024.

LOURO, G. Produzindo sujeitos masculinos e cristãos. In: VEIGA-NETO, A. (Org.). **Crítica pós-estruturalista e educação**. Porto Alegre: Sulina, 1995.

MANTOVANI, B. **O desempenho do Ensino Superior no Brasil e as cotas: uma análise dos dados do ENADE**. Monografia apresentada à Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Bacharelada em Economia, 2021.

MARILAC, L; QUEIROZ, N. **Eu, Travesti**: Memórias de Luísa Marilac. Rio de Janeiro: Editora Record, 2019.

MARTINS, H. H. T. S. Metodologia qualitativa de pesquisa. **Educ. Pesqui.**, São Paulo, v. 30, n. 2, p. 289-300, 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/4jbGxKMDjKq79VqwQ6t6Ppp/abstract/?lang=pt#> Acesso em: 12 jul. 2024.

MELLO, L.; AVELAR, R. B.; BRITO, W. Políticas públicas de segurança para a população LGBT no Brasil. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 22, n. 1, p. 297-320, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/VvyXFkwTzjKXd6JHTDyQmBk/abstract/?lang=pt> Acesso em: 12 jul. 2024.

MELLO, L.; BRAZ, C. Entre o desmonte e a resistência: reflexões críticas sobre cidadania, direitos humanos e políticas públicas para a população LGBT no Brasil contemporâneo. In: Regina Facchini e Isadora Lins França (Org.), **Direitos em disputa: LGBTI+, poder e diferença no Brasil contemporâneo**. Campinas: Unicamp, v. 1, p. 165-187, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/gM5yJLvwVLHrXsBWymYHgN/?lang=pt> Acesso em: 12 jul. 2024.

MELLO, L.; BRAZ, C.; FREITAS, F. R. de; AVELAR, R. B. de. **Questões LGBT em debate**: sobre desafios e conquistas. Sociedade e Cultura, Goiânia, v. 15, n. 1, p. 151-161, 2012. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/fcs/article/view/20680> Acesso em: 12 jul. 2024.

MENESES, E. S. Um corpo gay pesquisando masculinidades 'viadas' na universidade machista. In: HINTZE, H. **Desnaturalização do machismo estrutural na sociedade brasileira**. Jundiaí: Paco Editorial, 2020, p. 101-116, 2020.

MENEZES, A. D. A.; MARTINHÃO, V. S. Encontros marcados: sobre narrativas, políticas de aliança e saúde mental LGBTI+. **REBEH – Revista Brasileira de Estudos da Homocultura**. v. 2 n. 01, 2019. Disponível em: <https://revistas.unilab.edu.br/index.php/rebeh/article/view/207> Acesso em: 12 jul. 2024.

MICHELET, J. **A mulher**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

MORA, V. **Quién teme a lo queer**. Madrid: Continta Me Tienes, 2021.

NETO, J. L. F. Micropolítica em Mil Platôs: uma leitura. **Psicol. USP**, São Paulo, v. 26, n. 3, p. 397-406, 2015. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/psicousp/article/view/109972> Acesso em: 12 jul. 2024.

O'FLAHERTY, M.; FISCHER, J. Sexual orientation, gender identity and International Human Rights Law: contextualising the Yogyakarta Principles. **Human Rights Law Review**, Oxford, v. 8, n. 2, p. 207-248, 2008. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/249278061_Sexual_Orientation_Gender_Identity_and_International_Human_Rights_Law_Contextualising_the_Yogyakarta_Principles Acesso em: 12 jul. 2024.

ORTEGA, A. C.; SILVA, F. P. M. As ferramentas da pesquisa qualitativa aplicada aos estudos territoriais. In: ORTEGA, A. C.; PIRES, M. J. de S. (Orgs.) **As políticas territoriais rurais e a articulação governo federal e estadual: um estudo de caso da Bahia**. Ipea, p. 113-121, 2016.

PAIVA, V.; AYRES, J. R.; BUCHALLA, C. M. **Vulnerabilidade e Direitos Humanos – Prevenção e Promoção da Saúde – Livro I - Da Doença à Cidadania**. Curitiba: Editora Juruá, 2012.

PERES, W. S. Psicologia e Políticas *Queer*. In: TEIXEIRA FILHO, F. S.; PERES, W. S.; RONDINI, C. A.; SOUZA, L. L. de; (Orgs.). **Queering: problematizações e insurgências na Psicologia Contemporânea**. Edufmt, 2013.

PICHARDO, J. I.; PUCHE, L. Universidad y diversidad sexogenérica: barreras, innovaciones y retos de futuro. **Revista de Ciencias Sociales**, p. 10-26, 2019. Disponível em: <https://www.methaodos.org/revista-methaodos/index.php/methaodos/article/view/287> Acesso em: 12 jul. 2024.

PIOVESAN, F. Ações afirmativas no Brasil: desafios e perspectivas. **Revista Estudos Feministas**. v. 16, n. 3, pp. 887-896, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/JXPnmdcRhtfnv8FQsVZzFH/abstract/?lang=pt> Acesso em: 12 jul. 2024.

PIZA-DUARTE, E.; SANTOS-PEREIRA, G.; COSTA, G.; OLIVEIRA, J. C.; ARARUNA, M. L. Corpolítica: Coletiva e Projeto de Extensão LGBT. Extensão Popular e Guerrilha Estético-Política de Vivências LGBT. CS, **Cali**. n. 32, p. 163-189, 2020. Disponível em: http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2011-03242020000300163&lng=pt&tlng=pt Acesso em: 10 jul. 2024.

PODESTÁ, L. L. Ensaio sobre o conceito de transfobia. **Revista Periódicus**, v.1, n.11, p 363–380, 2009. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaperiodicus/article/view/27873> Acesso em: 12 jul. 2024.

POLLAK, M. A homossexualidade masculina, ou a felicidade no gueto? In: ÁRIES, P.; BÉJIN, A. (org.) **Sexualidades ocidentais**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

PRADO, M. A. M.; PINTO, J. B. M.; BARROS, C. R.; DORIGO, J. N.; COSTA, N. G. de; FREITAS, R. V. Segurança pública e população LGBT: formação, representações e homofobia. In: LIMA, C. do S. L.; BAPTISTA, G. C.; FIGUEIREDO, I. S. de. (Orgs.) **Coleção Pensando a Segurança Pública**, vol. 5. Segurança Pública e Direitos Humanos: temas transversais. Brasília: Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), 2014.

PRADO, M. A. M.; TONELI, M. J. F. Política e sujeitos coletivos: entre consensos e desacordos. **Estud. psicol. (Natal)**, Natal, v. 18, n. 2, p. 351-357, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/epsic/a/Nkt5v7zgLNCdPmvpS3wnq3N/?lang=pt> Acesso em: 12 jul. 2024.

PRECIADO, P. B. **Manifesto contrassexual**: práticas subversivas de identidade sexual. São Paulo: N1 edições, 2014.

PRECIADO, P. B. Quem defende a criança *queer*? **Jangada: crítica | literatura | artes**, [S. l.], v. 1, n. 1, p. 96–99, 2018. Disponível em: <https://www.revistajangada.ufv.br/Jangada/article/view/17>. Acesso em: 19 jun. 2024.

PUCCINELLI, B. Rua declinada no masculino: sexualidades, mercado imobiliário e masculinidades no Centro de São Paulo (Brasil). **Revista Punto Género**, n. 6, 2016. Disponível em: <https://revistapuntogenero.uchile.cl/index.php/RPG/article/view/42920> Acesso em: 12 jul. 2024.

QUARESMA, S. J.; BONI, V. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. **Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC**. Florianópolis: Vol. 2 nº 1 (3), p. 68-80, 2005. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/emtese/article/view/18027> Acesso em: 12 jul. 2024.

QUINALHA, R. Lâmpião da Esquina na mira da ditadura hetero-militar de 1964. **Cadernos Pagu**, n.61. 2021. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8666868> Acesso em: 12 jul. 2024.

REIS, N.; PINHO, R. GÊNEROS NÃO-BINÁRIOS: IDENTIDADES, EXPRESSÕES E EDUCAÇÃO. **Reflexão E Ação**, v. 24, n. 1, p. 7-25, 2016. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/reflex/article/view/7045> Acesso em: 12 jul. 2024.

RIOS, F.; PEREZ, O. C. Interseccionalidade e diversidade nas universidades brasileiras: mudanças da última década. In: FACCHINI, R.; FRANÇA, I. L. (Orgs.), **Direitos em disputa: LGBTI+, poder e diferença no Brasil contemporâneo**. Campinas: Unicamp, v. 1, p. 89-116, 2021. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/f5tt4> Acesso em: 12 jul. 2024.

ROMAGNOLI, R. C. A cartografia e a relação pesquisa e vida. **Psicol. Soc.**, Florianópolis, v. 21, n. 2, p. 166-173, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/zdCCTKbXYhjdVYL4VS8cXWh/abstract/?lang=pt> Acesso em: 12 jul. 2024.

RUBIN, G. Pensando o Sexo: Notas para uma Teoria Radical das Políticas da Sexualidade. **Cadernos Pagu**, n. 21, 2012. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/1229/rubin_pensando_o_sexo.pdf?seq Acesso em: 12 jul. 2024.

RUSSEL, C. C.; SERRATOSA A. C. **Memória Anual**. Observatori Contra L'Homofòbia. Barcelona, 2022.

SALES, A. **Travestis brasileiras e escolas (da vida)**: cartografias do movimento social organizado aos gêneros nômades. Curitiba: Editora CRV, 2019.

SANTOS, V. E. F. A. dos; VASCONCELOS, U.; NEGRO-DELLACQUA, M.; LIMA, K. de M.; FERREIRA, L. O. C. Prevalência da homofobia entre alunos da Universidade de Pernambuco em 2012. **Saúde e Desenvolvimento**, v. 11, n. 6, 2017. Disponível em: <https://www.revistasuninter.com/revistasauade/index.php/saudeDesenvolvimento/article/view/594> Acesso em: 12 jul. 2024.

SANTOS, C. V. M. dos. Sofrimento psíquico e risco de suicídio: diálogo sobre saúde mental na universidade. **Rev. NUFEN**, Belém, v. 11, n. 2, p. 149-160, 2019. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2175-25912019000200010 Acesso em: 12 jul. 2024.

SANTOS, G. G. C.; PEREZ, O.; SZWAKO, J. “Gêneros da participação”: refletindo sobre limites e possibilidades da participação social na promoção da equidade de gênero e da diversidade sexual em âmbito estatal. **Estudos de Sociologia**, Recife. v. 2, n. 23, p. 19-74, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revsocio/article/view/237054> Acesso em: 12 jul. 2024.

SANTOS, J. **A condição de ser LGBT e a permanência na universidade**: um estudo de caso no curso de pedagogia - educação do campo. Anais do Colóquio Internacional de Pesquisas na Educação Superior- COIPESU, João Pessoa, Universidade Federal da Paraíba, p. 1-21, 2017. Disponível em: <http://plone.ufpb.br/nepes/contents/documentos/trabalhos-publicados-em-anais/a-condicao-de-ser-lgbt-e-a-permanencia-na-universidade-um-estudo-de-caso-no-cuso-de-pedagogia-educacao-do-campo.pdf/view> Acesso em: 12 jul. 2024.

SANTOS JÚNIOR J.; THIBES M. Z.; MENEZES M. A. de. Operários nordestinos na Região do ABC Paulista: narrativas de classe e de masculinidades. **Soc estado**, v. 36, n. 2, p. 696-718, 2021. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/sociedade/article/view/33502> Acesso em: 12 jul. 2024.

SCOTE, F. D.; GARCIA, M. R. V. Trans-formando a universidade: um estudo sobre o acesso e a permanência de pessoas trans no ensino superior. **Perspectiva**, v.38, n.2, p. 1–25, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/2175-795X.2020.e65334> Acesso em: 12 jul. 2024.

SILVA, D. R. da. **Família e Escola**: a instrumentalização do conceito de Família Tradicional como elemento da Política de direita no Brasil. Dissertação em Educação. PPG UFPB - João Pessoa, 2019. Disponível em: https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/18932?locale=pt_BR Acesso em: 12 jul. 2024.

SILVA, E. L. S. **Trajetória, permanência e afiliação de estudantes lgbs na ufrb**: a transformação do estigma em orgulho. Dissertação. Programa de Pós-graduação Estudos Interdisciplinares Sobre a Universidade, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017. Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/22676/1/Dep%C3%B3sito_DISSERTA%C3%87%C3%83O_ElderLuan_PPGEISU.pdf Acesso em: 12 jul. 2024.

SILVA NETO, C. M. da. **Relações de gênero e Indisciplina Escolar**: masculinidade em jogo. Tese (Doutorado- Programa de Pós-Graduação em Educação). Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, 2019. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-09122019-164601/pt-br.php> Acesso em: 12 jul. 2024.

SILVEIRA, M. M. **A assistência estudantil no ensino superior**: uma análise sobre as políticas de permanência das universidades federais brasileiras. Dissertação. Mestrado em Política Social. Universidade Católica de Pelotas. Centro de Ciências Jurídicas, Econômicas e Sociais. Pelotas, 2012. Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://pos.ucpel.edu.br/ppgps/wp-content/uploads/sites/5/2018/03/MIRIAM.SILVEIRA_A-Assist%C3%A2ncia-Estudantil-no-Ensino-Superior-%E2%80%93-uma-an%C3%A1lise-sobre-as-pol%C3%ADticas-de-perman%C3%A2ncia-das-universidades-federais-brasileiras.pdf Acesso em: 12 jul. 2024.

SOUZA, M. H. **A militância LGBT na universidade: um estudo de caso do Coletivo KIU**. Dissertação. Programa de Pós-graduação em Estudos Interdisciplinares Sobre a Universidade, Salvador, Universidade Federal da Bahia, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/18172/1/DISSERTA%C3%87%C3%83O%20FINAL%20EISU%20-%20MARCELO%20HENRIQUE%20DE%20SOUZA.pdf> Acesso em: 12 jul. 2024.

SOUZA, S. R. L.; FRANCISCO, A. L. Aproximações entre fenomenologia e o método da cartografia em pesquisa qualitativa. **Investigação Qualitativa em Saúde**. Lisboa, v. 2, p. 120- 129, 2017. Disponível em: <https://www.esel.pt/node/7336> Acesso em: 12 jul. 2024.

SOUZA, S. R. L.; FRANCISCO, A. L. O método da cartografia em pesquisa qualitativa: estabelecendo princípios, desenhando caminhos. In: COSTA, A. P. (Ed.), **Atas do Vº Congresso Ibero-americano em investigação qualitativa**, V. 2: Investigação qualitativa na saúde (pp. 811–820). Porto: Edição Ludomedia, 2016.

STRESSER, R. L. **Uma análise sobre as concepções de masculinidades dos alunos de Bacharelado em Ciências Sociais da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE)**. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Sociais) - Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2021. Disponível em: <https://repository.ufrpe.br/handle/123456789/3947> Acesso em: 12 jul. 2024.

TAVARES, R. C. O sentimento de pertencimento social como um direito universal. **Cad. de Pesq. Interdisc. em Ci-s. Hum-s.**, v.15, n.106, p. 179-201, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/cadernosdepesquisa/article/view/1984-8951.2014v15n106p179> Acesso em: 12 jul. 2024.

TAQUES, F. J. **Movimento LGBT de Portugal e Espanha: Um estudo comparativo**. Tese para conclusão de Doutorado, orientadora Lígia Helena Hahn Lüchmann. Florianópolis, SC, 2012.

TEIXEIRA FILHO, F. S.; MARRETTO, C. A. R.; MENDES, A. B.; SANTOS, E. N. dos. Homofobia e sexualidade em adolescentes: trajetórias sexuais, riscos e vulnerabilidades. **Psicol. cienc. prof.**, v. 32, n. 1, p. 16- 33, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/XcdVFzPdYTkJZJMMYqMTH7G/> Acesso em: 12 jul. 2024.

Transgender Europe. **Trans Murder Monitoring 2023 Global Update** [online]. Disponível em: <https://transrespect.org/en/trans-murder-monitoring-2023/> Acesso em: 12 jul. 2024.

TREVISAN, J. S. **Devassos no Paraíso: A homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade**. Rio de Janeiro: Objetiva, 4ª edição, 2018.

VERAS, R. M.; FERNANDEZ, C. C.; FEITOSA, C. C. M.; FERNANDES, S. Perfil Socioeconômico e Expectativa de Carreira dos Estudantes de Medicina da Universidade Federal da Bahia. **Revista Brasileira De Educação Médica**, v.44, n. 2. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbem/a/Kh6JgpZZSTZzSvhKrspRSGF/#> Acesso em: 12 jul. 2024.

VIANNA, C. P. O movimento LGBT e as políticas de educação de gênero e diversidade sexual: perdas, ganhos e desafios. **Educação e Pesquisa**. V.41, n.3, p. 791-806, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/LBDYPy9CZ3pGLJ4Sk4HVdQm/abstract/?lang=pt> Acesso em: 12 jul. 2024.

VENTURINI, E.; BRANDÃO, M. S. G. Universidade, Solidão e Saúde Mental. **Interfaces - Revista de Extensão da UFMG**, v. 4, p. 94–136, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/revistainterfaces/article/view/18985> Acesso em: 12 jul. 2024.

VINUTO, J. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. **Temáticas**, Campinas, p. 203-220, 2014. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/tematicas/article/view/10977> Acesso em: 12 jul. 2024.

WITTIG, M. **O Pensamento Hétero e outros ensaios**. Belo Horizonte: Autêntica, 2022.

APÊNDICES

Apêndice A - Formulário para interessados da ufabc em participar na pesquisa

Interessadas (os/es) em colaborar com pesquisa sobre discentes LGBTQIA+ na UFABC

Olá! Me chamo Marcus Vinicius, sou psicólogo (CRP 06/172668) pela Unesp de Assis e atualmente mestrando pela mesma. No mestrado atuo na área de Psicologia e Sociedade focando nas áreas que envolvem a comunidade LGBTQIA+ a partir de perspectivas queer e epistemes feministas. A partir disso, estou desenvolvendo um trabalho chamado "Processos subjetivos de pertencimento e alianças de LGBTQIA+s nas universidades públicas brasileiras e suas relações com ações e políticas afirmativas", orientado pelo professor Leonardo Lemos de Souza e que conta com financiamento da FAPESP (Processo 2021/01407-3). Nessa pesquisa meu objetivo é mapear universidades que contem com diferentes formas de redes de apoio para pessoas LGBTQIA+ e estudar a forma como essas redes, sejam coletivos, grupos, amizades, etc., atuam no pertencimento dessas pessoas no espaço universitário que não necessariamente é acolhedor a pessoas da diversidade sexual e de gênero.

Com isso em mente, uma das práticas que eu coloco na pesquisa é a de realizar entrevistas e formar grupos focais com pessoas LGBTQIA+. As entrevistas e grupos têm como objetivo abrir o diálogo sobre a vivência enquanto sujeitos da diversidade sexual e de gênero na universidade, trazendo os aspectos de ser LGBTQIA+ e estar nesse espaço. E para poder concretizar isso, selecionei 3 universidades no território brasileiro e a UFABC foi uma delas.

Disponibilizo então esse Forms para que pessoas interessadas possam deixar seu nome, email de contato e pronome de tratamento para que eu possa entrar em contato com mais detalhes! Desde já muito obrigado! :)

Nome *

Sua resposta

Pronome *

- ☐ Ela/dela
- ☐ Ele/dele
- ☐ Elu/delu
- ☐ Outra preferência (coloque abaixo)

Pronome de preferência caso não tenha a opção acima:

Sua resposta

Melhor email e/ou whatsapp para contato: *

Sua resposta

Enviar

Limpar formulário

Apêndice B - Termo de Consentimento Investigação na Espanha

CONSENTIMIENTO INFORMADO PARA ESTUDIO

Título del Proyecto: Procesos de alianza y pertenencia para LGTBI+s en la comunidad universitaria de la Universitat Autònoma de Barcelona

Investigador Principal: Marcus Vinicius Mazini dos Santos

Riesgos y beneficios de la investigación:

- Los riesgos de malestar son mínimos, como emocionarse durante las reuniones, mostrar llanto, tristeza, ansiedad, pero si se presentan, aclaramos que:
 - En caso de malestar durante la reunión, se le consultará sobre lo que siente y sobre la posibilidad de tomar un descanso, no responder a la pregunta y/o retirarse de la entrevista;
 - Puede solicitar la interrupción de la discusión o negarse a responder cualquier pregunta que cause molestia;
- En caso de aceptación, se recomienda que las personas participantes guarden una copia de este término y otros documentos de investigación en su computadora (descargar).
- Beneficios esperados:
 - Se espera que el análisis de los resultados de la investigación puedan contribuir a la construcción de políticas y acciones afirmativas en las universidades públicas brasileñas y españolas y en la producción de materiales que contribuyan a los estudios de la población LGTBI+ universitaria.
 - Además, la participación en la entrevista puede brindar la posibilidad de reflexionar sobre sus experiencias como persona LGTBI+ en la Universidad.

Después de tal aclaración:

Yo,

(Nombre y apellidos)

Declaro que:

- He leído la hoja de información que me han facilitado.
- He podido formular las preguntas que he considerado necesarias acerca del estudio.
- He recibido información adecuada y suficiente por el investigador abajo indicado sobre:
 - Los objetivos del estudio y sus procedimientos.
 - Los beneficios e inconvenientes del proceso.
 - Que mi participación es voluntaria y altruista
 - El procedimiento y la finalidad con que se utilizarán mis datos personales y las garantías de cumplimiento de la legalidad vigente.

- Que en cualquier momento puedo revocar mi consentimiento (sin necesidad de explicar el motivo) y solicitar la eliminación de mis datos personales.
- Que tengo derecho de acceso y rectificación a mis datos personales.

CONSIENTO EN LA PARTICIPACIÓN EN EL PRESENTE ESTUDIO

SÍ () NO ()

(marcar lo que corresponda)

Para dejar constancia de todo ello, firmo a continuación:

Fecha:

Firma:

Nombre investigador: Marcus Vinicius Mazini dos Santos

Apêndice C - Termo de consentimento livre e esclarecido

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

(Capítulo IV, itens 1 a 8 da Resolução 466/2012 – Conselho Nacional de Saúde)

Você está sendo convidado(a/e) a participar da pesquisa “**Processos subjetivos de pertencimento e alianças de LGBTI+s nas universidades públicas brasileiras e suas relações com ações e políticas afirmativas**”, pesquisa realizada por Marcus Vinicius Mazini dos Santos RG nº 57.129.712-2 sob a orientação de Leonardo Lemos de Souza. Tal pesquisa faz parte do projeto “**Ações e políticas afirmativas universitárias para população LGBTI+ : um estudo comparativo entre Brasil, Chile e Espanha**”, sob a responsabilidade do(a) pesquisador(a) Leonardo Lemos de Souza, RG nº 28601171-2.

Este termo deverá ser elaborado em duas vias. Depois de lido e assinado, uma via ficará em poder do PARTICIPANTE ou de seu representante legal e a outra via em poder do pesquisador responsável.

Esta pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética da Faculdade de Ciências e Letras – UNESP/Campus de Assis. Qualquer dúvida quanto aos aspectos éticos poderão ser esclarecidas no telefone (18) 3302-5500 ramal 5607 ou pelo e-mail cep@assis.unesp.br, ou diretamente com o pesquisador no telefone 18-997040136 ou nos e-mails marcus.mazini@unesp.br e leonardo.lemos@unesp.br

I. A pesquisa:

O objetivo da presente pesquisa é mapear e analisar processos subjetivos que produzem o pertencimento de sujeitos LGBTI+ nas universidades públicas brasileiras a partir do registro de suas experiências nesses espaços, trazendo destaque para a importância dos vínculos construídos nesses processos e a permanência na universidade

II. Procedimentos:

a) Os procedimentos dos quais você participará são os seguintes:

Primeiramente, você receberá, por meio deste termo os devidos esclarecimentos sobre a pesquisa para decidir se participará ou não. A leitura deste Termo e o seu consentimento expresso, assinado e registrado devem acontecer antes de qualquer participação. Após o seu consentimento, a sua participação será:

a) A presença em encontros com um grupo focal formado com o objetivo de discutir questões relativas a vivência LGBTI+ na universidade.

b) Devido à distância de território entre o pesquisador e os colaboradores pesquisados, os grupos focais serão realizados no formato online, através de uma plataforma/sala virtual em chamada de vídeo em grupo. Com o seu consentimento, os encontros serão gravados para posterior transcrição.

III. Riscos/Desconfortos e Benefícios

a) Possíveis riscos ou desconfortos:

OBS: Você receberá antes do início dos grupos focais informações sobre os tópicos a serem abordados e orientações e poderá decidir se deseja se envolver em todas as discussões, algumas ou nenhuma.

Os riscos de desconfortos ou riscos são mínimos, tais como ficar emocionado durante os encontros, demonstrando choro, tristeza, ansiedade, mas caso ocorram, esclarecemos, que:

- no caso de desconfortos durante o encontro, você será consultado a respeito do que está sentindo e sobre a possibilidade de realizar uma pausa, não responder à pergunta e/ou retirar-se da pesquisa;
- você poderá solicitar a interrupção da discussão ou se recusar a responder qualquer questão que cause incômodo;
- caso seja avaliado que sentiu-se muito desconfortável na situação dos encontros e se houver a necessidade, poderemos oferecer encaminhamento e/ou indicação de profissionais para acompanhamento e assistência psicológica em caso de ocorrência dos riscos ou desconfortos.

Por tratar-se de encontros online, temos que reconhecer que a pesquisa está sujeita aos possíveis riscos decorrentes do ambiente virtual, como invasão aos dados. No entanto, o pesquisador, dentro de sua limitação, compromete-se a tomar todas as medidas cabíveis para evitar que ocorra qualquer violação ao ambiente virtual e aos dados decorrentes, como manter os dados em seu computador pessoal e não em arquivos em 'nuvem'. Os dados coletados não serão em hipótese alguma compartilhados com terceiros.

No caso de aceite, recomenda-se que você participante guarde cópia deste termo e demais documentos da pesquisa em seu computador (download).

c) Benefícios esperados:

Espera-se que a partir da sistematização dos resultados da pesquisa, tais informações possam contribuir para a construção de políticas e ações afirmativas nas universidades públicas brasileiras e na produção de materiais que contribuam com os estudos da população LGBTI+ universitária brasileira.

Além disso, a participação nos grupos focais poderá proporcionar a possibilidade de reflexão sobre suas vivências como pessoa LGBTI+ na Universidade.

IV. Liberdades/Garantias

Você, participante, poderá recusar-se a participar desta pesquisa ou de retirar o seu consentimento, a qualquer momento, sem penalização ou prejuízo ao seu cuidado. Você possui total liberdade de não responder a qualquer pergunta ou de momentos que possam causar- lhe constrangimento de qualquer natureza.

V. Sigilo/Anonimato

A sua participação é sigilosa, ou seja, as informações prestadas são confidenciais e em hipótese alguma serão motivo de divulgação na mídia. Garantimos o sigilo das informações coletadas e o seu anonimato. Respeitamos a sua privacidade, mantendo em segredo as suas informações pessoais no decorrer da pesquisa e após a conclusão desta.

VI. Despesas/indenização (quando houver)

Esta pesquisa não resultará em despesas ou ônus para você.

VII. Publicação

Informamos que o resultado final da pesquisa poderá ser publicado em revistas científicas da área, colaborando, para a construção do conhecimento teórico-científico, preservando-se o anonimato dos participantes. Entraremos em contato para entregar cópia de publicações decorrentes deste estudo, se for de seu interesse.

CONSENTIMENTO

Eu, _____, concordo em participar, como PARTICIPANTE, da pesquisa **“Processos subjetivos de pertencimento e alianças de LGBTI+s nas universidades públicas brasileiras e suas relações com ações e políticas afirmativas”** que faz parte do projeto **“Ações e políticas afirmativas universitárias para população LGBTI+ : um estudo comparativo entre Brasil, Chile e Espanha.”** Fui devidamente informado(a/e) e esclarecido(a/e) pelo pesquisador Marcus Vinicius Mazini dos Santos sobre a pesquisa, os procedimentos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação. Foi-me garantido, ainda, que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade.

Declaro, ainda, que concordo com a publicação dos resultados desta pesquisa, resguardada a garantia quanto ao sigilo das minhas informações pessoais e ao meu anonimato.

Data: _____

Assinatura do Participante

Eu, Marcus Vinicius Mazini dos Santos, pesquisador responsável pelo estudo, obtive de forma voluntária o Consentimento Livre e Esclarecido do PARTICIPANTE para a participação na pesquisa.

Pesquisador Responsável